Personalidades da Política Externa Brasileira

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Embaixador Carlos Henrique Cardim

Fundação Alexandre Gusmão
CPDOC da Fundação Getúlio Vargas

Personalidades da Política Externa Brasileira

Alzira Alves de Abreu
Sérgio Lamarão
(organizadores)

2007

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

CAPA:
Sem título
Madeira recortada e esmaltada
3,30 x 13,45 m

Equipe Técnica

Coordenação:
Eliane Miranda Paiva

Assistente de Coordenação e Produção:
Arapuã de Souza Brito

Programação Visual e Diagramação:
Paulo Pedersolli
Cláudia Capella

Impresso no Brasil 2007

Personalidades da política externa brasileira / Alzira de Abreu, Sérgio Lamarão, organizadores. –
Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
166 p. ; 15,5 x 22,5 cm

1. Brasil - Relações exteriores. 2. Diplomatas – Brasil. I. Abreu, Alzira Alves de. II. Lamarão, Sérgio. III. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 327 (81)
(ed. 1997)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Decreto n° 1.825 de 20.12.1907

Sumário

Introdução 7

ALMEIDA, Miguel Álvaro Osório de 11
AMADO, Gilberto 15
ARANHA, Osvaldo 19
ARCHER, Renato 27
ARINOS, Afonso 35
BARBOSA, Mário Gibson 43
BARBOSA, Rui 49
BATISTA, Paulo Nogueira 55
CÂMARA, Sete 61
CAMPOS, Roberto 67
CARNEIRO, Dias 75
CASTRO, Araújo 79
CORREIA, Pio 85
CUNHA, Vasco Leitão da 89
DANTAS, San Tiago 97
FONTOURA, João Neves da 103
GUERREIRO, Saraiva 111
MACIEL, George Álvares 117
MELO, Ovídio de Andrade 123
RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do) 127
RODRIGUES, Jayme Azevedo 135
SCHMIDT, Augusto Frederico 139
SILVA, Edmundo Barbosa da 147
SILVEIRA, Azeredo da 153
ZAPPA, Ítalo 161

Introdução

Este livro é o resultado de uma parceria entre a da Fundação Alexandre Gusmão, representada por seu Presidente, Embaixador Jeronimo Moscardo, e pelo Embaixador Carlos Henrique Cardim, e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas. Foi concebido com o intuito de traçar os momentos cruciais da política externa brasileira através das biografias de personagens que tiveram iniciativas e tomaram decisões fundamentais na defesa dos interesses do país.

Coube à FUNAG a definição dos cortes temporais e a seleção dos personagens biografados. Com exceção da biografia de Rui Barbosa, elaborada por Carlos Henrique Cardim, todas as demais foram preparadas por Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão, coordenador do setor biográfico do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.

O estudo se inicia com a instalação da República em 1889 e termina nos dias de hoje. Os vinte e cinco personagens biografados, através de suas ações, refletem e explicam as questões e pensamentos do período em que cada um se tornou protagonista da história nacional. São figuras que contribuíram para a formulação de uma política externa voltada para a preservação da autonomia e da soberania do Estado brasileiro, dentro de um espírito de paz e negociação.

O método biográfico tem uma longa tradição na pesquisa histórica. Nas últimas décadas, houve uma redescoberta da biografia, ligada a uma redefinição dos enfoques analíticos da história. A reflexão crítica sobre a biografia coletiva e individual então realizada permitiu que se travasse uma discussão sobre a própria disciplina histórica. As análises críticas da idéia de subjetividade, dos conceitos totalizantes de classe social e de mentalidade, abriram caminho para o melhor entendimento do sentido e da ação individuais. Uma biografia, como nos mostra Jacques Le Goff,[1] permite dar mais atenção ao acaso, ao acontecimento, aos encadeamentos

[1] Jacques Le Goff. Comment écrire une biographie historique aujoud'hui? *Le Debat*, 1989 p.48-53.

cronológicos, e somente ela pode dar aos historiadores o sentimento do tempo vivido pelos homens.

As trajetórias de vida podem se tornar objeto de análise e interpretação histórica, sendo possível fazer a articulação entre o tempo de uma história individual e o tempo sócio-histórico, ou seja, a articulação entre biografia e história.

Apresentar um conjunto de biografias cobrindo um longo período histórico nos coloca diante de diferentes fenômenos sociais e permite confrontar como atuaram os indivíduos nas diversas conjunturas. As biografias aqui apresentadas têm a finalidade de oferecer aos estudiosos da política externa brasileira, e a todos os interessados na história do Brasil, informações organizadas e sistematizadas. Elas são construídas a partir de um grande número de informações que podem ser provenientes de fontes secundárias, como livros, relatórios, jornais, revistas, e também de fontes primárias, como arquivos públicos e privados e depoimentos orais. Essas informações permitem identificar a participação dos personagens biografados nas decisões políticas, e são um ponto de partida para novos estudos e pesquisas sobre a política externa brasileira.

Para a elaboração das biografias aqui apresentadas, utilizamos basicamente os textos que se encontram no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30[2], onde estão incluídos verbetes biográficos de todos os Ministros das Relações Exteriores e Embaixadores do Brasil nos postos de maior relevo. Na área de política externa fazem parte, também do Dicionário, verbetes temáticos sobre os principais Acordos e Tratados internacionais assinados pelo Brasil. O Dicionário é hoje uma das obras de referência mais importantes sobre a história política do Brasil pós-30. É constituído de uma soma considerável de informações e de dados colocados à disposição de todos os cidadãos. Os verbetes que utilizamos no presente estudo foram atualizados até os dias atuais.

Alguns personagens que são aqui biografados tiveram papel destacado não só no Ministério de Relações Exteriores, mas também em outras instituições. Como o objetivo do trabalho é o de dar relevância à

[2] Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Israel Beloch, Sérgio Tadeu Lamarão. (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Fundação FGV, 2001, 5 volumes.

política externa brasileira, enfatizamos a trajetória de vida dos personagens no período em que se dedicaram a essa área, embora apareçam de forma breve os dados e as informações de sua atuação em outros universos.

Uma bibliografia, ao final de cada texto, permite aos interessados ampliar as informações sobre cada biografado.

Alzira Alves de Abreu
Coordenadora do Projeto

ALMEIDA, Miguel ÁLVARO Osório de

Diplomata de carreira, especializou-se em assuntos econômicos, tendo colaborado, em 1959,na elaboração do Programa de Metas do governo Juscelino Kubistcheck. Posteriormente, foi assessor especial do chanceler Mário Gibson Barbosa (1970-1973) e assessor para ciência e tecnologia do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro (1978-1981).



Miguel Álvaro Osório de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 9 de outubro de 1916, filho de Álvaro Osório de Almeida e de Julieta Botelho Osório de Almeida. Seu pai e seu tio paterno, Miguel Osório de Almeida, destacaram-se como médicos e cientistas, tendo desenvolvido importantes pesquisas em fisiologia.

Formado em 1936 pela Faculdade Nacional de Direito, em 1942 ingressou por concurso na carreira diplomática como cônsul de terceira classe. Nesse ano e ao longo de 1943, permaneceu no Rio de Janeiro, inicialmente à disposição da Missão Cooke, grupo de técnicos norte-americanos que estiveram no Brasil em 1942 com o objetivo de diagnosticar – e propor soluções – os principais problemas econômicos do país, e, posteriormente, da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em setembro de 1942 com o objetivo de mobilizar a economia do país em função da situação de emergência provocada pela Segunda Guerra Mundial. De 1944 a 1945 serviu na embaixada brasileira em Buenos Aires, sendo nesse último ano promovido a cônsul de segunda classe e designado vice-cônsul em Miami. Em 1946 tornou-se encarregado desse consulado, sendo transferido no ano seguinte para a missão brasileira junto à recém-criada

Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Encarregado de Negócios nessa missão em 1948, participou, nos anos seguintes, além das sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, das reuniões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pela ONU em 1948 com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

Interessando-se cada vez mais por questões da área econômica, Miguel Álvaro Osório de Almeida ingressou no mestrado em economia da Universidade de Colúmbia, concluindo o curso em 1951. Nesse mesmo ano, retornou ao Brasil, permanecendo à disposição do gabinete do ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Ainda em 1951 participou da IV Reunião da CEPAL, no México, e no ano seguinte foi delegado do Brasil à VII Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris. Designado chefe do Setor de Política Monetária e Fiscal do Departamento Econômico do Itamaraty em 1953, participou, nesse ano da VIII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em Genebra. Ainda em 1953, foi promovido a Primeiro-Secretário.

Serviu na Embaixada brasileira em Londres entre 1954 e 1956, ano em que voltou a integrar a Missão Brasileira junto à ONU, aí permanecendo até 1957. Nesse período, participando das sessões da Assembléia Geral e da Conferência para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), instituída no ano seguinte com a finalidade de promover a cooperação científica e técnica do uso pacífico da tecnologia nuclear. Em 1957 tornou-se cônsul-adjunto em Nova Iorque e logo depois passou a servir na Embaixada do Brasil em Washington, onde permaneceu até 1958. Nesse ano e no seguinte, participou das reuniões do Comitê das 21 Repúblicas Americanas, o chamado "Comitê dos 21", em Washington. Esse comitê representou, na prática, um desdobramento, no interior da OEA, da Operação Pan-Americana (OPA) – programa multilateral para o desenvolvimento econômico da América Latina encaminhado pelo presidente Juscelino Kubitscheck ao governo norte-americano, em junho de 1958 – e tinha a missão de estudar os principais "pontos de estrangulamento" das economias latino-americanas e formular novas medidas de cooperação econômica interamericana.

Ainda em 1959, já conhecido por sua familiaridade com assuntos econômicos, Miguel Álvaro Osório de Almeida ficou lotado no Conselho do Desenvolvimento, criado em fevereiro de 1956, diretamente subordinado

ao presidente da República. Primeiro órgão central de planejamento de caráter permanente instituído no Brasil, o conselho foi responsável pela elaboração do Programa de Metas, ambicioso plano de desenvolvimento econômico promovido pelo governo JK, do qual Miguel Álvaro Osório de Almeida se tornou coordenador técnico. Ainda em 1959 esteve à disposição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e tornou-se pesquisador sobre desenvolvimento econômico na Universidade de Harvard, em colaboração com Lincoln Gordon, que pouco depois ocuparia a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Em 1960, foi secretário da Comissão de Coordenação da Política Econômica Exterior e foi promovido a Ministro de Segunda Classe.

Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República em 1961, durante o governo Jânio Quadros, participou nesse ano de reuniões do Ecosoc em Nova Iorque e de reuniões da CEPAL em Santiago e foi nomeado Ministro-Conselheiro da embaixada brasileira em Washington. No ano seguinte participou da sessão da Assembléia Geral da ONU, de reuniões do Ecosoc, também em Nova Iorque, e ocupou o cargo de Encarregado de Negócios em Washington. Em 1963, esteve presente à reunião do comitê preparatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), organismo multilateral que fazia parte da estrutura da ONU e que tinha por objetivo divulgar as demandas econômicas e sociais dos países em deenvolvimento, em Genebra. Transferido para a Embaixada brasileira em Moscou, ainda como Ministro-Conselheiro, foi Encarregado de Negócios na capital russa entre 1963 e 1964. Em 1965, seguiu para Montreal como Cônsul-Geral, vindo a exerceu as mesmas funções em Hong-Kong entre 1967 e 1969. Sua principal missão nesse posto, segundo Mário Gibson Barbosa então ministro das Relações Exteriores, era avaliar como ter-se acesso ao imenso mercado representado pela China Popular. Seus relatórios foram importantes para uma reavaliação da política do Brasil em relação àquele país.

De volta ao Brasil em 1969, na qualidade de assessor especial de Mário Gibson Barbosa, foi promovido, naquele mesmo ano, a Ministro de Primeira Classe. Em 1970, participou da Conferência Diplomática Negociadora do Tratado de Cooperação e Patentes, em Washington, e em 1972 foi subchefe da delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, além de participar da sessão da Assembléia Geral da ONU. Deixando a assessoria do ministro em 1973, chefiou nesse ano as delegações do Brasil à reunião da CEPAL em Quito e

à Conferência Diplomática sobre Propriedade Industrial, em Viena. No ano seguinte, chefiou a delegação brasileira à Conferência Mundial de População, em Bucareste.

Foi embaixador do Brasil em Camberra, na Austrália, de 1975 a 1977. De volta ao Brasil em 1978, tornou-se assessor para ciência e tecnologia do Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, função que exerceria até 1981. Ainda em 1978 chefiou a reunião regional da América Latina para a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, no Panamá, e em 1980 participou da conferência diplomática sobre a revisão da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, realizada em Genebra. Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores entre 1982 e 1983, foi delegado brasileiro à XI Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, em Munique, e chefe do grupo Brasil-EUA de cooperação científica e tecnológica, em Washington.

Foi transferido de Brasília para o Rio de Janeiro em 1983, quando ingressou no Quadro Especial. Aposentou-se em 1986, ao completar 70 anos.

Escreveu artigos sobre desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Em março de 2004, o Instituto Rio Branco criou o "Prêmio Miguel Osório de Almeida", destinado à melhor dissertação sobre temática econômica apresentada em seu programa de mestrado em diplomacia.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

AMADO, Gilberto

Advogado, jornalista, escritor, político e diplomata, Gilberto Amado destacou-se como um estudioso da diplomacia brasileira na década de 1920. Entre 1939 e 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, foi o último embaixador brasileiro na Itália, antes do rompimento de relações com os países do Eixo.



Acervo UH/Folha Imagem

Gilberto de Lima Azevedo Sousa Ferreira Amado de Faria nasceu na cidade sergipana de Estância, no dia 7 de maio de 1887. Sua família produziu uma série de escritores, entre os quais seus irmãos Genolino, Gildásio e Gílson e seus primos Jorge e James Amado.

Em 1905, ingressou na Faculdade de Direito de Recife, e no ano seguinte passou a escrever para o *Diário de Pernambuco*. Nessa época, sustentou polêmica com os jornais, *A Província* e *Correio de Recife* em torno da obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que procurava difundir. Em 1909, foi escolhido pelos alunos da faculdade para representá-los no congresso de estudantes que se realizou em São Paulo no mês de agosto.

Concluindo o curso em 1909, foi nomeado promotor público em Aracaju, mas recusou o cargo, preferindo dedicar-se ao jornalismo. No início de 1910, transferiu-se para o Rio de Janeiro, publicando artigos sobre literatura no *Jornal do Comércio* que o tornaram conhecido nos círculos literários da capital federal. Em seguida, passou a colaborar com *A Imprensa,* então dirigido por Alcindo Guanabara, e depois em *O País*. Na mesma época, escrevia para o jornal *Comércio de São Paulo.*

Em 1911, voltou para Recife, a fim de assumir o cargo de professor substituto da cadeira de direito penal da Faculdade de Direito, para o qual fora nomeado. No ano seguinte, candidatou-se a deputado federal por Sergipe, não conseguindo porém eleger-se. Após as eleições, foi mandado em comissão à Europa pelo governo brasileiro, em viagem de estudos. Em 1914, publicou seu primeiro livro, *As chaves de Salomão*. No ano seguinte, foi eleito deputado federal por Sergipe. Em junho, matou a tiros o poeta Aníbal Teófilo no saguão do *Jornal do Comércio* por questões pessoais. Recolhido à Brigada Policial, ficou à disposição da justiça, sendo absolvido tempos depois. Permaneceu na Câmara até 1917, retomando a atividade jornalística ao fim do mandato.

Reeleito deputado federal em 1921 e em 1924, permaneceu na Câmara até o final de 1926. Durante esse período, fez parte da Comissão de Diplomacia e Tratados e da Comissão de Finanças. Seus pareceres nesta última comissão sobre o orçamento do exterior suscitaram teses que tiveram influência sobre a orientação da diplomacia brasileira. Em 1924, emitiu parecer no qual se mostrava favorável a um estreitamento das relações entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, abordando a atitude do Brasil diante o pan-americanismo.

Eleito senador por Sergipe em 1926, exerceu o mandato até 1930, quando a vitória da Revolução de Outubro que levou Getúlio Vargas ao poder suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos do país. No Senado, também desenvolveu estudos sobre a diplomacia brasileira. Ao longo de sua carreira no Congresso, participou das conferências interparlamentares de comércio realizadas em Roma (1925), Londres (1926), Paris (1927) e Berlim (1930). Em 1930, deixou a cátedra de direito penal da Faculdade de Direito de Recife, pedindo transferência para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Seu ingresso na carreira diplomática por assim dizer teve início em 1934, quando foi nomeado consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. No exercício de suas funções, participou em 1935 da delegação brasileira à Conferência para Manutenção da Paz, realizada em Buenos Aires. Em dezembro, foi efetivado no posto de Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe. Embaixador e Ministro Plenipotenciário em Santiago do Chile de 1936 a 1937, no ano seguinte foi nomeado diretor-geral da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, e sucessivamente Embaixador em Helsinque.

Permaneceu na capital finlandesa até 1939, ano em que foi designado para ocupar a Embaixada brasileira em Roma. A evolução dos acontecimentos durante a Segunda Guerra Mundial, na qual, a partir de

meados de 1942, navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães e também por submarinos italianos, levou o governo Vargas a romper relações diplomáticas com as potências do Eixo (Alemanha, Itália e também o Japão) em agosto daquele ano. Gilberto Amado foi, pois, o último Embaixador brasileiro na Itália. Deixando o cargo, assumiu a Embaixada do Brasil em Berna, Suíça, ainda em 1942, aí permanecendo até o ano seguinte.

Dando consecução à sua trajetória diplomática, representou o Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho em 1945 e, desde 1946, foi delegado brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU), tendo representado o país em diversas sessões ordinárias e extraordinárias da entidade. Além disso, participou em 1947 do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Washington, e foi membro e diversas vezes presidente da Comissão de Direito Internacional da ONU, e representou ainda o Brasil na Comissão Internacional de Jurisdição Criminal em 1951. Em maio de 1952, aposentou-se de suas funções diplomáticas, dedicando-se à produção literária. Contudo, aceitou a chefia da delegação brasileira à Conferência da ONU sobre o Direito de Mar em 1960.

Gilberto Amado é considerado um dos expoentes do memorialismo na moderna literatura brasileira em virtude dos cinco volumes que publicou na década de 1950 *(História de minha infância*, 1954; *Minha formação no Recife,* 1955; *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa,* 1956; *Presença na política,* 1958, e *Depois da política,* 1960). Sua vasta produção ensaística também merece registro, destacando-se o exame da realidade e do caráter sócio-cultural do Brasil, sobretudo da vida política, contido em *As instituições políticas e o meio social no Brasil* (1924), *Eleições e representação* (1931), e *Presença na política* (1958). Entre as idéias expostas, destaca-se a crítica às formas de representação, ao militarismo, à fragilidade das instituições, ao predomínio dos grandes Estados e à persistência do mecanismo de importação dos padrões culturais e institucionais europeus, os quais, a seu ver, deveriam ser substituídos pela procura de formas brasileiras, condizentes com as condições peculiares do país, e pela adoção de uma política de aproximação com as demais nações do continente americano.

Gilberto Amado ocupou a cadeira nº 26 da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1963.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1969.

Além dos livros já mencionados, publicou, entre outros, *O instinto* (contos, 1910), *Suave ascensão* (poesia, 1917), *Grão de areia: estudo de nosso tempo* (1919, 2 ed. modificada, 1948), *Aparências e realidades* (1922), *Espírito de nosso tempo* (1932), *A dança sobre o abismo* (1932, 2 ed.,1952), *Dias e horas de vibração* (impressões de viagem, 1933), *Inocentes e culpados* (2 ed., 1941), *Os interesses da companhia* (1942), *Sabor do Brasil* (1953) e *Poesias* (1954, 2 ed., 1967). Gilberto Amado foi objeto de um grande número de artigos, além do livro de Homero Sena *Gilberto Amado e o Brasil* (1968).

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

ARANHA, Osvaldo

Advogado e político, um dos principais nomes da Revolução de 1930, foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos e Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, durante boa parte do Estado Novo. Defensor do alinhamento da política externa brasileira à norte-americana, sobretudo no contexto da Segunda Guerra Mundial, presidiu a Assembléia Geral da ONU em 1947, o mais alto posto internacional jamais ocupado por um brasileiro.



Oswaldo Euclides de Souza Aranha nasceu em Alegrete (RS), no dia 15 de fevereiro de 1894, filho do coronel Euclides Egídio de Souza Aranha e de Luísa Jacques de Freitas Vale Aranha.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1916, retornou ao Rio Grande do Sul após a formatura, instalando seu escritório de advocacia em Uruguaiana. Em meados de 1917, estabeleceu contato profissional e pessoal com o também advogado Getúlio Vargas. Alinhando-se ao situacionismo estadual, combateu a insurreição de 1923, promovida por adversários de Borges de Medeiros, que concorria à quinta reeleição consecutiva ao governo gaúcho. Na ocasião, Aranha comandou um destacamento composto por civis. Nos anos seguintes, voltou a combater novos levantes promovidos pela oposição, incluindo as revoltas tenentistas. Entre 1925 e 1927, foi intendente em sua cidade natal. Em 1927, elegeu-se deputado federal pelo situacionista Partido Republicano Riograndense. No ano seguinte, com a posse de Vargas no governo estadual, assumiu a pasta do Interior e Justiça.

Oswaldo Aranha participou ativamente das negociações em torno da sucessão do presidente Washington Luís, tornando-se um dos principais

articuladores da Aliança Liberal, coligação que lançou Vargas à presidência, com apoio dos grupos dirigentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba e das oposições dos demais estados. Após a derrota de Vargas no pleito de março de 1930, a perspectiva de um levante armado ganhou terreno. Aranha integrou as fileiras dos partidários da deposição de Washington Luís e do impedimento da posse de Júlio Prestes, o candidato eleito. Essa alternativa, contudo, não era consensual na Aliança Liberal, esbarrando na oposição, entre outros, de Borges de Medeiros. O próprio Getulio mostrava-se evasivo a respeito.

Ainda assim, a preparação da insurreição avançava, contando com a participação de líderes tenentistas, encarregados das operações militares. Em abril, Oswaldo Aranha encomendou na Tchecoslováquia material bélico e munições e no início de maio fixou a data de 16 de julho para a eclosão do movimento. Porém, o recuo do presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, em relação à luta armada, levou Aranha a se demitir da Secretaria de Justiça no final de junho. O assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, em 26 de julho, deu novo alento à insurreição e Aranha voltou a liderar a organização do movimento.

A revolução começou em Porto Alegre no final da tarde do dia 3 de outubro, com Oswaldo Aranha chefiando o ataque aos comandos do Exército e da Região Militar. Em 48 horas, os revolucionários já detinham total controle do Rio Grande do Sul. Decidido a assumir o comando revolucionário, no dia 11 Getúlio Vargas nomeou novamente Aranha secretário do Interior e lhe passou o governo. O sucesso do movimento levou à deposição de Washington Luís por oficiais das Forças Armadas lotados na capital federal. Aranha deslocou-se, então, ao Rio de Janeiro para negociar a transferência do poder a Vargas.

Empossado o novo governo em 3 de novembro, coube a Aranha a pasta da Justiça. No final de 1931, trocou de pasta, assumindo o Ministério da Fazenda. No novo cargo, renegociou a dívida externa e transferiu para o governo federal a execução da política de valorização do café, implementada através da compra de estoques excedentes. Integrante da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional, base dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, desta participou como membro nato por ser ministro de Estado. Deixou o ministério após a promulgação da nova Carta, em julho de 1934.

Em setembro, assumiu a Embaixada do Brasil nos EUA, quando se negociava a assinatura de um tratado comercial entre os dois países.

Firmado em fevereiro de 1935, o tratado previa a redução das tarifas sobre os produtos norte-americanos no Brasil em troca da manutenção das principais exportações brasileiras (café, borracha) na lista livre daquele país. Paralelamente, a Alemanha ampliava o comércio com o Brasil na base da troca de produto por produto, o que se chocava com o livre cambismo proposto pelos norte-americanos. Em junho de 1936, Brasil e Alemanha assinaram um ajuste comercial, visando, sobretudo, a colocação de algodão brasileiro naquele país. Em termos práticos, a posição do governo Vargas traduziu-se por uma dupla aproximação com os Estados Unidos e a Alemanha, definida por Gérson Moura como uma política de "eqüidistância pragmática".

Em junho de 1937, o Brasil prorrogou o ajuste de comércio compensado com a Alemanha. Imaginando que essa iniciativa poderia provocar reações nos Estados Unidos, Aranha insistiu na ida do ministro da Fazenda Sousa Costa a Washington para debater a questão do comércio germano-brasileiro. Na capital norte-americana, Sousa Costa concordou com a limitação da exportação de certos produtos brasileiros para a Alemanha e a constituição de duas comissões fiscalizadoras para acompanhar o desempenho do comércio exterior brasileiro. Por seu lado, os norte-americanos admitiram tratar separadamente a dívida brasileira nos EUA, e não em conjunto com a Europa, fixando um novo plano de pagamento.

Contrário à implantação do Estado Novo (10/11/1937) e à nova Constituição, Aranha renunciou ao cargo de Embaixador no dia 15, mas logo mudou de idéia, passando a apoiar o golpe, embora continuasse a não aprovar a nova Carta. Em março de 1938, foi nomeado ministro das Relações Exteriores. À frente do Itamaraty, promoveu uma política contínua e sistemática de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Durante o primeiro ano da sua gestão, o governo brasileiro decretou a nacionalização do ensino, o que afetou basicamente as escolas alemãs e italianas, e proibiu as atividades políticas de estrangeiros, o que culminou com a interdição de funcionamento do Partido Nazista. Essa decisão gerou grave crise nas relações diplomáticas com a Alemanha, que só seriam normalizadas em junho de 1939.

A coincidência de pontos de vista entre Washington e Rio de Janeiro ficou patente na VIII Conferência Pan-Americana, realizada em Lima, em dezembro de 1938. Durante a conferência, a delegação brasileira alinhou-se com os EUA na defesa de uma política de solidariedade continental, frente a uma iminente guerra mundial. Entretanto, a oposição da Argentina impediu que a proposta dos EUA de se criar um comitê

consultivo interamericano permanente fosse adiante, sendo aprovada em seu lugar a instituição de um sistema de reuniões de consultas dos chanceleres americanos.

Em janeiro de 1939, Oswaldo Aranha partiu para os EUA em visita oficial, a chamada Missão Aranha, cujo objetivo era discutir as principais questões econômicas, militares e políticas que envolviam os dois países. Os empresários norte-americanos vinham reclamando do discreto crescimento das exportações para o Brasil, sobretudo a partir do Estado Novo. Ao cabo de dois meses de negociações, foram assinados cinco acordos, entre os quais o que concedia um crédito de 50 milhões de dólares para auxiliar a criação do Banco Central no Brasil e outro, de 19,2 milhões de dólares, do Export-Import Bank, para a liquidação de dívidas comerciais e a reativação do comércio com os EUA. No plano militar, foram acertadas a intensificação de programas de cooperação e a troca de visitas dos chefes de Estado-Maior dos exércitos dos dois países, generais George Marshall e Góis Monteiro. Alguns setores do governo brasileiro, especialmente nos ministérios da Guerra e da Fazenda, opuseram-se àquelas decisões, tornando problemática a implementação efetiva dos acordos. De qualquer modo, a Missão Aranha representou um reforço do alinhamento da política externa brasileira à norte-americana e um avanço na colaboração militar.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, levou o presidente norte-americano Franklin Roosevelt a convocar a I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das repúblicas americanas, realizada naquele mês, na cidade do Panamá. Durante o encontro, ficaram acertadas a realização da II Reunião de Consultas em setembro de 1940, em Havana, e a instalação, no Rio de Janeiro, da Comissão Interamericana de Neutralidade. Ao longo de 1940, os EUA pressionaram o Brasil para que pudessem utilizar as suas bases aéreas e navais no Nordeste e até mesmo a cessão do território para a instalação de bases. O governo brasileiro rejeitou a solicitação, mas aproveitou a ocasião para declarar-se disposto a receber ajuda para a construção de novas bases a serem operadas por brasileiros, e também renovou um pedido de auxílio para a instalação de uma grande siderúrgica. No início de 1940 haviam fracassado os entendimentos mantidos nesse sentido por Aranha com a empresa United States Steel, o que levara o governo brasileiro a procurar um empréstimo estatal para a implementação do projeto. Após um discurso pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado *Minas Gerais*; interpretado como uma ameaça de que o Brasil se associaria aos países do Eixo, os norte-americanos

decidiram emprestar 20 milhões de dólares para a construção da siderúrgica de Volta Redonda.

O agravamento da situação mundial provocou a antecipação para julho da II Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores. Coube ao Brasil, representado por Oswaldo Aranha, a presidência da comissão de coordenação. Os resultados da conferência de Havana foram bastante positivos para os EUA, uma vez que os participantes decidiram que qualquer tentativa de um Estado não-americano contra a integridade de um Estado americano seria considerada uma agressão contra os demais países do continente. No início de 1941, Aranha reafirmou as bases da política externa brasileira: pacifismo, dentro do princípio de não-intervenção e de solidariedade continental e estrita neutralidade em relação à guerra européia, mas cooperação na defesa do hemisfério. Em outubro, os EUA se comprometeram, a transferir para o Brasil armamentos e munições de guerra no valor de cem milhões de dólares. Em troca, o Brasil supriria os Estados Unidos com matérias-primas estratégicas e colaboraria para a segurança do hemisfério.

O ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro, precipitou a entrada dos Estados Unidos na guerra. O governo brasileiro declarou sua solidariedade aos EUA no mesmo dia. No dia 15 de janeiro de 1942 instalou-se no Rio de Janeiro a III Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas. O objetivo central dos Estados Unidos era obter o rompimento unânime e imediato de relações diplomáticas entre os países latino-americanos e o Eixo. No entanto, a despeito do empenho de Oswaldo Aranha, presidente da conferência, Argentina e Chile foram contra, conseguindo-se apenas uma recomendação de rompimento. Mas Vargas, em 28 de janeiro, dia do encerramento da conferência, determinou o rompimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão.

O torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães a partir de fevereiro levou o governo brasileiro a pressionar Roosevelt quanto à remessa de material bélico e a exigir proteção à marinha mercante nacional. Em março, Vargas criou a Comissão de Defesa Nacional, presidida por Oswaldo Aranha. Também em março foram assinados os Acordos de Washington, que, em linhas gerais, diziam respeito ao fornecimento de matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana e à cooperação dos EUA para o desenvolvimento econômico brasileiro.

O rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo aguçou os embates entre a corrente americanista chefiada por Oswaldo Aranha

e a facção neutralista, simpática ao Eixo, e que incluía os generais Dutra e Góis Monteiro e o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. O confronto atingiu o clímax quando a União Nacional dos Estudantes decidiu promover uma passeata pró-Aliados no dia 4 de julho, data da independência dos EUA, recebendo o apoio de Aranha. A manifestação, apesar de proibida por Filinto Müller, realizou-se com grande sucesso.

No dia 22 de agosto, após uma nova onda de ataques a embarcações brasileiras, foi reconhecida a situação de guerra entre o Brasil e as nações agressoras, Alemanha e Itália. A posição do Brasil a favor dos Aliados ofereceu aos opositores do Estado Novo uma excelente oportunidade para denunciarem o regime. Assim, na inauguração, em 1º de janeiro de 1943, da Sociedade Amigos da América, Oswaldo Aranha foi homenageado como um dos homens que mais haviam lutado no país pelos ideais de liberdade. Nesse mesmo mês, Vargas se reuniu com Roosevelt em Natal, ocasião em que o presidente norte-americano sugeriu, e Vargas aceitou, que o Brasil viesse a ser um dos fundadores da futura Organização das Nações Unidas (ONU). Em contrapartida, Vargas revelou-se disposto a enviar tropas para a Europa.

Essa iniciativa, contudo, só se concretizou em junho de 1944, quando o primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira embarcou para a Itália. A essa altura, o clima gerado pelas vitórias aliadas incentivava os setores que defendiam a redemocratização do país. Próximo a essas correntes de opinião, Aranha foi convidado, em agosto, para ocupar a vice-presidência da Sociedade Amigos da América, mas a cerimônia de posse foi impedida pela polícia. Sentindo-se desprestigiado, pediu demissão do Ministério das Relações Exteriores, concretizada no dia 23.

Em 1º de fevereiro de 1947, já no governo do general Eurico Dutra, o primeiro após a queda do Estado Novo (30/10/1945), Oswaldo Aranha foi nomeado chefe da delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e seu representante no Conselho de Segurança da entidade. No início de março, assumiu a presidência desse conselho, função que, por rodízio, cabia ao Brasil. Em abril, surgiu o caso que o colocaria no noticiário internacional. A Grã-Bretanha anunciou que abriria mão do seu mandato sobre a Palestina, região onde era grande a tensão entre árabes e judeus, e solicitou uma sessão especial da Assembléia Geral da ONU para discutir o problema. O pedido foi aceito e em 28 de abril Aranha foi eleito com maciça votação para presidir a sessão. No decorrer dos trabalhos foi constituída uma comissão que visitaria a Palestina, imbuída do princípio de que a região deveria se tornar independente.

Após alguns meses no Brasil, Oswaldo Aranha retornou a Nova Iorque em setembro como chefe da delegação brasileira à Segunda Sessão da Assembléia Geal da ONU, sendo escolhido para presidi-la. Um dos temas mais candentes continuava sendo o da Palestina. Enquanto os árabes defendiam a criação de um Estado palestino, os judeus sustentavam a partilha do território e a criação de dois Estados, um judeu e um árabe. O relatório da comissão enviada à Palestina apoiou a posição judaica. Segundo Stanley Hilton, "[o] papel de Aranha nas deliberações seria de apoio discreto, mas intenso, às reivindicações sionistas. Diria, no final da sessão, que seu dever como presidente o obrigara a se manter neutro [...] [mas] [e]m caráter particular não escondia suas simpatias e ajudou a influenciar outros delegados" (Aranha seria considerado grande benemérito do Estado de Israel, constituído em 1948).

Afastando-se da vida pública, retornou ao cenário político em junho de 1953, no segundo governo Vargas, quando voltou a assumir a pasta da Fazenda. Aranha conviveu com Vargas até os momentos que antecederam ao seu suicídio (24/08/1954), deixando o ministério em seguida. Em setembro de 1957, durante o governo de Juscelino Kubitscheck, chefiou a delegação brasileira a XII Assembléia Geral da ONU. Em relatório enviado a Juscelino, defendeu uma redefinição da política externa brasileira, uma vez que, tendo em vista o movimento em favor da libertação dos povos ainda colonizados, o Brasil não poderia continuar apoiando as potências coloniais.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1960.

O arquivo de Oswaldo Aranha encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Verbetes: BRANDI, Paulo. Getulio Vargas; e MOURA,Gerson. "Missão Aranha".

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha, uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ARCHER, Renato

Oficial de Marinha e político, Renato Archer destacou-se como um dos principais defensores da adoção, nos anos 1950, de uma política nacionalista na área da energia atômica pelo governo brasileiro. Suas posições em relação à política nuclear brasileira valeram-lhe a indicação para o cargo de subsecretário das Relações Exteriores, no início do governo João Goulart.



Renato Bayma Archer da Silva nasceu em São Luís no dia 10 de julho de 1922, filho do industrial têxtil Sebastião Archer da Silva e de Maria José Bayma Archer da Silva.

Cursou o ginásio no internato do Colégio São José, no Rio de Janeiro, entre 1934 e 1938. De volta a São Luís, aguardou a melhoria das condições financeiras da família para ingressar na Escola Naval, localizada na capital federal. Iniciou o curso em novembro de 1941. Em 1944 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, serviu a bordo dos navios que patrulhavam o litoral brasileiro ou protegiam navios mercantes contra as ameaças de afundamento dos submarinos alemães e italianos e, também, em embarcações que orientavam a rota dos aviões bombardeiros norte-americanos que cruzavam o oceano Atlântico partindo de Natal e de Recife. Em fevereiro de 1945 saiu guarda-marinha.

A normalização das atividades político-partidárias trazidas pela queda do Estado Novo (1937-1945) levou Sebastião Archer a ser eleito para o governo do Maranhão em janeiro de 1947. Renato Archer foi nomeado oficial-de-gabinete do pai e, por decreto presidencial, obteve licença da Marinha. Em meados de 1948, após um desentendimento com o senador

Vitorino Freire, afastou-se do gabinete do governador, retornando ao serviço ativo da Marinha. Licenciou-se novamente no final de 1949 e em outubro de 1950 concorreu a vice-governador do estado em chapa encabeçada por Eugênio de Barros. Vitoriosos, tiveram a posse impugnada porque a quantidade de votos nulos fora superior à diferença entre os que haviam obtido e os do segundo colocado, Saturnino Belo. Somente com a realização de novas eleições, em setembro de 1951, Eugênio de Barros e Renato Archer foram confirmados nos cargos de governador e vice-governador. No entanto, após ser empossado, Archer preferiu aguardar fora do estado uma eventual convocação para substituir o titular do governo. Fixou residência no Rio de Janeiro e inaugurou suas atividades na iniciativa privada tornando-se um dos sócios fundadores da Prospec, empresa de prospecções e aerofotogrametria.

Nas eleições de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pelo Maranhão e em fevereiro de 1955 iniciou seu mandato. Em abril, embora permanecesse licenciado do serviço ativo, foi promovido a capitão-de-corveta. Na Câmara dos Deputados, junto com outros parlamentares como Ulisses Guimarães, João Pacheco Chaves, Antônio de Oliveira Brito, Tarcilo Vieira de Melo, José Joffily, Leoberto Leal, Nestor Jost e Cid Carvalho, formou a chamada Ala Moça do PSD. Identificado com a candidatura de Juscelino Kubitschek às eleições presidenciais de outubro de 1955, o grupo contribuiu efetivamente para sustentá-la frente às tentativas de veto formuladas por outros setores do partido. A vitória de Kubitschek e sua posse, em 31 de janeiro de 1956, consolidaram o prestígio da Ala Moça.

Durante os trabalhos legislativos, participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encarregada de investigar o problema da energia atômica no Brasil. Em seus pronunciamentos sobre o tema, reportou-se a irregularidades ocorridas no campo da energia nuclear que se acumulavam desde o governo Vargas. Referiu-se também à destruição da obra do almirante Álvaro Alberto no CNPq, ao abandono de ultracentrífugas compradas na Alemanha para o processamento de urânio, e ao não-aproveitamento pelo governo de cientistas brasileiros que haviam estudado na França e na Alemanha. Criticou o abandono da política nacionalista de energia atômica devido à influência norte-americana, e enfatizou as reais possibilidades de o Brasil produzir energia nuclear através do enriquecimento do urânio. Devido à sua atuação no debate sobre a energia nuclear foi indicado, ainda em 1956, para a Agência Internacional de Energia Atômica, onde representou o governo brasileiro por dois anos. Nesse período,

aprofundou seus conhecimentos em centros de pesquisa da França, Bélgica e Inglaterra, atendendo a convite dos governos daqueles países. Ainda em 1956, publicou *Política nacional de energia atômica*, seguido por *Política nacional de energia nuclear*, em 1957, e *Aspectos econômicos do uso da energia nuclear*, em 1958.

Nas eleições de outubro de 1958 Renato Archer reelegeu-se deputado federal pelo Maranhão e em janeiro de 1961, após sucessivas licenças da Marinha, foi transferido para a reserva remunerada na patente de capitão-de-fragata. Na nova legislatura, defendeu a adoção do parlamentarismo, regime político aprovado pelo Congresso em setembro de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), como forma capaz de garantir a posse de seu substituto, o vice-presidente João Goulart, cujo nome fora vetado pelos ministros militares. Goulart assumiu a presidência no dia 7 de setembro e designou o deputado Tancredo Neves, do PSD, Primeiro-Ministro.

Nomeado ministro das Relações Exteriores, o deputado Francisco Clementino de San Tiago Dantas, do PTB, designou o embaixador Carlos Alfredo Bernardes secretário-geral do Itamaraty e convidou Archer para ocupar a subsecretaria do ministério. A idéia de San Tiago Dantas era seguir o exemplo europeu de governo parlamentar, atribuindo ao subsecretário, como membro do Parlamento, a função de mantê-lo permanentemente vinculado ao ministério e tornando-o hierarquicamente mais importante que o próprio Secretário-Geral. Sua indicação encontrou resistências dentro do Itamaraty em virtude de suas posições em relação à política nuclear brasileira. Como era também atribuição do subsecretário substituir o titular da pasta nas ocasiões em que este viajasse, Archer foi ministro interino em diversas oportunidades ao longo dos nove meses da gestão de San Tiago Dantas.

A passagem de Archer pelo Ministério das Relações Exteriores correspondeu a um momento de afirmação da política externa brasileira, uma vez que San Tiago Dantas deu continuidade à chamada "política externa independente" do ex-presidente Jânio Quadros, desenvolvida pelo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco. De acordo com essa orientação, o Brasil deveria se identificar com os países do chamado Terceiro Mundo em contraposição ao alinhamento automático com os EUA e os países da Europa Ocidental. Durante sua gestão, foi proposta a criação de um organismo internacional de regulação do comércio exterior, que tomaria forma na United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), e houve

iniciativas no sentido da efetivação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em novembro de 1961, o Brasil reatou relações diplomáticas com a União Soviética. Reaproximou-se também da Argentina e apoiou a luta de libertação de Angola e Moçambique contra a colonização portuguesa. O fato mais importante, porém, ocorreu na conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em 1962 na cidade de Punta del Este, no Uruguai, quando a diplomacia brasileira opôs-se à proposta norte-americana de impor sanções diplomáticas, econômicas e militares ao regime socialista inaugurado por Fidel Castro em Cuba. Brasil, México e Argentina, em comum acordo, sugeriram a exclusão de Cuba dos pactos continentais de defesa e a restrição da propaganda socialista além das fronteiras cubanas, com o que concordou o governo cubano. Ao final, não houve na conferência a unanimidade necessária para o sucesso da proposta do governo norte-americano.

Archer deixou a subsecretaria do Itamaraty em junho de 1962. A sua experiência no cargo foi contada em seu livro *Diretrizes para uma política externa independente*, publicada em 1963. Recusando o pedido de Afonso Arinos, que assumiu a pasta, para contionuar cargo, reelegendo-se deputado federal pelo Maranhão na legenda do PSD. Desde essa época, começou a articular o retorno de Juscelino Kubitschek à presidência da República nas eleições previstas para outubro de 1965, criando condições para o lançamento dessa candidatura na convenção do PSD realizada a 20 de março de 1964. Vitorioso nessa empreitada, continuou apostando na candidatura de JK, mesmo após a derrubada de Goulart em 31 de março de 1964.

Adversário do regime militar, Archer passou a enfrentar sérios problemas em sua trajetória política. Candidato ao governo do Maranhão nas eleições de outubro de 1965, acabou na última colocação. Com a extinção dos partidos políticos em conseqüência do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas eleições de novembro de 1966 voltou a eleger-se deputado federal pelo Maranhão.

Renato Archer foi um dos principais articuladores da Frente Ampla, lançada oficialmente a 28 de outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição ao regime militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e a corrente de Carlos Lacerda. Embora participante do movimento que havia derrubado Goulart e cassado os direitos políticos de Kubitschek, o ex-governador do estado da Guanabara não concordava com outras medidas, econômicas e políticas,

estabelecidas pelo regime, principalmente a adoção de eleições indiretas para a presidência da República e a prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco.

Mediador entre Lacerda e Kubitschek, presente ao encontro dos dois líderes em Lisboa no mês de novembro de 1966, Archer assumiu a posição de principal interlocutor de Lacerda, buscando ainda a adesão do ex-presidente Jânio Quadros e de José de Magalhães Pinto, ex-governador de Minas Gerais e um dos líderes civis do movimento de março de 1964. Quanto a Goulart, estava de acordo com a Frente Ampla, mas não aceitava a idéia de manter um encontro com Lacerda, por considerar que a iniciativa seria repudiada tanto pelas bases do PTB de origem getulista quanto pelos militares ligados ao ex-governador da Guanabara.

Em maio de 1967 Archer discursou na Câmara dos Deputados, declarando que a Frente Ampla entraria em recesso por 90 dias, na expectativa de uma melhor definição do recém-instalado governo de Artur da Costa e Silva. Ao longo desse período diluíram-se os apoios da bancada do MDB, mas em agosto, com o agravamento da crise política, a Frente voltou a se ativar através de políticos com mandato parlamentar. Nessa ocasião, Archer foi designado seu Secretário-Geral.

Finalmente, em setembro de 1967, Lacerda e Goulart encontraram-se em Montevidéu, onde o ex-presidente vivia exilado. A partir daí, graças à maior aceitação por parte dos parlamentares do MDB, deu-se início a mobilizações públicas, com comícios nas cidades do ABC paulista, em dezembro de 1967, e em Londrina e Maringá, no Paraná, no início de abril de 1968. Esses últimos eventos coincidiram com as manifestações estudantis realizadas em todo o país em repúdio à violência policial que, no Rio de Janeiro, causara a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto no final de março. No dia 5 de abril, o governo baixou uma série de medidas repressivas, entre as quais a Portaria nº 117, proibindo as atividades da Frente Ampla.

Em 30 de dezembro de 1968, alguns dias após a edição do Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), Archer teve seu mandato cassado. Foi preso pela primeira vez no dia 10 de janeiro de 1969, só sendo libertado após quase quatro meses de detenção. Arrolado em inquérito policial-militar (IPM) e acusado pelo Exército, não chegou a julgamento por falta de provas. Em setembro de 1969, com o afastamento do presidente Costa e Silva por doença e a ascensão de uma junta militar ao poder, foi novamente preso, permanecendo desta feita 19 dias detido. Em novembro de 1970, já no

governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, foi preso pela terceira vez e mantido incomunicável por 20 dias. Na ocasião, foi interrogado sobre um encontro que tivera pouco antes, na Europa, com o deputado cassado Márcio Moreira Alves.

Forçado a deixar a vida pública, retornou à direção da Prospec S.A. Antes mesmo de cumprir o prazo de suspensão de seus direitos políticos, participou em 1978 da Frente Nacional de Redemocratização, movimento que articulou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à presidência da República pelo MDB, contra a candidatura oficial do general João Batista Figueiredo. Ao readquirir a plenitude de sua cidadania voltou ao MDB e, com o fim do bipartidarismo (29/11/1979), foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nessa legenda concorreu, sem êxito, em novembro de 1982, ao governo do Maranhão. Em 1984 participou ativamente na campanha nacional de apoio à emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República em novembro daquele ano. Após a derrota da proposição, passou a dedicar-se às articulações do PMDB para a viabilização da Aliança Democrática, frente partidária que acabaria por integrar também a dissidência do PDS conhecida como Frente Liberal, e por lançar as candidaturas do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, e do senador maranhense José Sarney à presidência e à vice-presidência da República. No Colégio Eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney derrotaram Paulo Maluf e Flávio Marcílio, candidatos oficiais do regime. No entanto, Tancredo Neves não chegou a tomar posse na presidência por motivo de doença, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Seu substituto foi o vice José Sarney, que já vinha exercendo interinamente o cargo desde 15 de março.

Archer assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia, pasta então criada e que integrava todas as empresas e organismos da área até então dispersos, como o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Secretaria Especial de Informática (SEI), o Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o Conselho Nacional de Cartografia (Concar), a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Seu posicionamento favorável à reserva de mercado para a informática e contrário à abertura do setor de telecomunicações ao capital privado, colocaram-no em rota de colisão com Sarney. Assim, em outubro de 1987, deixou o ministério e foi deslocado para o Ministério da Previdência Social, no qual permaneceu até julho de

1988. Posteriormente, tornou-se um dos coordenadores da campanha de Ulisses Guimarães, candidato do PMDB, nas eleições presidenciais de 1989. Sua derrota marcou um período de reestruturação interna no partido. com o enfraquecimento do grupo histórico, os chamados "autênticos", constituído pelos remanescentes do MDB. Integrante dessa ala, Archer foi um dos articuladores da candidatura de César Maia, vitorioso nas eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro em outubro de 1992.

Com a abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor e seu afastamento do cargo em 29 de setembro de 1992, e com a subseqüente ascensão do vice-presidente Itamar Franco à chefia do Executivo federal, voltou ao governo como presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). A morte de Ulisses Guimarães, juntamente com a do senador Severo Gomes, num acidente de helicóptero em 12 de outubro de 1992, deixou Archer numa situação quase isolada no PMDB. Sua posição contrária à privatização de empresas como a Embratel, a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce colocou-o novamente em rota de colisão, dessa vez com o governo de Fernando Henrique Cardoso, seu antigo companheiro no PMDB.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de junho de 1996.

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2 ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARINOS, Afonso

Advogado e político, destacou-se como um dos mais atuantes parlamentares brasileiros no período 1947-1964. Na área das relações internacionais, foi um dos formuladores e implementadores da chamada "política externa independente", adotada pelo governo brasileiro no início dos anos 1960.



Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte em 27 de novembro de 1905, filho de Afrânio de Melo Franco, pertencente a uma tradicional família de políticos, intelectuais e diplomatas, e de Sílvia Alvim de Melo Franco. Seu pai foi ministro da Viação no governo Delfim Moreira (1918-1919), embaixador do Brasil na Liga das Nações (1924-1926) e Ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas (1930-1933). Um de seus irmãos, Virgílio de Melo Franco, foi importante líder civil da Revolução de 1930. Seus irmãos Afrânio de Melo Franco Filho e Caio de Melo Franco seguiram a carreira diplomática, tendo ambos alcançado o posto de Embaixador. O primeiro foi Encarregado de Negócios nos EUA de 1949 a 1953 e o segundo Embaixador do Brasil na França de 1953 a 1955.

Ainda aluno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde ingressou em 1922, Afonso Arinos iniciou-se na literatura e acompanhou o pai em missões diplomáticas em Santiago do Chile (1923) e em Genebra (1924-1926), acompanhando a política internacional da época. Bacharel em 1927, retornou a Belo Horizonte, assumindo o cargo de promotor de justiça. Nesse período, escreveu artigos sobre política internacional para o *Diário de Minas*, cujo redator-chefe era Carlos Drummond de Andrade. Passou a

participar ativamente da política durante a campanha da Aliança Liberal, coligação oposicionista que lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para disputar as eleições presidenciais de março de 1930. Contudo, por problemas de saúde, não participou diretamente da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder.

Viajou para a Suíça em meados do ano seguinte a fim de completar o tratamento iniciado em Belo Horizonte. Nesse país, foi designado em fevereiro de 1932 para atuar como secretário da delegação brasileira enviada à Conferência Internacional de Desarmamento, reunida em Genebra. Teve então sua primeira experiência com a chamada "diplomacia de mesa-redonda", participando de sessões em que se discutiu o controle dos armamentos ofensivos. Retornou ao Brasil em 1º de outubro de 1932, quando terminava a Revolução Constitucionalista de São Paulo com a vitória das tropas legalistas. Durante o conflito, seu pai e o irmão Virgílio haviam permanecido ao lado do Governo Provisório.

De volta ao Brasil, assumiu em 1933 a direção dos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, pertencentes à cadeia dos Diários Associados. Após o rompimento de sua família com Vargas, fundou em 1934, junto com o irmão Virgílio, a *Folha de Minas*, que seria vendida um ano depois. Passou então a trabalhar na consultoria jurídica do Banco do Brasil e em 1936 tornou-se professor de História do Brasil da Universidade do Distrito Federal. Nos anos seguintes, enquanto o país vivia sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), dedicou-se à vida acadêmica, ministrando cursos no Brasil e no exterior.

Em 1943, vinculou-se à Sociedade Amigos da América, organização que defendia o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, bem como a redemocratização no plano interno. Nesse mesmo ano foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, primeira manifestação política contra a ditadura de Vargas, o que lhe valeu a perda do emprego no Banco do Brasil. Em janeiro de 1945, participou em São Paulo do I Congresso Nacional de Escritores, evento que representou novo marco na luta contra o Estado Novo. A seguir foi um dos redatores do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia a oposição liberal a Vargas, fundado em abril daquele ano.

Com a queda do Estado Novo em outubro, concorreu por seu estado, em dezembro, às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e obteve uma suplência. Em 1946, foi designado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco, responsável pela formação e aperfeiçoamento

profissional dos diplomatas de carreira do governo brasileiro. Ao se abrir uma vaga na bancada mineira em janeiro de 1947, já após a promulgação da nova Constituição e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sucessivamente reeleito, veio a de destacar como um dos mais influentes parlamentares brasileiros do período. Um de seus projetos de lei de maior repercursão foi o que viria a ser conhecido como Lei Afonso Arinos. Aprovado no Congresso em julho de 1951, tornava a discriminação racial uma contravenção penal.

Com a volta de Vargas ao poder, em janeiro de 1951, Arinos passou mover intensa oposição ao governo. Líder da UDN na Câmara e um dos integrantes da ala mais exaltada do partido, conhecida como Banda de Música, durante o ano de 1952, destacou-se na defesa da ratificação pelo Congresso do acordo militar assinado em março pelos governos brasileiro e norte-americano. O acordo foi duramente atacado por diversos setores, sobretudo os dispositivos que, segundo eles, revelavam o interesse dos Estados Unidos na requisição de tropas brasileiras para a Guerra da Coréia.

Atendendo a pedidos do brigadeiro Eduardo Gomes e do ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, Arinos defendeu o tratado em virtude do contexto internacional de "guerra fria" e do princípio de solidariedade continental. Além desses fatores, importantes setores das forças armadas manifestavam grande interesse na modernização dos equipamentos militares e na assistência técnica norte-americana. Em suas memórias, ele considera que seu discurso intitulado "Pela solidariedade continental", pronunciado na Câmara em 5 de dezembro de 1952 e posteriormente publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, "foi a defesa mais veemente que o tratado teve em toda a sua tramitação legislativa". Ratificado pelo Congresso em março de 1953, o acordo permaneceria em vigor até 1977, quando seria denunciado pelo governo do presidente Ernesto Geisel. Em março de 1954, compareceu à X Conferência Interamericana realizada em Caracas, sob a presidência do chanceler brasileiro, Vicente Rao.

Em junho de 1954, Arinos encaminhou no Congresso um pedido para que fosse decretado o impedimento de Getúlio Vargas, mas sua proposta foi derrotada. Em 9 de agosto, em discurso que marcou época na Câmara, pediu a renúncia de Vargas e a intervenção das Forças Armadas. A crise político-institucional se aprofundou e 15 dias depois o presidente suicidou-se no Palácio do Catete.

Em 1958, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Senado, agora representando o Distrito Federal, sempre na legenda da UDN.

Afonso Arinos assumiu sua cadeira no Senado em março de 1959, vindo a presidir a Comissão de Relações Exteriores. Empenhou-se ativamente na campanha de Jânio Quadros para a presidência, acompanhando o candidato em sua viagem a Cuba, realizada em março. Vitorioso no pleito de outubro, Jânio tomou posse em 31 de janeiro de 1961 e nomeou-o para a chefia do Ministério das Relações Exteriores.

Afonso Arinos desempenhou importante papel na formulação e na implantação de uma nova política externa brasileira. Em discurso pronunciado pouco depois da posse, colocava a independência na política externa como fator essencial para a superação do subdesenvolvimento: "[...] Entre as razões pelas quais procuramos fazer política independente está a necessidade de sairmos dessa etapa miseranda de subdesenvolvimento. Se formos esperar ser um país desenvolvido para nos tornarmos independentes chegaremos à conclusão de que não alcançaremos nunca esse estágio [...]"

Nessa perspectiva, foi revisto o alinhamento automático com as posições do bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos e defendido o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, bem como foi mantido o reconhecimento do governo de Fidel Castro em Cuba, que vinha desafiando Washington. A nova postura internacional brasileira, que incluía ainda um novo padrão de relacionamento com o mundo afro-asiático baseado, entre outros fatores, na explícita condenação ao colonialismo, preservava os princípios básicos estabelecidos entre as nações americanas, como a solidariedade coletiva, o anticomunismo e a autodeterminação dos povos.

No início de sua gestão, Afonso Arinos enviou uma missão aos países socialistas com o objetivo de estudar as possibilidades de acordos comerciais e coordenou a abertura de novas embaixadas em quatro nações africanas recém-independentes – Senegal, país que visitou, Guiné, Nigéria e Congo. Nos meses seguintes, a República Popular da China e a União Soviética com as quais o Brasil não mantinha relações diplomáticas, enviaram missões ao país com o objetivo de incrementar o intercâmbio comercial e cultural.

Em abril, o Ministério das Relações Exteriores expressou a posição brasileira contrária à frustrada invasão de Cuba por contingentes anticastristas armados e treinados pelos EUA, na baía dos Porcos. Segundo Paulo Wrobel, "o Itamaraty entendeu a tentativa americana de depor Fidel Castro [...] como um sinal de que Washington estava prestes a renovar seu padrão anterior de intervenção nos assuntos internos da América Latina. A partir daí, os esforços

do Brasil para servir de mediador, utilizando o aparato legal do sistema interamericano, visaram impedir os Estados Unidos de pôr em prática sua intenção de expulsar Cuba do sistema. Na visão do Itamaraty , a expulsão significaria o isolamento regional de Havana e consenqüentemente o aprofundamento de sua aliança com o Kremlin". Em agradecimento a essa postura, o ministro da Economia de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, visitou o Brasil em agosto, sendo condecorado por Jânio Quadros com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Os setores conservadores, que apoiavam a política interna do governo mas desaprovavam sua política externa, reagiram com indignação levando a Câmara dos Deputados a convocar Afonso Arinos para prestar esclarecimentos sobre sua atuação.

O debate sobre a política externa independente estava em pleno curso quando, em 25 de agosto, Jânio renunciou abrindo uma grave crise político-militar, pois os ministros militares decidiram vetar a posse do vice-presidente João Goulart por considerá-lo comprometido com o movimento sindical e grupos de esquerda. Afastado da pasta das Relações Exteriores, Arinos reassumiu sua cadeira no Senado e desempenhou importante papel na articulação da emenda que instituiu o regime parlamentarista, o que permitiu a posse de Goulart no dia 7 de setembro.

A chamada "política externa independente" teve continuidade com a formação do primeiro gabinete parlamentarista, chefiado pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves e tendo Francisco San Tiago Dantas no comando do Itamaraty. Afonso Arinos continuou marcando presença ativa no campo das relações internacionais. Em setembro de 1961, chefiou a delegação brasileira à XVI Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, destacando-se nos debates sobre o colonialismo português. Discursando em plenário, exortou Portugal a aceitar "a marcha da história" e assumir a direção do movimento pela autonomia de Angola. A delegação brasileira apoiou a resolução anticolonialista aprovada pela esmagadora maioria da assembléia, mas rejeitou o item que condenava explicitamente o governo português. Arinos esteve igualmente à frente da delegação brasileira enviada ao primeiro período de sessões da Conferência de Desarmamento. O evento, realizado em Genebra em março de 1962, reuniu 18 países que discutiram um tratado de interdição de experiências nucleares com fins bélicos e prepararam as bases para um acordo geral de desarmamento.

Mais uma vez na chefia do Itamaraty durante o curto gabinete Brochado da Rocha (julho-setembro de 1962), compareceu, em seguida, ao

Concílio Vaticano II na condição de Embaixador Extraordinário do Brasil e comandou a delegação brasileira enviada à XVII Assembléia Geral da ONU, onde fez a primeira declaração a favor da desnuclearização da América Latina. De volta a Genebra, reintegrou-se por pouco tempo à delegação brasileira presente na Conferência de Desarmamento, que vivia impasses decorrentes do antagonismo entre soviéticos e norte-americanos. Em outubro de 1962, a instalação de mísseis soviéticos em Cuba, que colocou as duas superpotências frente à frente, levou-o a declarar que "as potências nucleares… agem contra os interesses da paz e contra a segurança da humanidade", baseando suas relações na "permanente ameaça de destruição recíproca".

Apesar de ter apoiado o golpe militar que depôs Goulart em 1964, Afonso Arinos foi alvo, segundo Luís Viana Filho, de militares mais radicais, que desejavam suspender seus direitos políticos em represália à sua atuação como ministro das Relações Exteriores, mas foram contidos pelo general Humberto Castelo Branco, novo presidente da República. Um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político de sustentação ao regime militar, não se candidatou à reeleição nesse ano, deixando o Senado ao final de seu mandato, em janeiro de 1967. Divergindo dos rumos trilhados pelo regime, retomou suas atividades docentes e literárias.

Em 1985, após o término do regime militar, foi nomeado pelo presidente José Sarney presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (denominada Comissão Afonso Arinos), que preparou anteprojeto de Constituição. No ano seguinte, retornou à vida política, elegendo-se senador pelo estado do Rio de Janeiro, na legenda do Partido da Frente Liberal, para participar da Assembléia Nacional Constituinte. Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia, cumpriu importante papel na primeira fase dos trabalhos constituintes, abertos em fevereiro de 1987. Em 1988, transferiu-se para o Partido da Social Democracia Brasileira.

Morreu no Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1990, em pleno exercício do mandato de Senador.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MILANI, Aloísio. “Em 64, diplomacia brasileira também foi interrompida”. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=180714&editoria=>

WROBEL, Paulo S. “Aspectos da política externa independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba”. In *Estudos Históricos*, vol 6, nº 12, 1993, p. 191-209. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron1.htm>

BARBOSA, Mário Gibson

Diplomata de carreira, foi Secretário-Geral do Itamaraty entre 1968 e 1969 e embaixador nos Estados Unidos neste último ano, e ministro das Relações Exteriores durante todo o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Sua atuação à frente da pasta fortaleceu as relações do Brasil com os países latino-americanos e abriu as portas para a presença do país na África.



Mário Gibson Alves Barbosa nasceu em Olinda, Pernambuco, no dia 13 de março de 1918.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1937, ingressou na carreira diplomática em 1939 após prestar concurso para o Itamaraty. Nomeado cônsul de terceira classe em agosto de 1940, serviu no Ministério das Relações Exteriores de setembro desse ano a abril de 1943 e, em maio seguinte, foi designado para a função de vice-cônsul, em Houston, Texas, nos EUA. Terceiro-Secretário da Embaixada brasileira em Washington — inicialmente em caráter provisório — de outubro de 1943 a fevereiro de 1945, foi nesse mês efetivado no cargo. Promovido a Segundo-Secretário em dezembro seguinte, continuou a servir na capital norte-americana, onde permaneceu até março de 1949.

Promovido a Primeiro-Secretário em setembro de 1950, fez o curso da Escola Superior de Guerra entre março do ano seguinte e janeiro de 1952. Primeiro-Secretário da Embaixada do Brasil em Bruxelas em abril seguinte, permaneceu na capital belga até setembro de 1954, mês em que recebeu o título de Conselheiro. Em abril de 1955, foi promovido a Ministro de Segunda Classe. Foi Ministro-Conselheiro em Buenos Aires de

1956 e 1959, tendo sido Encarregado de Negócios do Brasil na Argentina por diversas vezes nesse período.

Serviu como Ministro-Conselheiro da missão brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, de fevereiro de 1959 a dezembro do ano seguinte. Ainda em fevereiro de 1960 chefiou a delegação do Brasil à XI Sessão da Comissão de Informações sobre Territórios não-Autônomos das Nações Unidas e, entre fevereiro e agosto de 1961 – período correspondente ao governo Jânio Quadros –, foi chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco, precursor da chamada "política externa independente". Promovido a Ministro de Primeira Classe em setembro seguinte, foi designado embaixador do Brasil em Viena, na Áustria, em dezembro de 1962, permanecendo no cargo até novembro de 1966.

Em dezembro desse ano, indicado pelo presidente Humberto Castelo Branco, assumiu a embaixada brasileira em Assunção. Durante o período em que serviu na capital paraguaia, que se estendeu até dezembro de 1967, as relações entre o Brasil e o Paraguai eram tensas devido às pendências a respeito dos limites em torno das cataratas de Sete Quedas. Após dois meses de negociações, as partes conseguiram chegar a um acordo, que ganhou forma com a assinatura da Ata das Cataratas, pela qual o Brasil ficava com Sete Quedas, mas ficava estabelecido o princípio da exploração conjunta pelos dois países da energia daquela queda d'água, base para a futura construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Durante o ano de 1968 até 30 de janeiro de 1969, Mário Gibson Barbosa ocupou o cargo de Secretário-Geral do Itamaraty. Nesse momento assumiu a Embaixada brasileira em Washington, à frente da qual permaneceu de fevereiro a outubro do mesmo ano. Assim, quando foi convidado pelo General Emílio Garrastazu Médici – guindado à presidência da República após a crise política provocada pela doença do então presidente, marechal Arthur da Costa e Silva – para assumir a pasta das Relações Exteriores, já acumulava uma considerável experiência em sua trajetória como diplomata. Sua ida para o ministério em 30 de outubro de 1969, dia em que o governo Médici foi inaugurado, representou uma vitória dos diplomatas de carreira, uma vez que, até então, só dois embaixadores, João Augusto de Araújo Castro e Vasco Leitão da Cunha, tinham chefiado o Itamaraty.

Cíntia Vieira Souto considera ter sido Mário Gibson Barbosa a figura mais importante na política externa do período. Segundo ela, apesar das decisões nessa área ocorrerem nas instâncias diplomática, econômica

e militar, o Ministério das Relações Exteriores teria atuado com uma considerável dose de autonomia durante os cinco anos do governo Médici. A política externa então empreendida, conhecida por "diplomacia do interesse nacional", baseava-se num conceito de desenvolvimento que conjugava bilateralismo com multilateralismo terceiro-mundista, rejeitando, contudo, tanto os alinhamentos automáticos quanto o multilateralismo reivindicatório, ao estilo do movimento dos países não-alinhados dos anos 1960.

Em janeiro de 1970, Gibson Barbosa chefiou a delegação do Brasil ao primeiro período extraordinário de sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Em março, em decisão que desagradou o governo norte-americano, o presidente Médici assinou decreto ampliando de 12 para 200 milhas o mar territorial brasileiro. Em abril, o Itamaraty foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília, instalando-se no palácio dos Arcos.

Em janeiro de 1971, Gibson Barbosa anunciou o plano brasileiro de combate ao terrorismo no continente, mais tarde submetido à convenção da OEA, na qual os chanceleres americanos discutiram a aprovação de um texto definitivo que limitasse o direito de asilo, excluindo os terroristas. Em maio chefiou a comitiva do Brasil em visita ao Paraguai, Em setembro seguinte assinou com Portugal um acordo de reciprocidade de direitos entre brasileiros residentes naquele país e portugueses radicados no Brasil.

A ofensiva diplomática para a América Latina, em 1971 e 1973, e para a África, em 1972, revela que as duas áreas foram consideradas prioritárias para a "diplomacia do interesse nacional". Em maio de 1971, Mário Gibson Barbosa esteve no Paraguai, onde tratou dos temas integração rodoviária, assistência técnico-financeira e combate ao terrorismo, e em julho na Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname, vindo a ser o primeiro chanceler brasileiro a visitar esses países. Em junho e julho de 1973 foi a vez de visitar a Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador, com o objetivo de reforçar contatos comerciais com esses países, membros do Pacto Andino. Foram então estabelecidas negociações para a exploração do carvão colombiano, a compra de petróleo e de produtos petroquímicos venezuelanos, e a construção de um gasoduto entre a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, em São Paulo. Em Lima, os governos do Brasil e do Peru comprometeram-se, através de uma declaração conjunta, a unir-se em defesa do mar territorial de duzentas milhas e a lutar por uma maior parcela do tráfego mundial de

carga para as marinhas mercantes dos países em desenvolvimento. Além disso, os dois países criticaram "as políticas protecionistas de certas nações industrializadas", numa clara alusão aos Estados Unidos.

As relações do Brasil com a Argentina, tradicionalmente delicadas devido às disputas pelo poder entre os dois países na Bacia do Prata, jogando com sua influência sobre os países menores da região (Paraguai, Uruguai e Bolívia), foram marcadas pelos problemas com o governo argentino ocasionados pelo projeto paraguaio-brasileiro da construção de uma hidrelétrica no rio Paraná. A usina, de grandes dimensões, teria uma capacidade instalada de dez milhões de quilowatts, suficientes para atender ao consumo de considerável parcela do Braisl e garantir o abastecimento do Paraquai durante cerca de 50 anos. A construção da hidrelétrica foi orçada em cerca de um bilhão de dólares. De acordo com o governo argentino, as obras alterariam drasticamente o o curso do Paraná, provocando enchentes, secas e poluição em seu território. Os danos mais sérios aventados pela Argentina era o rebaixamento da altura dos saltos de Yaciretá em decorrência da construção de Itaipu. As negociações entre as partes foram abertas e, em setembro de 1972, Gibson Barbosa e o chanceler argentino Eduardo McLoughlin aassinaram um acordo em Nova Iorque que pôs fim à polêmica.

No governo Médici começou a se definir o que seria denominado mais tarde como "a política africana do Brasil", com a pioneira viagem de Gibson Barbosa a nove países da África Ocidental – Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (atual Benim), Zaire, Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão – em novembro de 1972. A missão teve como objetivo firmar acordos de cooperação econômica em setores como assistência técnica, trocas comerciais e coordenação de medidas tendentes à fixação de preços mundiais de café e cacau, além de reivindicações de águas territoriais. O chanceler brasileiro assinou ainda uma declaração com o governo do Senegal condenando o colonialismo, mas ses absteve de promover a mediação entre Portugal e os movimentos guerrilheiros de libertação das chamadas "províncias ultramarinas" – Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Essa aproximação, de caráter comercial, mas também político, viria a dar origem a uma mudança de postura do governo brasileiro em relação ao colonialismo português.

Em dezembro de 1972 chefiou a delegação do Brasil à V Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, em Punta del Este, no Uruguai, e, em maio do ano seguinte, integrou a comitiva do presidente Médici a Portugal, quando foram debatidas com o Primeiro-Ministro Marcelo Caetano questões econômicas e geopolíticas.

Com o término do mandato presidencial de Médici, em março de 1974, Gibson Barbosa deixou o ministério. Em seguida, atuou como Embaixador na Grécia, onde permaneceu até julho de 1977, quando assumiu a embaixada brasileira em Roma.

Em novembro de 1980, durante o Simpósio Argentino-Brasileiro promovido em Buenos Aires pelo Conselho Argentino para as Relações Internacionais, Gibson Barbosa manifestou-se a favor da identidade latino-americana na luta por uma ordem mundial mais justa. Condenou a propensão dos países desenvolvidos a discutirem os problemas internacionais em reuniões com um número de participantes cada vez menor e anunciou que o Brasil mantinha uma "atração globalista, em íntima cooperação com os países em desenvolvimento e, simultaneamente, em intenso diálogo com os países altamente desenvolvidos".

No final de 1982 deixou a Itália, sendo substituído por Carlos Silvestre de Ouro Preto. Em seguida, assumiu a embaixada do Brasil no Reino Unido, sucedendo a Roberto Campos. Neste posto, encarregou-se também da proteção dos interesses argentinos no país, devido ao rompimento das relações diplomáticas entre a Argentina e a Grã-Bretanha em virtude da guerra das Malvinas, conflito ocorrido entre abril e junho de 1982. Em 1986, depois de ser substituído em Londres por Celso de Sousa e Silva, aposentou-se.

Publicou *Na diplomacia, o traço todo da vida* (memórias, 1992).

Fontes

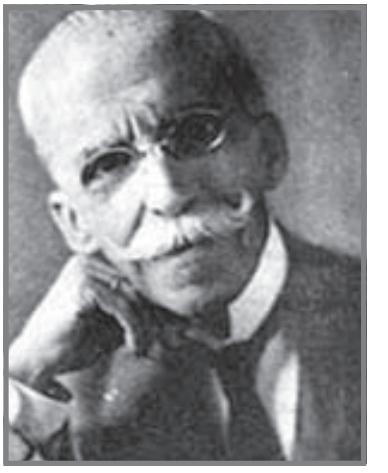
Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

Souto, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional: o governo Médici e a política externa brasileira (1969-1974)*. Disponível em: <www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/cintia/governoMedici.rtf >

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattmann-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. Verbete. "Emílio Garrastazu Médici. Dias, Sônia.

BARBOSA, Rui

Intelectual e político, foi um dos organizadores da República, atuando, principalmente, na defesa da União e na promoção dos direitos e garantias individuais. Primeiro Ministro da Fazenda do novo regime, marcou sua breve e discutida gestão pelas reformas modernizadoras da economia. Foi Deputado e Senador, e candidato por duas vezes à presidência da República. Destacou-se, também, como jornalista e advogado. Delegado do Brasil à "II Conferência da Paz na Haia"(1907), onde se notabilizou pela defesa do princípio da igualdade dos Estados. Teve papel decisivo na entrada do Brasil na I Guerra Mundial.



Rui Barbosa nasceu em Salvador, no dia 5 de novembro de 1849, filho de João José Barbosa de Oliveira e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (São Francisco), Colega de Afonso Pena, Rio Branco, Rodrigues Alves e Joaquim Nabuco, Rui inicia sua vida pública ainda na academia ao participar dos debates sobre a extinção do trabalho escravo. De volta à Bahia, inicia vida profissional de advogado e jornalista.

Rui e a Política Interna

Elege-se Deputado Geral aos 29 anos, e muda-se para o Rio de Janeiro, em 1878. No período de 1878 a 1889, Rui é reeleito Deputado em 1881 e permanece na Câmara até 1884. Produz nessa fase importantes pareceres sobre métodos pedagógicos e apresenta proposta de reforma do sistema educacional. Considera a instrução o fator decisivo para o progresso real do país, defende o estabelecimento de escolas superiores não-estatais, o incentivo ao ensino técnico industrial e o acesso das mulheres às faculdades. Além do combate à escravidão, Rui vai promover

a idéia da federação e da reforma da monarquia para atender os reclamos da descentralização.

A ante-véspera da queda da monarquia coincide com artigos críticos de Rui ao regime decadente, que chamam a atenção de líderes republicanos. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, Rui é convidado em seguida para ocupar o Ministério da Fazenda. Desempenha, também, as funções de Vice-Chefe do Governo Provisório até 1890. Propõe a separação da Igreja do Estado, e pelo seu grande conhecimento do sistema político norte-americano transforma-se em uma das referências sobre o funcionamento das instituições republicanas.

Rui, desde os estudos acadêmicos e pela vida afora, foi sempre um estudioso sistemático da bibliografia dos temas que lhe interessavam. Dedicava boa parte de seu tempo à leitura dessas obras em suas versões originais. Assim, por exemplo, quando surge a República é dos poucos intelectuais e políticos no Brasil que domina a língua inglesa e a literatura política e jurídica anglo-saxã, em particular a dos Estados Unidos, modelo então da nascente República brasileira.

Assume o Ministério da Fazenda com um programa de incentivo à industrialização, à diversificação e ampliação da atividade econômica. Interpreta os anseios de progresso e proteção dos direitos das classes médias em ascensão, como assinalou San Tiago Dantas em notável ensaio intitulado "Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade". Tem entre seus objetivos a superação da estrutura agrária do Império, baseada somente na exportação do café. Seu propósito maior era transformar o Brasil em nação industrial. A gestão de Rui (15 de novembro de 1889 a janeiro de 1891) foi marcada por desenfreada especulação na Bolsa de Valores que provocou surto inflacionário, seguido de falências, muitas delas fraudentas. Esse episódio ficou conhecido como "encilhamento". Nas últimas décadas verificou-se, na academia, uma reavaliação do "encilhamento" e da gestão de Rui com um todo no Ministério da Fazenda, que resultou em balanço mais positivo do que negativo desse pioneiro esforço pela industrialização do Brasil.

A principal contribuição de Rui na elaboração da primeira Constituição republicana de 1891 além da revisão do texto da "Comissão dos Cinco", que já consagrava o presidencialismo e o federalismo, a introdução controles dos atos dos poderes Executivo e Legislativo pelo Judiciário. É de Rui a iniciativa de conferir ao recém criado Supremo Tribunal Federal o controle sobre a constitucionalidade das leis e atos do Legislativo e Executivo. Rui acrescenta, igualmente, no projeto constitucional o direito

ao *habeas corpus* para garantir a liberdade individual em situações de abusos do poder. Faz do STF, além de guardião da Constituição, guardião dos direitos e liberdades individuais.

Rui entra no STF, em 18 de abril de 1892, com o primeiro pedido de *habeas corpus* sobre matéria política, pedido esse em favor de oposicionistas presos pelo governo de Floriano Peixoto.

Resultado de sua campanha em prol das vítimas da "ditadura florianista", Rui é acusado de ser um dos mentores da "Revolta da Armada" (setembro de 1893), e ameaçado de prisão, parte para o exílio, primeiro em Buenos, depois em Londres. Regressa do exílio somente em 1895, no governo Prudente de Morais.

Ponto alto da trajetória de Rui na política interna, foi sua candidatura presidencial em 1910 contra Hermes da Fonseca. Lança nessa oportunidade a "campanha civilista". Critica não somente o militarismo, como também o processo político comandado pelas oligarquias. Defende mudanças constitucionais, entre elas a introdução do voto secreto.

Derrotado, Rui protesta contra as fraudes ocorridas no pleito. Continua a seguir com sua atividade política, jornalística e como advogado, com foco na proteção dos direitos individuais contra os abusos do poder, como é o caso da defesa que faz do Senado de marinheiros presos na "Revolta da Chibata", em 1911.

Eleito Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, em 1914. Rui fora eleito Presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1908, posto que ocupou até 1919.

Em 1918, comemorou-se o "Jubileu Cívico" de Rui. Essa data tem como referência a sua saudação a José Bonifácio, o Moço, em 1868. Recebe muitas homenagens nacionais e estrangeiras. Na inauguração de seu busto na Biblioteca Nacional, Rui sublinha sua condição básica de um "construtor", na qual "as letras entram apenas como a forma da palavra que reveste o pensamento", para dar "clareza às opiniões".

Em novembro de 1918, com a morte de Rodrigues Alves, novas eleições são convocadas, e Rui, aos 70 anos, apresenta sua candidatura, dessa vez concorrendo contra Epitácio Pessoa. Nesse pleito, a posição de Rui de intransigente defesa da reforma da Constituição muito enfraqueceu seu apoio no meio político.

Peça oratória de destaque nessa campanha é a conferência que Rui proferiu em 20 de março de 1919 sobre *A Questão Social e Política no Brasil*. Nela agrega a seu ideário liberal os temas da desigualdade, das relações entre capital

e trabalho e o atraso secular de amplos setores da população brasileira, expresso na figura criada por Monteiro Lobato do "Jeca Tatu" que é citada por Rui no início de sua palestra. Entre os temas que Rui traz, de forma pioneira para a época, para sua plataforma de candidato estão: construção de casas para operários; proteção ao trabalho de menores; limitação das jornadas , em especial trabalho noturno; igualdade salarial para ambos os sexos; amparo à mãe operária e à gestante, licença maternidade; indenização para acidentes do trabalho; legalização do trabalho agrícola e seguro previdenciário.

Rui sofre nova derrota eleitoral, mas dessa feita registra expressivo apoio nas capitais dos Estados. Tal fato demonstra o eco que suas idéias encontraram no Brasil urbano e progressista. Ainda em 1919, participa ativamente da campanha do candidato oposicionista, Paulo Fontes, ao governo da Bahia. Empreende longas viagens pelo interior do Estado, que lhe afetam a saúde. Em 1920, como paraninfo dos formandos da Faculdade d e Direito de São Paulo redige a conhecida "Oração aos Moços", que é lida pelo professor Reinaldo Porchat.

Mesmo com a saúde debilitada Rui continua atuando na vida pública nacional com Senador. Sua principal tese nesse momento é da necessidade imperiosa da reforma da Constituição de 1891. O Presidente Artur Bernardes convida-o para ocupar o posto de Ministro das Relações Exteriores. O sério agravamento de seu estado impede-o de aceitar o convite. Rui Barbosa vem a falecer no dia 1 de março de 1923.

As contribuições de Rui Barbosa à teoria e à prática da política externa brasileira estão, principalmente, em três temas e momentos:

1) Defesa da Igualdade entre os Estados na II Conferência da Paz da Haia, em 1907.

A participação do Brasil na II Conferência da Paz da Haia em 1907, tendo Rui Barbosa como seu Delegado, marca a entrada do país na política internacional. Registre-se que o Brasil fora convidado para estar presente na I Conferência realizada em 1899, mas o Presidente Campos Sales recusou o convite feito pelo Czar russo.

No conclave mundial de 1907, que contou a presença de quarenta e quatro Estados, Rui assume papel relevante ao se opor à proposta dos Estados Unidos, que contou com a adesão da Alemanha, da criação de Tribunal Permanente de Arbitragem. Por tal proposta o Tribunal contaria com dezessete juízes, dos quais oito permanentes, indicados pelas grandes potências, e os outros nove a serem designados pelas outras trinta e seis nações, sob a forma de rodízio. Rui – com seus discursos na Haia - e Rio

Branco – com suas instruções e articulações com as Chancelarias da região - constroem a posição brasileira de oposição a esse tratamento diferenciado somente pelo critério do poder. Obtêm o apoio das nações latino-americanas, e logram esvaziar a proposta estadounidense de seu conteúdo discriminatório.

2) Crítica à noção antiga de neutralidade em conferência em Buenos Aires em 1916.

Rui Barbosa profere conferência em Buenos Aires em 1916 na qual critica a noção vigente de neutralidade entendida, segundo sua visão, como passividade e omissão face a ações arbitrárias e agressivas por parte de algum Estado. O normal à época era a decretação, por decreto publicado nos respectivo diário oficial, da neutralidade de países não envolvidos diretamente em um conflito bélico, deixando esse governos completamente silenciosos quanto às atrocidades que viessem a ocorrer nos campos de batalha ou fora deles. Rui rechaça essa noção passiva de neutralidade e propõe uma nova noção de neutralidade, fundada na responsabilidade internacional das nações, que devem se interessar mesmo por conflitos distantes de seus territórios. Entre a justiça e a injustiça não pode haver omissão: essa é a sua divisa.

3) Debate sobre a I Guerra Mundial e a mudança de posição do Brasil.

Da maior importância foi o debate ideológico registrado entre anglófilos e germanófilos no Brasil no período de 1914 a 1918. Rui participa ativamente dessa discussão, crítica duramente a política alemã e defende a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Em 27 de outubro de 1917 o governo do Presidente Venceslau Brás revoga o decreto de neutralidade e reconhece "o estado de guerra, iniciada pelo Império Alemão contra o Brasil".

Rui Barbosa foi eleito pela Liga das Nações membro da Suprema Corte Permanente de Justiça Internacional, em 1921. No campo externo, merecem registro, também, sua defesa pioneira do Coronel Dreyfus em 1895, e sua atuação como um dos três negociadores brasileiros na questão do Acre, ocasião em que discordou da estratégia de Rio Branco, e exonerou-se da comissão. Nesse caso a posição de Rui revelou-se equivocada.

Fontes

VIANA Filho, Luís "A Vida de Rui Barbosa", Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.

Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, arquivos.

BATISTA, Paulo Nogueira



CPDOC/FGV

Diplomata de carreira, Paulo Nogueira Batista especializou-se no estudo da energia nuclear, tendo sido o principal negociador brasileiro do acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Alemanha Ocidental sobre o uso da energia nuclear.

Paulo Nogueira Batista nasceu em Recife no dia 4 de outubro de 1929. Formado no curso de preparação para a carreira de diplomata do Instituto Rio Branco em 1952 e, no mesmo ano, nomeado cônsul de terceira classe, bacharelou-se em 1953 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Auxiliar do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, no V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ainda em 1953, no ano seguinte secretariou a I Reunião dos Chefes de Missão do Brasil nos Países-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Rio de Janeiro e da IX Conferência Interamericana em Caracas (Venezuela).

Após passar dois anos à disposição do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi promovido a segundo-secretário em junho de 1956, quando voltou para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores na função de assistente do chefe do Departamento Econômico e Consular. No mesmo ano foi removido para a embaixada brasileira em Buenos Aires, onde serviu como Segundo-Secretário até 1959. Removido em 1961 para a missão na OEA, em Washington, e, nesse mesmo ano, para a missão na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, participou das XV e XVI

sessões da Assembléia Geral da ONU (1961 e 1962) e de diversas reuniões, como a do grupo de trabalho sobre financiamento das operações militares da ONU (1961).

De volta à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, presidiu a comissão coordenadora da Aliança para o Progresso do Ministério do Planejamento (1962-1963), sendo promovido a Primeiro-Secretário em 1963. Serviu na Embaixada brasileira em Ottawa (Canadá), entre 1964 e 1967. Nesse período cursou o mestrado em ciência política na Universidade de Carleton (1964-1965), participou da conferência dos países com experiência em operações de paz da ONU e do comitê interamericano da Aliança para o Progresso, além de ter chefiado a VIII Conferência dos Estados da América membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Retornando ao Brasil, ocupou a Subsecretaria de Planejamento Político do gabinete do ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto (1967-1969).

Nesse momento, sua carreira ganhou novos rumos, vindo a participar das discussões que definiram a posição diplomática do Brasil em assuntos nucleares, anunciada pelo presidente Costa e Silva. No exercício dessa função, tomou parte da Conferência dos Estados Militarmente Não-Nucleares (Genebra, 1968), além de ter negociado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha Ocidental em 1969. Ministro-Conselheiro na embaixada em Bonn (Alemanha Ocidental) de 1969 a 1971, continuou a conduzir as negociações sobre os assuntos nucleares sob a coordenação do ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, tendo ocupado o cargo de Encarregado de Negócios em Bonn em 1970 e 1971.

Neste último ano foi transferido para a delegação permanente do Brasil em Genebra, onde chefiou a reunião do grupo *ad hoc* de peritos em acordos de bitributação e a XXVIII Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, desde 1995 Organização Mundial do Comércio — OMC), tendo ainda representado o Brasil na conferência do Comitê de Desarmamento da ONU (1971-1972). Também em 1972 chefiou reuniões da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra e, no mesmo ano, em Santiago (Chile), foi delegado na III Sessão da UNCTAD. De volta a Genebra, participou da IV Reunião do Grupo *ad hoc* de Peritos sobre Bitributação, sob o patrocínio do Conselho Econômico e Social da ONU e da VI Sessão das Consultas Informais dos Países em Desenvolvimento Exportadores de Minério de Ferro, tendo exercido a função de representante permanente no GATT em 1972.

Subsecretário de Assuntos Econômicos do Ministério a partir de 1973, chefiou a delegação brasileira à III Sessão do Comitê Preparatório para as Negociações Comerciais do GATT (Rodada Tóquio), além de ter representado o Brasil no comitê preparatório da Rodada Uruguai do GATT em Genebra (1973). No ano seguinte, participou da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica e da VI Reunião Especial da Assembléia Geral da ONU. Ainda em 1974, foi enviado especial do governo brasileiro ao Oriente Médio para negociações sobre suprimento de petróleo para o Brasil.

Nesse momento, a economia brasileira defrontava-se com um sério problema de abastecimento energético, devido à crise provocada pelo primeiro choque do petróleo em 1973. O governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) buscou reduzir a dependência externa do combustível, não apenas intensificando o aproveitamento da hidreletricidade, mas também incrementando o programa nuclear como alternativa de geração termelétrica. Essa opção evitaria um suposto déficit de energia elétrica na região Sudeste no início da década de 1990, apontado em estudos de planejamento da Eletrobrás.

Tomando posse em março de 1974, o presidente Geisel logo aprovou a construção de uma segunda usina nuclear em Angra dos Reis (as obras civis de Angra I começaram em 1972 sob a responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas, subsidiária da Eletrobrás), apressando entendimentos com o governo alemão para a instalação de uma indústria nuclear integrada no Brasil, com transferência de tecnologia e concessão do financiamento necessário. Em outubro, os dois países firmaram o documento conhecido como Protocolo de Brasília, que serviu de base para o Acordo sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Bonn em 27 de junho do ano seguinte.

Um dos principais atores de todo esse processo, Paulo Nogueira Batista interrompeu a sua carreira diplomática em 1975 para presidir as Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), formalmente criada em dezembro do ano anterior. Segundo suas declarações à imprensa na época, a Nuclebrás tinha como meta produzir energia nuclear pela metade do custo da energia elétrica, garantindo o acesso à eletricidade a milhões de brasileiros. A empresa responderia pela execução de amplo programa de atividades na área nuclear, em cooperação com o governo da República Federal da Alemanha, compreendendo a pesquisa de minerais físseis, o desenvolvimento do ciclo do combustível, a construção de usinas nucleoelétricas e a montagem

de um parque industrial destinado à fabricação dos equipamentos para tais usinas.

Sua criação obedeceu à preocupação primordial do governo Geisel de aproveitar a energia nuclear para a geração de energia elétrica, atendendo às linhas centrais do Protocolo de Brasília, que previa a implantação até 1990 de oito centrais nucleares com 1.300MW de potência cada uma. A empresa foi designada executora pelo lado brasileiro do acordo nuclear firmado com a Alemanha, em associação com entidades governamentais, empresas privadas alemãs e indústrias nacionais. Subordinada ao Ministério das Minas e Energia, a Nuclebrás incorporou a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), organizando-se como *holding* de várias empresas subsidiárias, entre as quais a Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), mediante a qual o Brasil ingressaria no seleto clube dos países que produzem reatores, geradores de vapor e outros componentes pesados.

Na presidência da estatal, Paulo Nogueira Batista integrou a comitiva do presidente Ernesto Geisel em visita a Bonn em 1977, chefiou a delegação brasileira para conversações com autoridades do governo do Iraque a respeito de cooperação bilateral no campo dos usos pacíficos de energia nuclear em 1979. Em 1983, quando a contenção dos gastos públicos exigida pela situação econômica provocou a redução geral de atividades da Nuclebrás, com evasão de pessoal altamente qualificado, e levou o presidente João Batista Figueiredo a congelar as obras de construção das usinas de Angra II e III, deixou a presidência da empresa.

De volta à carreira diplomática, assumiu ainda em 1983 a chefia da delegação permanente do Brasil no GATT e demais organizações internacionais com sede em Genebra, tendo representado o Brasil na reunião ministerial da entidade em Punta del Este para o lançamento da Rodada Uruguai (1986). Nessa reunião, graças em parte à sua atuação, o Brasil e a Índia firmaram uma aliança bem sucedida cujo intuito era impedir que a Rodada Uruguai beneficiasse de modo desproporcional os países desenvolvidos, incluindo na pauta apenas temas do seu interesse, como a discussão sobre o comércio de serviços do âmbito do GATT, e excluindo os de interesse dos países em desenvolvimento. Todavia, posteriormente o Brasil, pressionado pelos EUA e pelos países europeus, recuaria na sua posição, deixando a Índia praticamente isolada.

Embaixador do Brasil na ONU desde 1987, Nogueira Batista, ocupou a presidência do Conselho de Segurança da entidade entre 1988 e

1989, foi mediador entre o Irã e os EUA na controvérsia sobre a derrubada de avião de passageiros iraniano pela Marinha americana e mediador entre o Irã e o Iraque na negociação do fim das hostilidades entre esses países. Em julho de 1989, discursando em reunião do Conselho Econômico e Social da ONU, em Genebra, criticou duramente organismos financeiros internacionais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o GATT. Justificou o tom agressivo do discurso como fruto da preocupação da diplomacia brasileira com o enfraquecimento do sistema multilateral de cooperação econômica.

Presidente do Comitê de Relações Empresariais do governo de São Paulo entre 1991 e 1992, na gestão de Luís Antônio Fleury Filho (1991-1994), foi ainda, nesse período, coordenador de comércio exterior e do grupo Mercosul do Fórum Paulista de Desenvolvimento, secretário-executivo da Fundação Pedroso Horta, órgão de formulação política do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e professor-visitante no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Chefiou a embaixada do Brasil na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em Montevidéu de 1993 a 1994, quando voltou para São Paulo.

Faleceu em São Paulo em 31 de julho de 1994.

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

Paulo Nogueira Batista: o diplomata através de seu arquivo. SILVA, Suely Braga da (org.). Rio de Janeiro: CPDOC; Brasília: FUNAG, 2006.

CÂMARA, Sete

Jurista e diplomata de carreira, Sete Câmara foi embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas e teve destacada atuação em organismos internacionais na área do direito: a Comissão de Direito Internacional, ligada à ONU, e a Corte Internacional de Justiça.



José Sete Câmara Filho nasceu em Alfenas (MG) no dia 14 de abril de 1920. Em 1939 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entre 1940 e 1945 trabalhou no gabinete do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, como conselheiro para assuntos internacionais. Concluiu o curso superior em 1945 e em dezembro desse ano ingressou na carreira diplomática no posto de cônsul de terceira classe, através de concurso promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Entre março e julho de 1947 serviu como terceiro-secretário na embaixada do Brasil em Washington, e de agosto do mesmo ano a março de 1950 exerceu as funções de vice-cônsul em Montreal, no Canadá. Nesse período obteve o título de mestre em direito civil pela Universidade McGill, naquele país.

Designado consultor jurídico da delegação brasileira permanente junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, participou também das delegações brasileiras à II Sessão da Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU, com sede em Genebra, na Suíça, e à V Sessão da Assembléia Geral, principal órgão deliberativo da ONU. Em março de

1951 foi membro da delegação brasileira à IV Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington. Nesse mesmo ano foi promovido a Segundo-Secretário, participando ainda da VI Sessão da Assembléia Geral da ONU, realizada em Paris.

Foi nomeado secretário do chefe do Gabinete Civil do presidente Getúlio Vargas, Lourival Fontes em agosto de 1952. Promovido a Primeiro-Secretário em 1953, desde essa ocasião até o suicídio de Vargas (24/8/1954) despachou diretamente com o presidente os assuntos relativos ao Ministério das Relações Exteriores que passavam pelo Gabinete Civil. A partir de setembro de 1954, ocupou o consulado em Florença, na Itália. Após a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República em janeiro de 1956, ocupou, em março seguinte, a subchefia do Gabinete Civil da Presidência. Nessa época passou também a ser membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Em julho de 1956, na qualidade de membro da comitiva presidencial e principal assessor político de Kubitschek, compareceu ao Congresso dos Chefes de Estado Americanos, realizado no Panamá para comemorar a idéia da fundação da União Pan-Americana, atualmente um dos órgãos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, o presidente Kubitschek visava a obter apoio financeiro dos Estados Unidos para a execução de seu programa de governo.

Promovido a Ministro de Segunda Classe em novembro de 1956, assumiu, no início de 1958, a secretaria geral do Conselho Nacional de Abastecimento e Preços. Nesse período, foi o principal coordenador das medidas governamentais que dariam origem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno), em março de 1959, embrião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em dezembro. Ainda em 1958, representou o Brasil na I Conferência da ONU sobre Direito Internacional do Mar, realizada em Genebra, e na I Reunião do Comitê dos Vinte e Um do Conselho da OEA, em Washington. Esse comitê havia sido constituído dentro do quadro de formação da Operação Pan-Americana (OPA), proposto pelo presidente Kubitschek, com o objetivo de obter empréstimos dos Estados Unidos para o combate ao subdesenvolvimento em países da América Latina. No ano seguinte voltou a representar o Brasil na segunda e última reunião daquele comitê, dessa vez em Buenos Aires.

Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República entre março de 1959 e abril do ano seguinte, nesse mesmo mês foi promovido a Ministro de Primeira Classe e teve seu nome aprovado pelo Senado para ser o primeiro governador provisório do recém-criado estado da Guanabara, criado em função da transferência, em 21 de abril, da capital federal para Brasília. Sete Câmara foi designado para ocupar o governo até que o novo governador, eleito em outubro de 1960, tomasse posse, em dezembro do mesmo ano.

No governo do estado, deu continuidade às obras iniciadas pelo último prefeito do antigo Distrito Federal, José Joaquim de Sá Freire Alvim, e consolidou a Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan), criada em novembro de 1957 pelo então prefeito Francisco Negrão de Lima, como órgão executivo de um programa selecionado de obras urgentes e necessárias ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Durante sua curta gestão foi ainda inaugurado o primeiro trecho do elevado da avenida Perimetral, que recebeu o nome de Juscelino Kubitschek, ligando a avenida General Justo à avenida Presidente Vargas.

Em dezembro de 1960 transmitiu o governo da Guanabara a Carlos Lacerda, retornando então ao Itamaraty, que o designou chefe da delegação brasileira em Genebra. No ano seguinte tornou-se Embaixador brasileiro em Ottawa, no Canadá. Voltou ao Brasil para assumir, em novembro de 1961, a prefeitura de Brasília em durante o período parlamentarista do governo João Goulart, instalado dois meses antes em decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961). Deixou o cargo em agosto de 1962.

Durante quase um ano, não foi designado para nenhuma função diplomática. Nesse período trabalhou como editorialista para o jornal *O Globo*, e como consultor no Conselho Superior dos Exportadores de Café. Em junho de 1963 retornou à Suíça, dessa vez como Embaixador junto ao governo de Berna. Foi chefe da delegação brasileira para a negociação e o reescalonamento da dívida externa, em Paris. Permaneceu à frente da embaixada na Suíça até setembro de 1964, estando portanto no exterior quando João Goulart foi deposto em 31 de março daquele ano. Nesse período, por designação do novo presidente da República, general Humberto Castelo Branco, chefiou a delegação brasileira encarregada de retomar as negociações com o Clube de Haia, organização européia de caráter técnico-econômico, com vistas ao reescalonamento da dívida externa brasileira. As reuniões com o Clube de Haia tiveram início em

junho de 1964 em Paris, menos de um mês depois, foi aprovado o reescalonamento em 70%, com a concessão de dois anos de carência e cinco de prazo para efetuar o pagamento.

Entre setembro de 1964 e março de 1968 chefiou a missão brasileira permanente na ONU, em Nova Iorque. Durante esse período, participou das reuniões da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (Copredal) realizadas na cidade do México em março e agosto de 1965, abril de 1966 e fevereiro de 1967. Elaborou as propostas brasileiras apresentadas na Copredal no tocante à utilização da energia nuclear. A resistência de alguns governos ao acordo, entre eles os de Argentina e Brasil, retardou o andamento das negociações, que somente foram concluídas em março de 1967, já no governo do general Artur da Costa e Silva. Foi então firmado por Sete Câmara, representando o Brasil, e por mais 19 países latino-americanos, o tratado para a proscrição de armas nucleares na América Latina, conhecido como Tratado de Tlatelolco. Entre 1967 e 1968, representou o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, encabeçando em junho de 1967 a delegação brasileira à Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral daquela instituição sobre a situação no Oriente Médio.

Em março de 1968 licenciou-se do Itamaraty para assumir uma das diretorias do *Jornal do Brasil*, cargo que ocuparia até setembro de 1972. Em março de 1970 foi eleito representante brasileiro junto à Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU, para completar o mandato de cinco anos de Gilberto Amado, que havia falecido. Reeleito em 1971, exerceria novo mandato até 1976. No final de 1972 foi designado para chefiar a embaixada do Brasil em Praga, na Tchecoslováquia, sendo este o seu último posto na carreira diplomática, no qual permaneceria até 1978. Eleito por unanimidade presidente da Conferência das Nações Unidas sobre Representação dos Estados em suas Relações com Organizações Internacionais, realizada em Viena, na Áustria, em 1975, dois anos depois foi reconduzido à CDI, com mandato até 1982.

Em 1978 foi eleito presidente da CDI. Em outubro desse ano foi eleito, para um mandato de nove anos, membro da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mais conhecida como Corte de Haia, tomando posse em março de 1979. A sua presença na CIJ representou uma volta do Brasil a essa corte após uma ausência de 22 anos. Em agosto de 1979 aposentou-se no mais alto posto da carreira diplomática, o de Ministro de Primeira Classe.

Eleito primeiro vice-presidente da CIJ em fevereiro de 1982, para um mandato de três anos, foi o primeiro brasileiro a ocupar tal posto. Entre 1989 e 1992, presidiu a Câmara da Corte Internacional de Justiça na disputa territorial entre El Salvador e Honduras. Em 1992, foi eleito vice-presidente do Instituto de Direito Internacional, para um mandato de três anos. Entre 1992 e 1993, foi juiz *ad hoc* para a Líbia, em sua disputa territorial com o Chade.

Tornou-se membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e da American Society of International Law.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de maio de 2002.

Publicou *A ratificação dos tratados internacionais* (1949, com prefácio de Hans Kelsen), *United Nations and international law making: the Vienna Convention on the representation of the states in their relation with international rights* (1979), *Poluição dos rios internacionais* (1984), *Agosto 1954* (1994), *Methods of obligatory settlement of disputes — the international law commissions discourse of methods* e *Behind the world bench*.

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CAMPOS, Roberto

Diplomata de carreira, economista e político, tornou-se conhecido como um dos maiores expoentes do pensamento econômico liberal no Brasil. Grande defensor da economia de mercado, foi embaixador nos Estados Unidos durante o governo João Goulart (1961-1964) e ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-1967), o primeiro do regime militar.



Roberto de Oliveira Campos nasceu em Cuiabá em 17 de abril de 1917, filho de Valdomiro de Oliveira Campos e Honorina de Oliveira Campos.

Diplomado em teologia e filosofia, ingressou no Itamaraty por concurso em março de 1939., O seu primeiro posto no exterior foi na seção comercial da embaixada do Brasil em Washington, para onde seguiu em 1942, como cônsul de terceira classe Nesse período, começou a estudar economia na Universidade George Washington. Ainda em 1942, foi transferido para Nova Iorque. Promovido a cônsul de segunda classe em dezembro de 1943, no mês seguinte retornou para a capital norte-americana, como Segundo-Secretário. Ali permaneceu pouco mais de três anos, ao longo dos quais concluiu o curso de economia.

Em julho de 1944 integrou a delegação brasileira à Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, nos Estados Unidos e na qual foi decidida a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais tarde conhecido como Banco Mundial. A conferência retomou os princípios liberais sobre comércio internacional, defendendo a volta ao livre sistema

de trocas após o final da Segunda Guerra Mundial. Desde então, a atuação diplomática de Roberto Campos seria concentrada na frente econômica.

Observador econômico da representação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) em abril de 1946, em setembro participou da I Sessão da Assembléia Geral da ONU como secretário da delegação. Transferido para Nova Iorque em março de 1947 para juntar-se à representação do Brasil nas Nações Unidas, permaneceu naquela cidade por dois anos e meio. Nesse período fez sua pós-graduação em economia na Universidade de Colúmbia.

Foi assessor das delegações brasileiras à II Sessão da Assembléia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque em setembro de 1947, e à Conferência Internacional de Comércio e Emprego, em Havana, Cuba, em novembro. Participou também de duas outras reuniões, a das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e a do Comitê Executivo da Comissão Interina da Organização Internacional do Comércio, ambas em Genebra em agosto de 1948. No mês seguinte, foi secretário da delegação brasileira à III Sessão da Assembléia Geral da ONU reunida em Paris.

Em setembro de 1949, foi assessor da delegação brasileira à IV Sessão da Assembléia Geral da ONU, desempenhando mesmas funções na III Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – órgão da ONU que vinha fazendo estudos sobre modelos de desenvolvimento econômico aplicáveis à região, realizada em Montevidéu em junho de 1950. Em agosto e dezembro desse ano, respectivamente, integrou a comissão mista encarregada de acompanhar os trabalhos para o entendimento comercial entre Brasil e Itália e presidiu comissão mista designada para acompanhar a conclusão do entendimento comercial com a Grã-Bretanha.

Ao longo dos anos 1950, Roberto Campos esteve próximo ao centro das decisões econômicas do segundo governo Vargas (1951-1954) e do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Desse modo, integrou a Assessoria Econômica de Getulio, responsável por estudos voltados à modernização da infra-estrutura econômica do país, especialmente nos setores energético e de transportes, participando da elaboração do anteprojeto governamental para a criação da Petrobras, sob a forma de uma empresa de economia mista. Promovido a Primeiro-Secretário em março de 1951, foi assessor econômico da delegação brasileira, presidida pelo chanceler João Neves da Fontoura, presente à IV Reunião de Consulta dos Ministros do

Exterior dos Estados Americanos, em Washington. Paralelamente aos trabalhos da reunião, tomou parte nas negociações com o Export-Import Bank (Eximbank) e o BIRD sobre as possibilidades de investimentos americanos no Brasil.

Membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, participou da discussão do projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), concebido como uma instituição de crédito especializada na concessão de financiamentos a longo prazo para o desenvolvimento dos setores econômicos considerados prioritários e criado em junho de 1952. Campos assumiu a direção econômica do novo órgão. Contando com um reduzido grupo de técnicos, oriundos em grande parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o banco dedicou-se em sua fase inicial à análise dos projetos elaborados pela comissão.

Roberto Campos demitiu-se do corpo diretor do BNDE em meados de 1953, por discordar da orientação seguida pelo diretor-superintendente do banco, José Soares Maciel Filho, que defendia a transferência dos recursos financeiros para outras áreas que não as de infra-estrutura econômica. Retomando a carreira diplomática, foi designado cônsul em Los Angeles em setembro. Deixou o cargo em março de 1955, quando voltou ao Brasil para assumir o cargo de diretor-superintendente do BNDE, por indicação de Eugênio Gudin, ministro da Fazenda do governo Café Filho. Este passara de vice a presidente da República em agosto de 1954, substituindo Getúlio Vargas, que se suicidara. Gudin, a quem Campos conhecia desde a conferência de Bretton Woods, vinha implementando uma rígida política de estabilização, destinada a combater o processo inflacionário e a reequilibrar as contas externas, garantindo, assim, o apoio do FMI.

Antes da posse de Juscelino Kubitschek na presidência, em janeiro de 1956 dirigiu, ao lado de Lucas Lopes, uma equipe de técnicos responsável pela formulação do programa que nortearia a política econômica do novo governo. Em março, foi promovido a Ministro de Segunda Classe. Integrou também o Conselho de Desenvolvimento, órgão diretamente vinculado à Presidência da República, criado em fevereiro de 1956 com a finalidade de coordenar a política econômica do governo, cabendo-lhe o estudo e a formulação de projetos relativos ao Plano de Metas.

Em junho de 1958 Campos foi nomeado presidente do BNDE, em substituição a Lucas Lopes, designado Ministro da Fazenda. O plano de estabilização monetária e a reforma cambial propostos por ambos no início do governo JK não haviam sido aprovados. O governo optava por

uma política de intensa industrialização, que em vários aspectos era responsável pelos problemas financeiros. Diante do agravamento das dificuldades e da pressão dos credores externos, o governo implementou uma política antiinflacionária, anunciando em outubro de 1958 o Plano de Estabilização Monetária, elaborado por Campos e Lopes. Em junho de 1959, contudo, Kubitschek abandonou o programa de estabilização e rompeu com o FMI. Como conseqüência, Lucas Lopes foi substituído no Ministério da Fazenda e Roberto Campos deixou a presidência do BNDE. Em outubro, foi promovido a Ministro de Primeira Classe.

Após a posse de Jânio Quadros na presidência da República em janeiro de 1961, Campos não aceitou o convite para assumir a embaixada do Brasil na Alemanha Ocidental. Tendo apoiado Jânio em sua campanha eleitoral, afastou-se do novo presidente em virtude da "política externa independente" adotada por seu governo, que propunha o estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas e o reconhecimento do governo do primeiro-ministro cubano Fidel Castro. Em março, ele e o Embaixador Válter Moreira Sales foram designados para renegociar dívidas e obter créditos nos Estados Unidos e na Europa. Para tal, retomaram entendimentos com o FMI, cujo aval era necessário para que os governos e bancos europeus e americanos aprovassem o esquema financeiro brasileiro. Jânio deu início, de imediato, a um rígido programa de estabilização e instituiu uma reforma cambial, simplificando o sistema de taxas múltiplas de câmbio e desvalorizando o cruzeiro em 100%. A aprovação do FMI ao programa de estabilização favoreceu a renegociação da dívida externa. Em junho, Campos e Moreira Sales concluíram os entendimentos, obtendo um empréstimo de mais de US$2 bilhões, além da consolidação e prorrogação da dívida, a curto prazo, com os Estados Unidos e os bancos europeus.

Nomeado em agosto Embaixador em Washington, Campos não chegou a assumir o posto devido à renúncia de Quadros no dia 25. Os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, que se encontrava na China. A crise foi contornada com a instituição, pelo Congresso, do parlamentarismo, que retirava do presidente muitos dos poderes inerentes ao cargo. Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, e manteve a nomeação de Roberto Campos como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Washington.

Campos assumiu em outubro, vindo a participar das negociações entre os dois governos sobre a encampação da Companhia Rio-Grandense de Telefones, subsidiária da International Telephone & Telegraph (ITT),

efetuada em fevereiro de 1962 por iniciativa do governador gaúcho Leonel Brizola mediante indenização de Cr$149 milhões. A medida provocara veementes protestos da ITT e do governo americano. O chanceler San Tiago Dantas promoveu uma reunião com a presença de Roberto Campos, Brizola, representantes da ITT e o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, mas o impasse não foi contornado.O episódio repercutiu amplamente no Brasil, estimulando a discussão acerca da nacionalização das concessionárias de serviços públicos. Os primeiros passos para a solução do problema com a ITT e o governo americano foram dados durante a visita de Goulart aos Estados Unidos, em abril de 1962. Os entendimentos com o presidente John Kennedy basearam-se na proposta apresentada por Roberto Campos e San Tiago Dantas de "nacionalização pacífica por compra negociada" das empresas estrangeiras, baseada no princípio de justa compensação e comportando o reinvestimento em outros setores considerados importantes para o desenvolvimento do Brasil.

Um plebiscito nacional, em janeiro de 1963, restabeleceu o regime presidencialista. Em março, San Tiago Dantas, agora como titular da pasta da Fazenda viajou a Washington, para, juntamente com Roberto Campos, discutir um plano de ajuda ao Brasil e negociar a dívida externa. A política econômica do governo baseava-se no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que incluía, entre outras medidas, um programa de combate à inflação, para o qual se esperava o apoio do FMI e dos EUA. Apesar das dúvidas do governo americano e do Fundo em relação às condições brasileiras de implementar o programa, ainda em março chegou-se a um acordo pelo qual o governo americano se comprometia a fazer um empréstimo de US$400 milhões, com a liberação condicionada à adoção efetiva do programa de estabilização.

Nesse mesmo período, Campos foi um dos negociadores da compra do acervo da American and Foreign Power Company (Amforp) no Brasil. Uma de suas filiais, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, fora encampada por Brizola em 1959. Em abril de 1963 Campos assinou um acordo pelo qual o Brasil se comprometia a pagar US$135 milhões pelos bens da empresa, dos quais 75% seriam reinvestidos no país e os 25% restantes pagos em moeda americana. O acordo provocou veementes protestos dos setores nacionalistas de esquerda, que consideraram o preço de compra lesivo aos interesses nacionais. Em conseqüência, foram constituídas uma comissão de técnicos brasileiros para avaliar os bens da Amforp e uma comissão parlamentar de inquérito sobre o assunto.

Em junho, em meio à crescente radicalização política, o FMI acusou o governo Goulart de não ter executado as medidas necessárias ao programa, criando-se um impasse para a renegociação da dívida externa e para a liberação do empréstimo obtido em março. Com a deterioração ds relações entre o Brasil e os Estados Unidos, Roberto Campos pediu demissão do posto de embaixador em agosto, mas, atendendo a pedido do presidente, permaneceu em Washington até janeiro de 1964.

A polarização política nacional acabou levando ao golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs Goulart. O general Humberto Castelo Branco, primeiro presidente do ciclo militar (1964-1985), confiou a formulação e a execução da política econômica de seu governo a Otávio Gouveia de Bulhões, nomeado para a pasta da Fazenda, e a Roberto Campos, que assumiu em maio o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado dias antes. Campos foi o principal responsável pela elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o período 1964-1966, cuja principal meta era o combate à inflação, que deveria ultrapassar a casa dos 100% em 1964, causada pelos déficits públicos, pela expansão do crétido e pelas majorações de salários em proporção superior ao aumento da produtividade. O PAEG propunha, conseqüentemente, uma política de estabilização a curto prazo, capaz de recompor um clima favorável a novos investimentos, inclusive estrangeiros, e a realização de reformas para sustentar o crescimento econômico.

Afastado da vida pública durante os governos dos generais Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974), dedicou-se durante esses anos à iniciativa privada. Em janeiro de 1975, já no governo do general Ernesto Geisel, assumiu a embaixada do Brasil na Inglaterra. Cotado para chefiar o Itamaraty no governo do general João Batista Figueiredo, iniciado em março de 1979, foi preterido em favor de Ramiro Saraiva Guerreiro. Especula-se que tal decisão deveu-se ao fato de ter enviado a Figueiredo, em dezembro de 1978, o documento "Política externa brasileira – opções para 1979-1985", no qual defendia a mudança das prioridades no campo internacional, alterando profundamente as diretrizes que tinham sido seguidas pelo governo Geisel. Propunha uma estratégia de "parceria seletiva", baseada num sistema de pólos de interesse principais, que seriam: 1) Estados Unidos; 2) América Latina; 3) segurança externa e equilíbrio de forças no Atlântico Sul; 4) África, e 5) países do Terceiro Mundo.

Roberto Campos deixou a embaixada brasileira em Londres em 1982, tendo acompanhado de perto as reformas econômicas de cunho

privatista promovidas pela primeira-ministra Margaret Thatcher. De volta ao Brasil, nesse mesmo ano elegeu-se senador por Mato Grosso, pelo Partido Democrático Social de orientação governista. Iniciou o mandato em janeiro de 1983, inaugurando sua vida parlamentar em pleno processo de redemocratização. Ainda em 1983, participou, em Londres, da Conferência Internacional sobre Endividamento dos Países Subdesenvolvidos. Durante a legislatura, participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, combatendo todas as sugestões que prejudicavam a ação da iniciativa privada ou limitavam a participação do capital estrangeiro na economia. Opôs-se igualmente à maioria das propostas que beneficiavam os trabalhadores, considerando que, se aprovadas, eles passariam a "ter todos os direitos e nenhum dever, ficando para os empresários apenas os encargos".

Em outubro de 1990, depois de transferir seu título eleitoral para o Rio de Janeiro, elegeu-se deputado federal por esse estado, reelegendo-se quatro anos depois. Candidato derrotado ao Senado pelo Rio de Janeiro em 1998, deixou a Câmara em janeiro de 1999. Em julho foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Morreu em 9 de outubro de 2001, no Rio de Janeiro.

Deixou vários livros publicados sobre política econômica e uma autobiografia intitulada *A lanterna na popa*, lançada em 1994.

O arquivo de Roberto Campos encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CARNEIRO, Dias



Diplomata de carreira, destacou-se pelos seus conhecimentos em economia e na área energética, assumindo a pasta da Indústria e do Comércio na fase parlamentarista do governo João Goulart (1961-1964).

Otávio Augusto Dias Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de julho de 1912. Concluiu o curso da Escola Naval em junho de 1934 e em 1938 formou –se em arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes de Paris. Ingressou no Itamaraty, através de concurso, em outubro de 1940, como cônsul de terceira classe. Uma de suas primeiras atribuições foi integrar o grupo que elaborou o projeto de consolidação das leis referentes à carreira diplomática, editado em 1942. Transferido para o consulado do Brasil em Los Angeles em fevereiro de 1944, em abril de 1946, já como Segundo-Secretário, foi removido para a embaixada brasileira em Washington. Atuou como secretário da delegação do Brasil à Conferência Internacional de Comércio e Emprego, reunida em Havana, Cuba, em novembro de 1947. Durante o período em que serviu na capital norte-americana, estudou economia política na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de George Washington, bacharelando-se em fevereiro de 1949 com a dissertação *Some theoretical aspects of price-quantity fixing and intergovernmental commodity agreements*. Dois anos depois, doutorou-se em economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, defendendo a tese *A study on the theory of international economic organization*. Com essa

bagagem, veio a integrar o grupo de diplomatas especializados na área econômica.

De volta ao Brasil ainda em 1951, nesse mesmo ano passou a lecionar no Instituto Rio Branco, respondendo pelas cadeiras de tratados e política econômica do Brasil, no curso de aperfeiçoamento de diplomatas, de política econômica, no curso de preparação para a carreira diplomática. Como um reconhecimento da sua *expertise* em economia, em março de 1953, assumiu a chefia do Departamento de Economia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), órgão criado em 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), com a finalidade de canalizar investimentos estatais em apoio às áreas de infra-estrutura, visando à superação dos pontos de estrangulamento do processo de industrialização. Todavia, permaneceu pouco tempo no cargo, pois em julho de 1953 foi transferido para a Embaixada do Brasil em Londres. Servia na capital britânica quando, em dezembro do mesmo ano, foi promovido a Primeiro-Secretário.

Em 1956, mais uma vez no Brasil, retomou suas atividades no campo econômico, participando do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, no mês de julho, e iniciou sua especialização na área energética, tomando parte, em novembro da recém-criada Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), cujo objetivo era desenvolver uma política nuclear autônoma para o país. Nesse mesmo mês, foi promovido a Ministro de Segunda Classe. Em fevereiro de 1957, foi transferido para Nova Iorque como técnico da Comissão Consultiva para Usos Pacíficos da Energia Atômica, patrocinada pelas Nações Unidas. Em julho serviu como conselheiro junto à XXIV Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU, em Genebra, além de integrar, na qualidade de suplente, a delegação brasileira à I Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), reunida em Viena, Áustria, em outubro do mesmo ano. Em 1959, voltou a participar de foros internacionais sobre o problema nuclear, integrando delegações à II Conferência Internacional das Nações Unidas sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica, em Genebra, realizada em setembro, e à II Conferência Geral da AIEA, em setembro e outubro, promovida novamente na capital austríaca.

Encerrados seus compromissos no exterior, retornou ao Brasil ainda em 1959, ficando à disposição do Ministério da Fazenda, que o designou seu representante junto ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Em abril de 1959, passou a integrar a CNEN. Na qualidade de membro da CNEN, representou o Brasil na I Reunião da Comissão Interamericana de

Energia Nuclear, realizada em Washington em outubro. No mesmo mês, assessorou ainda a delegação brasileira à XIV Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque. Na condição de especialista em questões energéticas, foi designado em janeiro de 1960 diretor executivo da superintendência do chamado projeto Macacu, visando à implantação de uma central térmica núcleo-elétrica no estado do Rio de Janeiro. O projeto, contudo, não resultou em nada de concreto.

Em junho do mesmo ano, Dias Carneiro foi destacado para servir em Washington junto ao Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA), atuando no Comitê dos Nove Países, encarregado de implementar as propostas da Operação Pan-Americana (OPA) — idealizada por Augusto Frederico Schmidt, assessor do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a finalidade de comprometer mais ativamente o governo dos Estados Unidos na assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina. Participou ainda, em setembro de 1960, da delegação enviada ao terceiro período de sessões do Comitê dos 21, criado no âmbito da OPA para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica na América Latina, reunido em Bogotá, na Colômbia.

Em fevereiro de 1961, no início do curto governo do presidente Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), foi designado presidente da comissão de organização do Ministério da Indústria e Comércio e chefe de gabinete de Artur Bernardes Filho, seu primeiro titular. A nova pasta fora criada com o desdobramento do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo por finalidade a administração e o desenvolvimento das áreas de comércio (interior e exterior) e indústria, seguros privados, registro do comércio e legislação metrológica, turismo, pesquisa e experimentação tecnológica. Promovido a Ministro de Primeira Classe em outubro de 1961, participou em novembro como subchefe da delegação brasileira, da XIX Sessão do GATT, em Genebra.

Durante o governo parlamentarista de João Goulart, foi titular da pasta da Indústria e Comércio, assumindo o cargo em 18 de fevereiro de 1962 Permaneceu no ministério durante os gabinetes chefiados por Tancredo Neves (setembro de 1961 a junho de 1962), Francisco de Paula Brochado da Rocha (julho a setembro de 1962) e Hermes Lima (setembro de 1962 a janeiro de 1963). Após o plebiscito que deliberou a restauração do presidencialismo (22/1/1963) e que provocou uma completa reformulação ministerial, deixou o ministério. Em março de 1963 assumiu a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), autarquia

criada em 1945 com a finalidade de controlar o volume e a circulação de dinheiro na economia nacional. No exercício desta chefia, representou o Brasil junto ao Grupo Técnico sobre Financiamento Compensado, em Nova Iorque, no mês de setembro. Em outubro, foi conselheiro especial da delegação brasileira presente à segunda reunião anual do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em São Paulo.

Em maio de 1964, pouco depois da deposição do presidente Goulart (31/03/1964), deixou a direção da Sumoc, a qual seria extinta em 1965 e substituída pelo Banco Central, que absorveu suas funções. Em setembro de 1965, participou de um grupo de trabalho da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCD), em Nova Iorque, além de integrar a delegação do Brasil à XX Sessão da Assembléia Geral da ONU, naquela mesma cidade.

Faleceu em Antuérpia, na Bélgica, no dia 10 de maio de 1968.

Escreveu vários artigos sistematizando suas reflexões e experiências profissionais nas áreas de economia política, comércio internacional e problemas energéticos. Filiado à corrente neokeynesiana em economia, traduziu para o português a obra clássica de Paul A. Samuelson, *Economics — an introductory analysis* (edição brasileira: *Introdução à análise econômica,* 1952).

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Ségio Tadeu Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2001.

CASTRO, Araújo

Diplomata de carreira, foi titular da pasta das Relações Exteriores do governo João Goulart, na sua fase presidencialista (1963-1964), dando prosseguimento à chamada "política externa independente" iniciada em 1961. Entre 1968 e 1975, voltou a exercer cargos importantes na diplomacia nacional, chefiando a missão do país junto à ONU (1968-1971) e ocupando a embaixada brasileira em Washington (1971-1975).



João Augusto de Araújo Castro nasceu no dia 27 de agosto de 1919, no Rio de Janeiro.

Advogado diplomado pela Faculdade de Direito de Niterói em 1941, ingressou na carreira diplomática em 1940, como cônsul de terceira classe, pouco antes de se formar. Em setembro de 1942 serviu na comissão brasileira junto à Missão Cooke, grupo de técnicos enviado pelo governo norte-americano ao Brasil com o objetivo de diagnosticar os problemas centrais da economia brasileira dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país. Nesse período, serviu de cicerone ao cineasta norte-americano Orson Welles, cuja visita ao Brasil fazia parte dos esforços do governo de Washington em função da Segunda Guerra Mundial, então em curso, visando um fortalecimento de seus laços de amizade com a América Latina, dentro dos marcos da chamada "política da boa vizinhança".

O primeiro cargo de Araújo Castro no exterior foi no consulado do Brasil em San Juan, Porto Rico, para onde foi enviado em 1943. Removido para Miami em maio do ano seguinte e para Nova Iorque, em outubro, foi promovido a cônsul de segunda classe em dezembro de 1945. Ascendeu, ainda em Nova Iorque, a cônsul-adjunto em maio de 1946. Em junho,

integrou a delegação brasileira à conferência durante a qual foi criada a Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Nova Iorque de 1946.

Regressando ao Brasil, foi designado auxiliar do chefe do Departamento de Administração do Itamaraty em abril de 1948, e em setembro do ano seguinte Secretário da delegação brasileira à IV Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Segundo-Secretário da Missão Permanente do Brasil na ONU em fevereiro de 1951, secretariou a delegação do Brasil, chefiada pelo chanceler João Neves da Fontoura, presente à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em março, em Washington. O objetivo central do encontro era garantir o apoio dos países latino-americanos, incluindo o envio de tropas, aos EUA na guerra contra o regime comunista da Coréia do Norte.

Promovido a Primeiro-Secretário em março de 1953, Araújo Castro foi transferido, em junho, para a Embaixada do Brasil em Roma. De volta ao Brasil em janeiro de 1957, em dezembro seguinte foi promovido a conselheiro. Em 1958, escreveu seu primeiro texto a alcançar repercussão. Trata-se de uma conferência, proferida na Escola Superior de Guerra (ESG), sob o título "Poder nacional: limitações de ordem interna e externa", na qual propunha uma política abrangente de segurança nacional para enfrentar os desafios mundiais, e o fortalecimento do poder nacional mediante o desenvolvimento da economia, a recuperação do homem, a modernização das Forças Armadas, a consolidação e aperfeiçoamento das instituições nacionais, o alongamento do raio de ação da diplomacia, e o aperfeiçoamento do sistema de segurança coletiva do hemisfério.

Ministro de Segunda Classe em junho de 1958, participou da elaboração da Operação Pan-Americana (OPA), programa multilateral para o desenvolvimento econômico da América Latina idealizado pelo escritor, empresário e então assessor do presidente Juscelino Kubitschek Augusto Frederico Schmidt, e encaminhado por JK ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower naquele mesmo mês. Em julho, Araújo Castro tornou-se chefe do Departamento Político e Cultural do Itamaraty. Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Tóquio a partir de abril de 1959, foi delegado brasileiro à XV Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), realizada na capital japonesa entre outubro e dezembro daquele ano. Como observador, participou da Reunião dos Países Neutralistas, promovida no Cairo, Egito, em junho de 1961.

Em agosto de 1961, integrou a comitiva do vice-presidente João Goulart em missão especial a Moscou e ao Extremo Oriente. A viagem foi interrompida em Pequim, na China, pela renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), o que levou Goulart a retornar ao Brasil para assumir o governo. Apesar do impasse criado pelo veto dos ministros militares à sua posse, Goulart acabou assumindo a presidência no dia 7 de setembro, graças à aprovação de emenda constitucional que introduziu o parlamentarismo no país.

Em junho de 1963, antes de completar 44 anos, Araújo Castro foi nomeado pelo presidente Goulart Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores em 1963. Em julho – confirmando sua ascensão na hierarquia do ministério e rompendo com a tradição que excluía os diplomatas de carreira do primeiro escalão do Itamaraty – foi nomeado Ministro interino das Relações Exteriores, em substituição a Evandro Lins e Silva. Foi efetivado no cargo em agosto. Os meses em que permaneceu à frente do Itamaraty foram marcados por um aprofundamento da crise política que caracterizou o governo Goulart. Dando continuidade à chamada "política externa independente", desenvolvida desde 1961 pelo ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros, Afonso Arinos de Melo Franco, ampliou os contatos políticos e econômicos fora do pólo hegemônico ocidental, num cenário internacional dominado pela lógica do embate bipolar entre as duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética.

Duas manifestações práticas das preocupações nortearam a atuação de Araújo Franco foram o discurso proferido, em setembro de 1963, na qualidade de chefe da delegação do Brasil à XVIII Sessão da Assembléia Geral da ONU, no qual defendeu a a necessidade de superar os constrangimentos da Guerra Fria e destacou os pontos básicos da política externa brasileira: os "Três D" - desenvolvimento, desarmamento e descolonização, e o apoio dado ao Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste), orgão interministerial criado em dezembro de 1962 e sediado no Itamaraty, o qual passou a presidir ainda em 1963.

Segundo Moniz Bandeira, em janeiro de 1964, à revelia de Goulart, Araújo Castro teria atendido a uma solicitação do chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, para acelerar a renovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, firmado em 1952 com o objetivo de garantir a defesa do hemisfério ocidental. As bases da renovação

compreendiam um ajuste detalhado que previa a assistência norte-americana em caso de "ameaça ou atos de agressão, ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança". De acordo com o mesmo autor, a iniciativa visava fornecer aos EUA base legal para uma intervenção armada no Brasil, caso Goulart e seus correligionários viessem a tentar um golpe de inspiração esquerdista.

Ainda no início de 1964, presidiu a Comissão de Coordenação da Política Econômica Externa, tendo chefiado a delegação brasileira à reunião preparatória da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (I UNCTAD), realizada no final de março em Genebra, na Suíça. O Brasil teve destacada participação nos trabalhos preparatórios da UNCTAD, organismo multilateral que fazia parte da estrutura da ONU e que tinha por objetivo divulgar as demandas econômicas e sociais dos países do Terceiro Mundo, bem como na formação do Grupo dos 77, defendendo a criação de uma nova ordem no campo do comércio internacional.

Tendo sempre evitado qualquer participação na política interna do governo Goulart, Araújo Castro foi o único ministro ausente do comício em favor das reformas de base, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964 sob o comando do próprio presidente. Com o agravamento da crise no Brasil, retornou ao país no dia 30, na véspera do golpe militar que afastou João Goulart do poder. Dos ministros do regime deposto, foi o único cujo ato de demissão deixava claro que a sua saída ocorria a seu próprio pedido. De qualquer modo, após deixar o ministério, Araújo Castro experimentou um certo ostracismo na carreira diplomática, vindo a ocupar postos de pouco prestígio, servindo, inicialmente, como embaixador em Atenas, na Grécia (agosto de 1964/dezembro de 1966), e depois em Lima, no Peru (janeiro de 1967/junho de 1968).

A partir desse último ano, sua trajetória profissional sofreu uma inflexão, uma vez que foi designado pelo governo brasileiro a servir como embaixador do país na ONU. Chefiou a delegação brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, ocasião em que foram discutidas questões urgentes, como a não-proliferação de armas nucleares e as crises do Oriente Médio e da "primavera" de Praga. Quando os tanques soviéticos invadiram a Tchecoslováquia, em agosto de 1968, Araújo Castro ocupava a presidência do órgão. Em 1969 chefiou as delegações do Brasil à VII Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à reunião da Convenção Internacional para a Eliminação do Racismo, ambas realizadas em Nova Iorque. No ano seguinte, chefiou

delegações brasileiras à XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), em Genebra, na Suíça, e à VI Sessão do Comitê Preparatório para a Segunda Década do Desenvolvimento, em Nova Iorque, dois eventos patrocinados pela ONU.

Em 1970, em discurso perante a XXV sessão ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, qualificou o *apartheid*, pela primeira vez na história da diplomacia brasileira, como um crime contra a humanidade, passível, portanto, de responsabilização internacional. Em seu pronunciamento, considerou ser um imperativo moral combater o preconceito, a segregação e a injustiça raciais. Destacou também a complexidade racial do Brasil, sustentando que o *apartheid* agredia diretamente a convivência entre os brasileiros e o modo de organização de nossa sociedade.

Já então considerado como um dos maiores expoentes da diplomacia nacional, Araújo Castro assumiu, em maio de 1971, a Embaixada do Brasil em Washington, vindo a integrar, em dezembro desse mesmo ano a comitiva do então presidente brasileiro, general Emílio Garrastazu Médici, por ocasião de sua visita aos Estados Unidos. Se no plano interno, o governo Médici (1970-1964) combinou altas taxas de crescimento econômico (o "milagre brasileiro") com o aumento da repressão aos opositores do regime militar, de acordo com Cíntia Vieira Souto, a sua política externa foi pautada pela conjugação do bilateralismo com o multilateralismo terceiro-mundista. Em outras palavras, o Brasil, adotando a chamda "diplomacia do interesse nacional", inseria-se no plano mundial de forma dupla, mantendo, simultaneamento, relações com os países avançados do Norte e com os países em desenvolvimento do Sul.

Araújo Castro buscou contornar as restrições impostas pelo Congresso dos EUA às importações de produtos brasileiros, sobretudo o café. Outra questão delicada nas relações entre os dois país com que teve de lidar foi a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para duzentas milhas. A medida, tomada por decreto de 25 de março de 1970, havia desagradado profundamente ao governo de Washington, que chegou a sugerir aos navios pesqueiros norte-americanos que ignorassem os novos limites, considerando o decreto brasileiro contrário ao direito internacional. Ao mesmo tempo, manteve contatos com parlamentares norte-americanos visando recuperar a imagem do governo brasileiro dos desgastes sofridos com as denúncias de violências contra presos políticos.

No início de 1974, pouco antes da posse do general Ernesto Geisel na presidência, teve seu nome lembrado para ocupar a pasta das Relações Exteriores do novo governo. Em 1975, por ocasião da visita de uma turma de diplomados da Escola Superior de Guerra aos EUA, pronunciou na sede da embaixada em Washington uma conferência sobre "O congelamento do poder mundial", na qual criticava a oligarquização do sistema internacional imposta pelos EUA e a União Soviética, definindo-a como um obstáculo aos interesses dos países em desenvolvimento, e preconizava uma participação crescente do Brasil no cenário mundial.

Faleceu em Washington, no exercício de suas funções, no dia 9 de dezembro de 1975.

Publicou vários artigos sobre temas filosóficos, literários e, sobretudo, diplomáticos. Seus principais escritos e pronunciamentos foram reunidos no volume *Araújo Castro* (1982), publicado pela Editora da Universidade de Brasília.

Em dezembro de 1998, foi inaugurado o Auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro, na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília.

Em março de 2004, o Instituto Rio Branco criou o "Prêmio Araújo Castro", concedido anualmente ao primeiro colocado do curso de mestrado em diplomacia da instituição.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr/sede/discauditorio.htm>

Souto, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional: o governo Médici e a política externa brasileira (1969-1974)*. Disponível em: www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/cintia/governoMedici.rtf

Hirst, Mônica. "A política externa brasileira no contexto da Guerra Fria. A Política Externa Independente". In: *História da Diplomacia Brasileira. O período 1945-64*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/pd020.ht>

CORREIA, Pio

Diplomata de carreira, Pio Correia foi embaixador do Brasil no Uruguai entre 1964 e 1966, no período que se seguiu à deposição do presidente João Goulart, tendo de lidar com uma situação tensa entre os dois países, causada pela presença de asilados brasileiros em território uruguaio.



Manuel Pio Correia Júnior nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de fevereiro de 1918, filho de Manuel Pio Correia e de Mercedes Veloso Pio Correia. Seu pai foi autor do *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas,* a mais extensa obra sobre o assunto publicada no país.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e ingressou no Itamaraty, mediante concurso, em dezembro de 1937, ocupando o cargo de cônsul de terceira classe. Em março de 1938 foi designado secretário do presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil, órgão que em agosto seguinte foi transformado no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com o objetivo de promover o estudo, a formulação de diretrizes, a coordenação e o controle dos assuntos relativos ao pessoal civil da administração federal. Entre setembro de 1938 e novembro de 1939, cursou a Universidade de Washington, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, assumiu em março de 1940 a chefia do Serviço de Documentação do DASP. Em janeiro do ano seguinte, passou a integrar o gabinete do ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho, primeiro titular desta pasta. Representante do Ministério da Aeronáutica junto à

Divisão de Cooperação Intelectual do Itamarati a partir de outubro de 1941, em dezembro foi designado coordenador do projeto de organização do Arquivo e Serviço de Correspondência do Ministério da Aeronáutica.

Retornando ao Itamaraty, foi promovido a Segundo-Secretário em dezembro de 1942. Nesse posto, serviu junto à embaixada do Brasil na Venezuela, de março de 1943 a março de 1944, sendo transferido para Montevidéu, onde atuou como secretário da delegação brasileira à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, organismo do sistema interamericano de segurança coletiva, criado durante a Segunda Guerra Mundial sob o patrocínio norte-americano. Na oportunidade, integrou o comitê preparatório do segundo relatório anual da referida comissão, voltando a assessorar a delegação brasileira em fevereiro de 1945, junto à nova conferência daquele órgão. Em maio do mesmo ano, representou o Brasil no Comitê de Defesa Política, reunido na capital uruguaia. Em fevereiro de 1947, ainda na condição de Segundo-Secretário da Embaixada do Brasil em Montevidéu, integrou a missão especial presente às solenidades da posse do presidente da República. Deixando o Uruguai em março de 1947, foi removido inicialmente para Moscou e, em seguida, para Londres, onde serviu de dezembro de 1947 a setembro de 1948. Neste último mês, já promovido a Primeiro-Secretário, participou da delegação brasileira à III Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris.

Voltando ao Brasil, em março de 1950 foi colocado à disposição do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) para cursar a Escola Superior de Guerra (ESG). Passou a Conselheiro em setembro de 1951 e em janeiro do ano seguinte foi enviado a Bonn na Alemanha Ocidental, como representante do Brasil na Comissão Mista Germano-Brasileira. Entre fevereiro e maio de 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, serviu como secretário do Gabinete Civil da Presidência da República. Regressando ao Itamaraty para lecionar no Instituto Rio Branco, assumiu a cadeira de orientação profissional do primeiro e do segundo anos do curso de preparação para a carreira diplomática, tendo atuado ainda como examinador nas bancas de inglês, prática diplomática e consular, tratados e política econômica do Brasil.

Em dezembro de 1952 foi promovido a Ministro-Conselheiro e designado para a Embaixada do Brasil em Bonn. Permaneceu na capital alemã até fevereiro de 1957 e em novembro seguinte foi promovido a Ministro Plenipotenciário e removido para Teerã. Após servir na capital iraniana entre janeiro de 1958 e junho de 1959, voltou ao Brasil.

Promovido a Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe em outubro de 1959, no mês seguinte representou o ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, junto à Comissão Permanente para Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal. Participou também da comitiva do chanceler Lafer em sua visita à Argentina (novembro de 1959) e ao Paraguai (março de 1960). Entre maio e junho de 1960, chefiou a delegação brasileira na Comissão Mista Brasil-Portugal, reunida em Lisboa. Em agosto de 1960, encabeçou a delegação do Brasil à VI e VII reuniões de Consulta dos Ministros de Estado das Relações Exteriores dos Estados Americanos, realizadas em San José, Costa Rica.

Em dezembro de 1960, assumiu o cargo de embaixador do Brasil no México, diplomando-se, no ano seguinte, pela Academia Mexicana de Derecho Internacional. Integrou a comitiva do presidente João Goulart em visita a esse país, em abril de 1962, chefiou a delegação brasileira no Grupo Misto Cooperação Internacional Brasil-México, em outubro seguinte, e em novembro a missão encarregada de negociar a conclusão de um acordo aéreo junto ao governo mexicano. Em junho de 1964, representou o Brasil na comissão criada pela ONU para examinar a situação do Camboja, cuja neutralidade via-se cada vez mais ameaçada com a intensificação da guerra no Vietnã.

Deixando o México, assumiu a chefia da embaixada brasileira em Montevidéu em setembro de 1964. Os meses que se seguiram à deposição do presidente João Goulart em 31 de março daquele ano foram marcados por um clima tenso nas relações entre o Brasil e o Uruguai, que concedeu asilo a numerosos elementos ligados ao governo deposto, a começar pelo próprio ex-presidente, permitindo que os asilados se manifestassem livremente contra o recém-instaurado regime militar brasileiro. Os setores mais radicais das forças armadas exigiram que o presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco, pressionasse o governo uruguaio para coibi-las. Incumbido de contornar a crise, Pio Correia conseguiu convencer as autoridades uruguaias a se aterem às normas do direito de asilo em relação aos brasileiros, mas, conforme recomendação do próprio Castelo Branco, "sem pôr em risco a paz e a amizade" entre os dois países, cujas relações se normalizaram a partir de então. De acordo com Philip Agee, porém, Pio Correia participou diretamente das ações da Central Intelligence Agency (CIA) no Uruguai, relacionadas à vigilância dos exilados brasileiros. Na verdade, segundo Agee, ele já trabalhava para a CIA desde quando servia como embaixador no México. A agência de

espionagem norte-americana esperava que ele exercesse pressão política sobre o governo uruguaio. Logo ao chegar, Pio Correia visitou unidades militares na fronteira com o Brasil.

De volta ao Brasil em 1966, foi nomeado Secretário-Geral do Itamaraty, e chegou a assumir interinamente a função de ministro das Relações Exteriores do governo Castelo Branco, durante os impedimentos do chanceler Juraci Magalhães, em 1966 e 1967. Em outubro deste último ano, foi nomeado embaixador em Buenos Aires. Atuou como chefe da delegação do Brasil à reunião de técnicos do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, realizada naquela capital em 1968. Nesse ano, desempenhou ainda outras missões, como as de delegado à II Conferência de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, e de membro da reunião de prefeitos do norte do estado do Rio Grande do Sul sobre problemas de integração econômica na fronteira.

Retornou da Argentina em janeiro de 1969 e solicitou licença do serviço público por prazo de dez anos, dedicando-se desde então a atividades empresariais. Diretor-presidente da Siemens S.A., empresa alemã fabricante de equipamento elétrico pesado e sistemas de telecomunicações, e da Icotron S.A., empresa do grupo Siemens especializada em equipamento eletrônico daquele ano até 1983. Deste ano até 1994, foi diretor-presidente da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A. Simultaneamente, integrou os conselhos da Poligran e da Brasilit S.A., filial do grupo Saint-Gobain e o conselho diretor da Ciba-Geigy Química S.A., foi membro da diretoria da General Accidents, companhia de seguros britânica, e dos conselhos de administração da Eutectic Indústrias Metalúrgicas Ltda. e da Rio de Janeiro Refrescos S.A., afiliada do grupo Coca-Cola, além de integrar o comitê internacional da União de Bancos Brasileiros S.A.(Unibanco).

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattmann-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão. (Orgs.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CUNHA, Vasco Leitão da



Diplomata de carreira, foi ministro interino da Justiça durante o Estado Novo. Embaixador em Havana no período da Revolução Cubana, foi o primeiro representante brasileiro em Moscou após o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e o Primeiro-Ministro das Relações Exteriores do regime militar.

Vasco Tristão Leitão da Cunha nasceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 1903, filho de José Maria Leitão da Cunha e de Agnes Reidy Leitão da Cunha.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1925, dois anos depois, através de concurso, ingressou na carreira diplomática como terceiro-oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Promovido a segundo-secretário em 1929, serviu na delegação do Brasil em Lima, Peru (1929-1931) e nas embaixadas em Lisboa (1931-1933) e Buenos Aires (1934-1937). Quando servia na capital argentina, integrou a delegação brasileira à conferência da paz para a solução da guerra do Chaco, travada entre a Bolívia e o Paraguai. Segundo-Secretário da representação brasileira em Santiago do Chile (1937-1938), foi promovido a Primeiro-Secretário em dezembro de 1938. De volta ao Brasil, entre 1939 e 1941 serviu como oficial-de-gabinete do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores.

Nomeado chefe de gabinete do ministro da Justiça e Negócios Interiores em fevereiro de 1941, assumiu o ministério em caráter interino em agosto desse ano, substituindo o titular Francisco Campos, afastado

para tratamento de saúde. Durante o período que ocupou o cargo, marcado pela Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, ocorreu um incidente que lhe trouxe uma momentânea notoriedade. No final de janeiro de 1942, o Brasil anunciou oficialmente o rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão saindo de sua posição de neutralidade e alinhando-se às nações aliadas lideradas pelos Estados Unidos. Em fevereiro, teve início o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães.

Liderados pela União Nacional dos Estudantes, os estudantes cariocas organizaram no dia 4 de julho, aproveitando a data da independência norte-americana, uma passeata que defendia a participação do Brasil na guerra e que contou com o apoio de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, e de Ernâni Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro. O chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, numa tentativa de impedir a manifestação, dirigiu-se ao gabinete de Leitão da Cunha, com quem teve uma áspera discussão. O ministro interino, que também apoiava a manifestação, mandou prender Filinto por desacato à autoridade. A passeata, algo inédito sob a ditadura do Estado Novo, acabou realizando-se e, em conseqüência do incidente entre Leitão da Cunha e Filinto Müller, ambos tiveram que deixar os seus cargos.

No início de 1943, Vasco Leitão da Cunha foi enviado em missão diplomática especial por três meses ao Norte da África e em abril foi removido para a embaixada brasileira em Lisboa, onde permaneceria até dezembro. Nesse mesmo mês foi promovido a Ministro de Segunda Classe e em seguida nomeado delegado do Brasil junto ao Comitê Francês de Libertação Nacional, com sede em Argel, na Argélia, capital provisória da França livre até a libertação da metrópole e o retorno do governo a Paris. Em julho de 1944, viajou para a Itália como observador diplomático. No dia 16 desse mês, os primeiros contingentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcaram naquele país para participar da guerra ao lado dos exércitos aliados. Nomeado em agosto cônsul-geral em Roma, permaneceu na Itália até junho de 1945.

Finda a guerra, foi nomeado cônsul-geral em Genebra, na Suíça, e, em novembro de 1945, indicado delegado suplente do Brasil à conferência preparatória da Organização das Nações Unidas (ONU), em Londres. Em janeiro e fevereiro de 1946, participou, como delegado plenipotenciário, da I Assembléia Geral da ONU, também realizada em Londres. Promovido a Ministro Conselheiro, em abril foi removido para Madri, onde exerceu a função de Encarregado de Negócios em diversos períodos. Em março de

1950 foi promovido a Ministro Plenipotenciário e em junho designado para Helsinque, permanecendo na capital finlandesa até março de 1952. Em junho de 1952 foi promovido a Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe. Designado Secretário-Geral substituto do Ministério das Relações Exteriores em outubro, foi efetivado no cargo em janeiro de 1954. Promovido a Embaixador em outubro, em dezembro assumiu a embaixada em Bruxelas, na Bélgica.

Embaixador em Havana a partir de novembro de 1956, em janeiro de 1959 presenciou a derrubada do ditador cubano Fulgêncio Batista pelos guerrilheiros liderados por Fidel Castro. Em março de 1960, um dos candidatos à presidência da República, Jânio Quadros, visitou Cuba. Leitão da Cunha reuniu em um jantar os visitantes e os líderes cubanos Fidel Castro, seu irmão Raul Castro e Ernesto "Che" Guevara. Na ocasião Fidel sondou o futuro presidente brasileiro sobre uma projetada conferência de países subdesenvolvidos. Com a posse de Jânio na presidência em janeiro de 1961, regressou ao Brasil e no mês seguinte assumiu novamente o cargo de Secretário-Geral do Itamaraty, num momento em que a diplomacia brasileira adotava os princípios da chamada "política externa independente". Em maio, deixou a Secretaria-Geral e foi enviado como observador do Brasil à conferência dos países neutralistas, no Cairo, Egito.

Em 25 de agosto de 1961, Quadros renunciou. Para vencer a resistência dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, o Congresso adotou o sistema parlamentarista, que reduzia os poderes do presidente. Goulart foi empossado em 7 de setembro, dando continuidade à política externa seguida por seu antecessor. Em novembro foram restabelecidas as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, rompidas desde 1947. Vasco Leitão da Cunha foi nomeado o primeiro embaixador brasileiro em Moscou após o reatamento, para lá sendo enviado em abril de 1962. Ocuparia nessa capital o posto de Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário até dezembro de 1963.

Após a deposição de Goulart por um golpe militar (31/03/1964), foi convidado pelo presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, empossado interinamente na presidência da República, para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Tomou posse no dia 6 de abril, passando a responder cumulativamente pela pasta da Saúde. No dia 15 assumiu a presidência da República o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Leitão da Cunha deixou a pasta da Saúde, mas foi confirmado à frente do Itamaraty. O novo regime suspendeu por dez anos os direitos políticos de

um grande número de personalidades – políticos, líderes operários e estudantis, funcionários públicos e intelectuais. No meio diplomático foram atingidos, entre outros, Jaime Azevedo Rodrigues, Hugo Gouthier Gondim, Jatir Almeida Rodrigues e Antônio Houaiss. Além disso, foram propmovidas as substituições dos representantes brasileiros nas embaixadas consideradas mais importantes.

O governo Castelo promoveu uma radical mudança de orientação na política externa brasileira, agora norteada pelo princípio das "fronteiras ideológicas". Coerentemente, uma das suas primeiras medidas foi o rompimento das relações diplomáticas com Cuba em maio. O restabelecimento de relações prioritárias com o Ocidente e "a consolidação dos laços de toda a ordem com os Estados Unidos, nosso grande vizinho e amigo do norte" foram destacadas por Vasco Leitão da Cunha em declaração feita no início de julho. O governo Castelo Branco retomava dessa maneira, nos quadros da OEA, assim como na ONU, a política tradicional de estreita colaboração com os Estados Unidos.

Com essa mesma perspectiva, o posicionamento brasileiro em relação ao colonialismo, em particular ao que era praticado pelo governo português na África, foi profundamente alterado. Castelo fez uma reavaliação do problema, revendo a posição que o Brasil vinha adotando desde Jânio Quadros. "À luz dos interesses brasileiros", propôs a formação gradual de uma comunidade afro-luso-brasileira fortalecida economicamente pelo Brasil. A seu ver, "qualquer política realista de descolonização" não podia "desconhecer nem o problema específico de Portugal nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente".

Ainda em 1964, a presença de exilados políticos brasileiros em Montevidéu, encabeçados por João Goulart e o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, criou uma série de problemas que motivaram a vinda ao Brasil do chanceler uruguaio. O Itamaraty solicitou então, e obteria em fevereiro do ano seguinte, o internamento de Brizola a 300km da fronteira brasileira.

Em janeiro de 1965, o Ministério das Relações Exteriores anunciou que seriam instaladas embaixadas em Kuala Lampur, na Malásia, e em Saigon, no Vietnã do Sul. Com relação a este último país, a decisão refletia a solidariedade do governo brasileiro à intervenção norte-americana na guerra vietnamita, manifestada em mensagem oficial de Castelo Branco ao presidente americano Lyndon Johnson em agosto de 1964. Como decorrência da política de colaboração com os Estados Unidos, o Brasil se envolveu na

guerra civil desencadeada em maio de 1965 na República Dominicana. No dia 24 de abril daquele ano, um movimento militar liderado pelo coronel Francisco Caamaño que visava à restauração da ordem constitucional e à entrega da presidência a Juan Bosch — presidente reformista deposto em setembro de 1963 por um golpe de Estado — derrubou o governo de Donald Reid Cabral.

Quatro dias depois, o presidente Johnson anunciou o desembarque de fuzileiros navais norte-americanos na República Dominicana a fim de "proceder à retirada dos cidadãos norte-americanos daquele país". No dia 3 de maio Castelo Branco autorizou o representante brasileiro na OEA a acatar a proposta norte-americana de envio de tropas para uma força de intervenção naquele país. No dia 6, Leitão da Cunha participou da reunião de ministros das Relações Exteriores dos países-membros da OEA, ficando decidida a criação da Força Interamericana de Paz (FIP) para intervir na República Dominicana.

O efetivo da FIP foi constituído principalmente de tropas norte-americanas, que somavam 25 mil soldados, de cerca de 1.500 soldados brasileiros e ainda de pequenos contingentes de Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Paraguai. Além de enviar o mais numeroso contingente latino-americano, o Brasil forneceu o comandante da FIP, inicialmente o general Hugo Panasco Alvim e, depois, o general Álvaro Braga. No dia 2 de junho, seis dias após o desembarque das tropas brasileiras, 280 soldados entraram em ação pela primeira vez, participando da tomada do palácio do governo em São Domingos. Em 21 de setembro, as tropas brasileiras dissolveram uma manifestação na capital dominicana, onde mil estudantes exigiam a desocupação das escolas secundárias tomadas pelas forças interamericanas. Por essa época, no entanto, uma comissão da OEA e os grupos em choque já negociavam a criação de um governo de conciliação por nove meses, o desarmamento da população civil, a anistia geral e o recolhimento das tropas aos quartéis. Obstado o acesso ao poder das forças consideradas pró-comunistas, em setembro de 1966 foi extinta a missão da FIP, com a vitória de Joaquim Balaguer nas eleições presidenciais.

Em 17 de novembro foi aberta no Rio de Janeiro a II Conferência Interamericana Extraordinária (II CIE), inicialmente marcada para 20 de maio e por duas vezes adiada em virtude da guerra civil na República Dominicana. O evento contou com a participação de 22 países-membros da OEA. Vasco Leitão da Cunha chefiou a delegação brasileira à conferência e o presidente Castelo Branco fez o discurso de abertura, declarando que os

países latino-americanos precisavam progredir concretamente no sentido da integração econômica. Em frente ao Hotel Glória, local da reunião, realizou-se um ato de protesto de um grupo de intelectuais contra o regime militar, que resultou na prisão de oito pessoas, entre as quais os escritores Antônio Calado e Carlos Heitor Cony e o cineasta Glauber Rocha.O chanceler brasileiro fez o discurso de encerramento da II CIE no dia 30 de novembro, pedindo que os Estados-membros da OEA continuassem considerando a possibilidade de estabelecer "um mecanismo defensivo para conter a subversão no continente".

Segundo o historiador Manuel Maurício de Albuquerque, Leitão da Cunha lançou as bases das transformações das práticas da política externa brasileira a partir dessa conferência, seguindo a matriz ideológica anticomunista do movimento de 1964. "Através do Itamaraty, o governo brasileiro propunha que o conceito de soberania passasse do critério de espaço nacional demarcado por limites, para se basear no das fronteiras ideológicas. Isto significava o direito de intervenção para sustentar um governo, aceito como democrático, que fosse ameaçado por movimentos dominados por ideologias consideradas não-democráticas."

No início de dezembro de 1965, Leitão da Cunha deixou a chancelaria e no final de janeiro de 1966 assumiu a embaixada brasileira em Washington, em substituição a Juraci Magalhães, que desde já se encontrava à frente do Itamaraty. No início de fevereiro os Estados Unidos concediam um empréstimo de US$150 milhões ao Brasil e, em março, após uma proposta de Leitão da Cunha de se criar "um sistema de alarma para convocar a força interamericana de paz", liberavam um novo empréstimo de 49 milhões de dólares este através do Banco Mundial, para aumentar a produção de energia elétrica em Minas Gerais.

Em meados de junho, foi divulgado em Washington o texto do acordo a que chegaram os integrantes do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que se reunira em Buenos Aires a partir de março. O acordo estabelecia linhas gerais de procedimento das nações do hemisfério no tocante a auxílio econômico e financeiro. Na mesma época, Leitão da Cunha defendeu a necessidade de uma orientação política no processo de integração econômica da América Latina.

Em março de 1967, assinou em Washington um convênio no valor de mais dez milhões de dólares com a Aliança para o Progresso. Em junho, deixou a embaixada brasileira na capital americana, quando estava próximo de completar 65 anos, aposentando-se em julho.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1984.

Seu arquivo pessoal encontra-se depositado no Cpdoc da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro. Sobre sua trajetória de vida, foi lançada a obra *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao Cpdoc* (1994).

Fontes

CUNHA, Vasco Leitão da. Diplomacia em alto-mar. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Verbete: KORNIS, Monica. Humberto de Alencar Castelo Branco.

SILVA, André Luís Reis da. "A política externa do governo Castelo Branco". Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/andreReis/CasteloBranco.rtf.> e <http://www2.mre.gov.br/irbr/cursos/PALESTRA/Azeredo%20da%20Silveira.htm>

DANTAS, San Tiago

Jornalista, advogado, professor e político, San Tiago Dantas foi ministro das Relações Exteriores entre 1961 e 1962, durante a fase parlamentarista do governo João Goulart, tendo sido um dos principais formuladores e executores da chamada "política externa independente". Foi também ministro da Fazenda entre os meses de janeiro e junho de 1963, durante a fase presidencialista do governo Goulart.



Acervo UH/Folha Imagem

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1911, filho de Raul de San Tiago Dantas e de Violeta de Melo de San Tiago Dantas.

Ingressou em 1928 na Faculdade Nacional de Direito, concluindo o curso em 1932. Nesse ano, filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista. Ativo militante integralista, afastou-se do movimento por ocasião da preparação do levante para depor o presidente Getúlio Vargas, em 1938. A partir de então, passou a dedicar-se à carreira acadêmica e à advocacia. Familiarizado com temas de política externa, em 1943 representou o Brasil na Primeira Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas, no Panamá.

Entre 1945 e 1946, trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1949, assumiu a vice-presidência da refinaria de petróleo de Manguinhos, cargo no qual permaneceria durante nove anos. Em 1951, foi conselheiro da delegação brasileira à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. Atuou também como assessor pessoal de Vargas durante seu segundo governo (1951-1954), participando da discussão

do anteprojeto de criação da Petrobras e do projeto de criação da Rede Ferroviária Federal. A partir de 1952, passou a ser membro do Comitê Permanente de Arbitragem de Haia.

Retornou à vida política em 1955, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De 1955 a 1958, presidiu a Comissão Interamericana de Jurisconsultos, sediada no Rio de Janeiro e entre 1957 e 1958, como diretor do *Jornal do Comércio*, dedicou editoriais - as chamadas "Várias" - a temas de política externa e, em 1959, coube-lhe colaborar na redação e discussão da Declaração de Santiago do Chile, um dos mais importantes documentos do Sistema Interamericano. Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais.

Nomeado pelo presidente Jânio Quadros embaixador do Brasil na ONU em 22 de agosto de 1961, no dia 24 renunciou ao mandato de deputado federal. Contudo, não chegou a assumir o cargo em virtude da renúncia de Quadros, no dia seguinte, não lhe sendo possível retomar o mandato parlamentar. A saída de Jânio da presidência provocou uma grave crise política, pois os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart na presidência. Foi então apresentada uma emenda constitucional instituindo o regime parlamentarista de governo. Goulart assumiu a presidência em 7 de setembro de 1961, indicando Tancredo Neves, do Partido Social Democrático (PSD) como Primeiro-Ministro.

Escolhido para ocupar a pasta das Relações Exteriores, San Tiago Dantas deixou a Câmara dos Deputados e no dia 11 foi empossado no ministério. Seguidor da chamada "política externa independente", iniciada no governo Quadros pelo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, afirmou em seu discurso de posse pretender contribuir, na sua gestão, para a "preservação da paz; reafirmação dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; apoio à emancipação dos territórios não autônomos; política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional".

Pretendendo aumentar a integração dos mercados latino-americanos, visitou oficialmente a Argentina em novembro de 1961, enfatizando então a necessidade de "preservação do sistema democrático representativo" e de realização progressiva de "reformas sociais profundas". A declaração conjunta assinada pelos chanceleres no fim da visita ressaltava

"a execução de uma política de defesa recíproca das exportações dos dois países" ante as "práticas discriminatórias adotadas por alguns países altamente industrializados", que alteravam "as condições de concorrência entre os países exportadores de matérias-primas e produtos primários".

Uma das mais importantes medidas adotadas pela diplomacia brasileira durante a sua gestão foi o reatamento das relações com a União Soviética, rompidas desde 1947. Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados no dia 23 de novembro de 1961, quando a medida foi formalizada, San Tiago Dantas esclareceu que essa decisão se baseava em razões de ordem política e econômica que levavam em conta, exclusivamente, os interesses do Brasil e não significavam nenhuma simpatia ou mesmo "tolerância ideológica" para com o regime vigente naquele país. Enfatizou as amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras, além da conveniência do desenvolvimento das relações entre os povos como garantia para a paz.

Outro fato a ser destacado foi a sua participação na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, realizada em janeiro de 1962 na cidade uruguaia de Punta del Este. Na fase preparatória do encontro, San Tiago Dantas convocou ao Itamaraty todos os embaixadores de países do continente para defender a adoção de uma política de coexistência com o regime socialista de Cuba, condenando a adoção de sanções econômicas, militares e diplomáticas contra esse país. Sugeriu a negociação de um "estatuto consensual" com o governo cubano, no intuito de impedir "a integração daquele país no chamado bloco político-militar soviético" e assegurar o desarmamento "até níveis compatíveis com as necessidades defensivas regionais", oferecendo, em contrapartida, garantias contra o risco de intervenção militar.

Em Punta del Este, ele discordou da posição dos Estados Unidos, que pretendia articular uma política de intervenção em Cuba e expulsar esse país da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao final do encontro, chegou-se a uma solução conciliatória. Por um lado, atendendo às pressões norte-americanas, foi aprovada uma declaração condenando a adesão de Cuba ao comunismo, considerada incompatível com o sistema interamericano, mas, por outro, foi assegurada a permanência desse país na OEA, excluindo-o contudo do organismo militar da organização. A conferência teve grande repercussão no Brasil, e a posição defendida por San Tiago Dantas recebeu o apoio dos setores nacionalistas e de esquerda, além de vários órgãos de imprensa, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*.

Em março de 1962, San Tiago Dantas chefiou a delegação brasileira que participou, em Genebra, da Conferência de Desarmamento. No evento, ao lado da Suécia, México, Índia, Nigéria, República Árabe Unida, Birmânia e Etiópia, o Brasil se definiu como "potência não-alinhada", desvinculada de "qualquer bloco político-militar". Diplomatas desses países redigiram a chamada *Declaração das oito potências não-alinhadas*, na qual faziam um apelo para a suspensão dos testes com armas atômicas.

Nesse período, o debate em torno da nacionalização das concessionárias de serviço público se intensificou no Brasil devido à encampação, em fevereiro de 1962, da Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da empresa norte-americana International Telephone and Telegraph (ITT). A iniciativa do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola provocou protestos da companhia norte-americana, acompanhados de uma nota oficial da Embaixada dos Estados Unidos encaminhada ao chanceler brasileiro. San Tiago Dantas organizou então uma reunião no palácio do Itamaraty com a presença de (governador), representantes da ITT e os embaixadores dos dois países, Roberto Campos e Lincoln Gordon, que não conseguiram estabelecer as bases de um acordo. As negociações foram retomadas durante a visita do presidente João Goulart aos Estados Unidos em abril, quando ficou definido que as nacionalizações respeitariam o "princípio de justa compensação, com reinvestimento em outros setores importantes para o desenvolvimento do Brasil".

San Tiago Dantas integrou a comitiva presidencial nessa viagem (que incluiu uma escala no México), participando das negociações que levaram também à assinatura do Convênio sobre Auxílio ao Desenvolvimento do Nordeste, ao compromisso do governo dos Estados Unidos de apoiar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e ajudar as gestões junto à Comunidade Econômica Européia (CEE) para a eliminação dos pesados impostos sobre os produtos latino-americanos, e ao acordo sobre a efetivação do projeto da Aliança para o Progresso.

Em 25 de junho de 1962, San Tiago Dantas deixou a chefia do Ministério das Relações Exteriores, a fim de desincompatibilizar-se para tentar renovar seu mandato de deputado federal nas eleições previstas para outubro. No dia seguinte, Tancredo Neves renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro e, pouco depois, Goulart encaminhou ao Congresso o nome do ex-chanceler para substituí-lo. Apoiado pelos setores nacionalistas e de esquerda do Parlamento e pelo movimento sindical, San Tiago Dantas teve

contra si as bancadas do PSD e da UDN, que, unidas, vetaram sua indicação. Durante os debates, parlamentares dos dois partidos criticaram os rumos tomados pela política externa brasileira durante sua gestão.

Em outubro de 1962, foi reeleito deputado federal pelo PTB de Minas Gerais. Em janeiro de 1963, um consulta popular determinou por larga margem de votos o retorno ao regime presidencialista. O presidente formou então um novo ministério e San Tiago Dantas assumiu a pasta da Fazenda, comprometendo-se com um programa de austeridade econômica baseado no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, de autoria de Celso Furtado, ministro extraordinário para o Planejamento. O plano previa a retomada de um índice de crescimento econômico em torno de 7% ao ano, e a redução da taxa de inflação, que em 1962 chegara a 52%, para 10% em 1965. Logo após sua posse, San Tiago Dantas tomou medidas voltadas para a estabilização da moeda e aboliu os subsídios para as importações de trigo e de petróleo a fim de aliviar a situação do balanço de pagamentos, conforme exigência do Fundo Monetário Internacional. Em março, viajou para os Estados Unidos, com o objetivo de discutir a ajuda norte-americana ao Brasil e a renegociação da dívida externa.

Em meio à crescente polarização entre conservadores e reformistas, San Tiago Dantas fez um pronunciamento pela televisão em abril, apontando a existência de "duas esquerdas": a "positiva", onde ele mesmo se inseria; e a "negativa", que, segundo ele, adotava atitudes extremistas e contrárias ao desenvolvimento do país, e na qual incluía a ala esquerda do PTB, liderada por Leonel Brizola. Diante das dificuldades encontradas na aplicação do Plano Trienal, em junho de 1963 Goulart alterou mais uma vez a composição de seu ministério. Com isso, San Tiago Dantas deixou a pasta da Fazenda e Celso Furtado a do Planejamento.

Quando San Tiago Dantas retornou à Câmara dos Deputados, setores militares, políticos e empresariais já se organizavam em torno da deposição de Goulart. A pedido do presidente, ele começou a articular as correntes políticas próximas do governo com o objetivo de evitar a sua derrubada. Em janeiro de 1964, apresentou um programa mínimo voltado para a formação de um governo de frente única, que incluiria todas as forças formalmente comprometidas com o presidente, desde o PSD até o proscrito Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, o PSD e a Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento nacionalista surgido em 1962 com o objetivo de pressionar em favor da implementação das chamadas reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional) e liderado por

Brizola, manifestaram-se contra. A FMP só passou apoiar a formação da frente única quando o golpe militar era iminente. Deflagrado em 31 de março de 1964, o movimento foi vitorioso, levando o general Humberto Castelo Branco ao poder. Em junho, o novo presidente indeferiu o pedido de cassação do mandato parlamentar de San Tiago Dantas, que se encontrava gravemente enfermo devido à evolução de um câncer no pulmão.

San Tiago Dantas faleceu no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1964.

Em setembro de 2004, por ocasião dos 40 anos da sua morte, a Associação Comercial do Rio de Janeiro promoveu o seminário "Atualidade de San Tiago Dantas", que contou com a participação, entre outros, de Celso Lafer, Helio Jaguaribe e Marcílio Marques Moreira. Os depoimentos e análises do seminário ganharam a forma de livro, lançado em 2005.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltmann; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

Disponível em: <:www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/estrut/person/santiago/apresent.htm> <http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron2.htm>

FONTOURA, João Neves da

Advogado e político, foi um dos principais nomes do Rio Grande do Sul no movimento que culminou na Revolução de 1930. Duas vezes ministro das Relações Exteriores – em 1946, no governo Dutra, e entre 1951 e 1953, no 2º governo Vargas – promoveu, tendo como pano de fundo a conjuntura da Guerra Fria, do pós-Segunda Guerra Mundial, uma política de estreito alinhamento do Brasil às orientações da política externa norte-americana.



João Neves da Fontoura nasceu no dia 16 de novembro de 1889, em Cachoeira do Sul (RS), município em que seu pai, o coronel Isidoro Neves da Fontoura, era chefe político.

Advogado diplomado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1909, participou, durante o curso, da chamada "geração 1907", junto com Getúlio Vargas, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho, entre outros, nomes que ganhariam projeção nacional com a Revolução de 1930. Após formar-se, regressou a Cachoeira do Sul, onde se estabeleceu como advogado. Filiado ao Partido Republicano Riograndense (PRR) – agremiação chefiada por Borges de Medeiros e principal liderança gaúcha da República Velha –, substituiu seu pai na chefia política do município.

Em 1921, elegeu-se deputado estadual, ocupando posição de destaque na Assembléia gaúcha nos anos seguintes. Nas eleições de novembro de 1922 para presidente do estado, apoiou Borges de Medeiros, que se candidatava ao quinto mandato consecutivo, contra Joaquim Francisco de Assis Brasil, lançado pela oposição. Como Borges de Medeiros foi mais uma vez eleito, Assis Brasil e seus partidários pegaram em armas contra o governo estadual no início de 1923. O conflito só chegou ao fim em

dezembro. Graças à mediação do general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, a paz foi selada com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que garantia a permanência de Borges no governo até o final do mandato, mas impedia nova reeleição. Ao longo do ano, João Neves pronunciou diversos discursos na Assembléia dos Representantes em apoio a Borges de Medeiros.

Em meados de janeiro de 1925, João Neves assumiu pela primeira vez – e provisoriamente –, a intendência (prefeitura) de Cachoeira. Em setembro, voltou a ocupá-la, dessa vez permanecendo no cargo até o final do período, em julho de 1928. Nesse período, acumulou a intendência com a Assembléia de Representantes.

Em novembro de 1927, foi eleito vice-presidente estadual em chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Em maio do ano seguinte, elegeu-se para a Câmara Federal, sempre na legenda do PRR. Ao assumir o mandato, participou ativamente das negociações entre os governos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, após o surgimento de divergências entre este estado e São Paulo, forças hegemônicas na condução da política federal, a partir da indicação do paulista Júlio Prestes como candidato oficial à sucessão de Washington Luís, em detrimento de um mineiro. Em setembro de 1929, foi formalizada a criação da Aliança Liberal, que além do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, contava com o apoio do governo paraibano e dos setores oposicionistas dos demais estados, em torno da chapa presidencial de Getúlio Vargas e João Pessoa, presidente da Paraíba. João Neves tomou parte ativa na campanha eleitoral, integrando a caravana da Aliança Liberal que percorreu os estados do Norte e Nordeste.

Após a definição da derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, João Neves alinhou-se no interior da Aliança Liberal à corrente que denunciava a ocorrência de fraudes na eleição e defendia o levante armado para evitar a posse de Júlio Prestes. Com a deflagração do movimento em outubro, João Neves participou de operações militares em Cachoeira do Sul. Ao deixar o Rio Grande do Sul para assumir a chefia do governo revolucionário, Vargas passou o governo do estado a Oswaldo Aranha, preterindo João Neves, a quem constitucionalmente cabia o cargo.

Em novembro, com a posse de Vargas na presidência da República, foi nomeado consultor jurídico do Banco do Brasil, após recusar a interventoria federal no Rio Grande do Sul e o Ministério da Justiça. Junto com Borges de Medeiros e a maioria dos dirigentes políticos gaúchos, passou a defender a volta do país ao regime constitucional, aproximando-se dos

grupos dirigentes paulistas. A evolução dos acontecimentos levou-o a apoiar abertamente a Revolução Constitucionalista deflagrada em julho de 1932, em São Paulo. Com a derrota do movimento, exilou-se na Argentina por cerca de dois anos.

Embora tendo derrotado os paulistas, o Governo Provisório empenhou-se no processo de constitucionalização do país, confirmando a convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte, realizadas em maio de 1933. Instalada em 15 de novembro de 1933, a Assembléia encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934. Vargas foi eleito presidente constitucional no dia seguinte, tendo convocado para dentro de 90 dias eleições para a legislatura federal ordinária. Graças à anistia aos revolucionários de 1932 concedida em maio de 1934, João Neves tornou-se elegível. Colaborador, desde agosto de 1934 do semanário integralista *A Ofensiva*, candidatou-se, com êxito, a deputado federal pelo PRR. Iniciou seu mandato em maio de 1935, sendo escolhido líder da minoria parlamentar na Câmara.

Em 1936, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. A partir desse ano voltou a se aproximar de Vargas, ao mesmo tempo que se afastava do governador gaúcho Flores da Cunha, então em rota de colisão com Vargas. Apoiou as medidas decretadas pelo governo federal contra Flores, que resultaram no seu afastamento do governo gaúcho, e a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Com a extinção dos partidos políticos, retornou a seu escritório de advocacia que instalara no Rio e reassumiu a consultoria jurídica do Banco do Brasil.

Outras atividades desenvolvidas nesse período relacionaram-se à área diplomática. Assim, em 1940, integrou a delegação brasileira que participou, em fins de julho, da II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, realizada em Havana. Ainda em 1940, como embaixador em missão especial, representou o governo do Brasil nas posses dos presidentes do Panamá, Arnulfo Arias, e de Cuba, Fulgêncio Batista. Em 1942, recebeu o *agrément* do governo da França para ocupar o posto de embaixador do Brasil naquele país, mas a nomeação não teve seguimento prático em virtude da ocupação da zona livre pelas tropas alemãs.

Em fins de maio de 1943, foi nomeado embaixador do Brasil junto ao governo português, função que exerceu até fevereiro de 1945. Ao regressar ao Brasil encontrou o país vivendo o clima da redemocratização. Ingressou então no Partido Social Democrático (PSD) - que aglutinava os setores oligárquicos que haviam apoiado o Estado Novo - e aderiu ativamente

à candidatura presidencial do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas, eleito em 2 de dezembro de 1945. Também nesse pleito, foi eleito deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembléia Nacional Constituinte. Antes, contudo, que os trabalhos da Constituinte se iniciassem, previstos para o início de fevereiro de 1946, convidado por Dutra para asumir o Ministério das Relações Exteriores, renunciou ao mandato.

Empossado no dia 31 de janeiro de 1946, meses depois, João Neves chefiou a delegação brasileira que participou da Conferência das 21 Nações relativa aos tratados de paz firmados ao final da Segunda Guerra Mundial. Realizada em Paris, essa conferência estendeu-se de 29 de julho a 15 de outubro de 1946, quando João Neves retornou ao Brasil. Durante esse ano, teve como chefe-de-gabinete o diplomata e já conhecido escritor João Guimarães Rosa. Com a reforma ministerial promovida por Dutra, em dezembro de 1946, deixou a pasta das Relações Exteriors. Contudo, continuou a participar das ações de política externa do governo brasileiro. Em 1948, chefiou a delegação do país à IX Conferência Internacional Americana, reunida em Bogotá. Coube-lhe proferir o discurso inaugural e propor, conseguindo resultados favoráveis, arbitragem obrigatória, uma das aspirações da política externa do Brasil.

Nas eleições presidenciais de outubro de 1950, foi um dos líderes da facção do PSD que apoiou a candidatura presidencial de Vargas, em detrimento do candidato do partido, o mineiro Cristiano Machado. Logo após o pleito, Getúlio escolheu João Neves da Fontoura para a pasta das Relações Exteriores e incumbiu-o de iniciar os estudos necessários para definir a posição do Brasil na IV Reunião Consultiva dos Chanceleres Americanos, marcada para março de 1951, em Washington. Convocada pelo presidente Harry Truman, a reunião tinha por objetivo principal coordenar o apoio dos países latino-americano à intervenção dos Estados Unidos na guerra contra o regime comunista da Coréia do Norte (1950-1953).

No dia 31 de janeiro, Vargas assumiu o governo e empossou oficialmente seu ministério. No dia 12 daquele mês João Neves foi eleito presidente da Companhia Ultragás, associada à companhia norte-americana Standard Oil. Maria Celina d'Araújo destaca a heterogeneidade da formação ministerial, que reunia "elementos cujas políticas [estavam] bastante próximas do antinacionalismo e do antitrabalhismo", bem exemplificados por João Neves, com outros, como o ministro da Guerra, do general Newton Estillac Leal, conhecidos pela proximidade com os setores nacionalistas.

Em seu pronunciamento na abertura da IV Reunião dos Chanceleres – quando, em nome dos demais ministros, respondeu ao discurso do presidente americano Harry Truman –, João Neves da Fontoura alertou para o "perigo comunista", revigorado após a guerra, o que impunha um combate mais intenso às "ideologias subversivas". Referiu-se também à crítica situação econômica da América Latina, propondo como solução uma ajuda de emergência por parte dos Estados Unidos, e a criação de um plano de "colaboração econômica recíproca". O desenrolar da conferência deixou clara a necessidade de o governo norte-americano alterar sua política para o continente, ficando também patente a prioridade dada pelos EUA à defesa militar.

Para o governo brasileiro, a IV Reunião, encerrada em 7 de abril, favoreceu a concretização das negociações bilaterais que seriam desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil-EUA, cuja formação João Neves procurou agilizar. De modo geral, o principal interesse norte-americano no Brasil eram os minérios estratégicos. Já em fevereiro de 1951, o chanceler brasileiro, propusera que o Brasil contribuísse com as matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos EUA, que em contrapartida deveriam conceder "prioridades de fabricação e de créditos bancários" para auxiliar na execução de um plano nacional de industrialização. O documento apresentava, ainda, uma série de projetos considerados básicos. Com a aprovação desses projetos pelos representantes norte-americanos, foi estabelecida a concessão de um financiamento para o Brasil no valor de 250 milhões de dólares. O governo brasileiro facilitaria a remessa do manganês *in natura* e de minérios estratégicos, desde que os norte-americanos montassem aqui fábricas para a sua industrialização.

Paralelamente, ao longo do primeiro semestre de 1951 os norte-americanos procuraram convencer o governo brasileiro a enviar tropas para a Coréia. O Brasil, por seu lado, insistia no aumento do empréstimo em 50 milhões de dólares. A Comissão Mista foi oficialmente instalada em 17 de junho e seus trabalhos foram formalmente desvinculados da questão militar da Coréia, que no entanto continuou a ser discutida pelos representantes dos dois países.

Também em junho, João Neves, convicto defensor do envio de soldados brasileiros, pressionou Vargas a proferir um pronunciamento abordando a questão da Coréia, no qual deveria se declarar "ao lado do mundo ocidental e contra a ameaça externa e interna do comunismo". Sua expectativa era de que, com o discurso, o Brasil teria melhores perspectivas

em relação ao auxílio financeiro que vinha sendo negociado na Comissão Mista.

No dia 30 de junho, o Conselho de Segurança Nacional reuniu-se para analisar solicitação da Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) relativa ao envio de tropas brasileiras para a Coréia. Durante o encontro – do qual participaram o presidente Vargas, João Neves, o general Ciro do Espírito Santo Cardoso, chefe do Gabinete Militar, e Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) – coube ao ministro das Relações Exteriores expor o conteúdo dos documentos enviados pela ONU. Decidiu-se que algumas medidas mais imediatas seriam tomadas, entre as quais o encaminhamenteo de mensagem ao Congresso Nacional expondo os compromissos do Brasil com a ONU, a preparação psicológica da população e a propaganda anticomunista. Ficou também decidido o envio à embaixada norte-americana de uma nota, a ser redigida por João Neves, comunicando a decisão do Brasil de participar da guerra. O tom enfático do texto original, contudo, foi alterado por Getúlio, que retirou certas afirmações categóricas usadas pelo chanceler, substituindo-o por uma redação mais vaga, na qual ficava demonstrada a necessidade de novas negociações para a definição do tipo de colaboração a ser prestada pelo Brasil.

Em meio às conversações sobre questões puramente militares, o governo dos EUA propôs um acordo militar que conferia prioridade à defesa continental e à preparação de tropas que ficariam à disposição da ONU para interferir na Coréia e onde mais se fizesse necessário. No início de 1952, foi nomeada uma comissão composta pelos chefes do EMFA e dos estados-maiores das três armas e presidida por João Neves, a quem coube, na prática, auxiliado por Góis Monteiro, negociar diretamente com os norte-americanos a exportação de minérios estratégicos. Assinado em 15 de março de 1952 e enviado por Vargas ao Congresso no mês seguinte, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos só seriareferendado no ano seguinte. João Neves procurou apressar o andamento da votação, entrando em contato direto com parlamentares e destacando que quanto mais rapidamente o acordo fosse aprovado, mais cedo o país poderia receber a ajuda norte-americana.

Nos meses de junho e julho, como parte da reforma ministerial promovida por Vargas, João Neves apresentou seu pedido de demissão. Fora do ministério, colocou-se em aberta oposição ao governo, alegando não ter recebido o apoio político necessário durante sua gestão e discordar das restrições feitas ao capital estrangeiro.

Em abril de 1954, quando a ofensiva oposicionista contra o governo criava um clima de grande tensão, João Neves denunciou à imprensa a existência de um acordo secreto estabelecido entre Vargas e Juan Perón, presidente argentino. Esse acordo, negociado por Batista Luzardo, embaixador brasileiro em Buenos Aires, diretamente com Perón, visava à formação de um bloco continental, formado pela Argentina, Brasil e Chile, para se opor à hegemonia norte-americana. O pronunciamento foi explorado pela imprensa e pela oposição, numa tentativa de provar que Vargas, seguindo o exemplo de Perón na Argentina, pretendia implantar uma república sindicalista no país. Apesar dos desmentidos oficiais e da falta de provas, suas declarações, ao lado dos freqüentes encontros mantidos por Perón e João Goulart, ministro do Trabalho até fevereiro de 1954, dividiram a opinião pública e desestabilizaram ainda mais o governo de Vargas, que veio a se suicidar em agosto de 1954.

Na segunda metade da década de 1950, afastado de qualquer cargo público, limitou sua atuação política escrevendo artigos para o jornal *O Globo*, marcados por conteúdo fortemente conservador.

Morreu em 31 de março de 1963, no Rio de Janeiro.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/joaonevesdafontoura.htm>

GUERREIRO, Saraiva

Diplomata de carreira, Saraiva Guerreiro foi Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores entre 1974 e 1978, Embaixador na França entre 1978 e 1979 e titular da pasta entre 1979 e 1985, durante o governo do general João Batista Figueiredo, o último do regime militar.



Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro nasceu em Salvador no dia 2 de dezembro de 1918. Advogado formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1939, fez em seguida o curso de prática consular e história da cartografia política do Brasil do Instituto Rio Branco. Concluindo seus estudos em 1945, passou a cônsul de terceira classe, no ano seguinte tornou-se terceiro-secretário da missão brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. Continuou servindo nesta cidade norte-americana até 1949, ano em que foi promovido a Segundo-Secretário e em que assumiu a segunda-secretaria da missão brasileira junto à ONU. Entre 1950 e 1952 serviu na Bolívia.

De volta ao Brasil em 1952, no ano seguinte passou a oficial-de-gabinete do Ministério das Relações Exteriores e, ainda em 1953, transferiu-se para a Espanha para ocupar o cargo de Segundo-Secretário da embaixada brasileira em Madri, aí permanecendo até 1956. Neste ano, assumiu o mesmo cargo na representação brasileira junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), sediada em Genebra. Ainda em 1956, foi transferido para a embaixada do Brasil em Washington, também como Segundo-Secretário, sendo, dois anos depois, promovido a Primeiro-

Secretário. Permaneceu nos Estados Unidos até 1960 e, durante este período, tomou parte em todas as sessões da Assembléia Geral da ONU, realizadas em Nova Iorque.

No ano seguinte, participou do Grupo de Trabalho de Quito, para o estudo da agenda provisória da XI Conferência Interamericana e do primeiro período de sessões das partes contratantes do tratado de Montevidéu, relativo à Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC). Ainda em 1961 foi promovido a Ministro de Segunda Classe, ocupando, no ano seguinte, a chefia da Divisão da América Setentrional. Entre 1962 e 1963, chefiou a Divisão das Nações Unidas, retornando em seguida à Espanha como Ministro-Conselheiro da embaixada brasileira em Madri, na função de Encarregado de Negócios. Deste modo, encontrava-se fora do país quando da deposição do presidente João Goulart em 31 de março de 1964.

Saraiva Guerreiro deixou a embaixada em Madri em 1966 para ocupar a mesma função de Encarregado de Negócios na embaixada do Brasil em Montevidéu, tendo aí participado da reunião do Conselho dos Ministros das Relações Exteriores da ALALC, realizada ainda naquele ano. Em 1967, participou, como delegado-suplente, da reunião dos chefes de Estado americanos, em Montevidéu, e da XXII Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, além de ter sido delegado da Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral da ONU.

Em 1968, ano em que foi promovido a Ministro de Primeira Classe, chefiou a delegação do Brasil à III Sessão do Comitê das Nações Unidas sobre o Fundo do Mar, reunido no Rio de Janeiro. Integrou a delegação brasileira à Assembléia Geral das Nações Unidas em 1968 e 1969 e, também em 1969, exerceu durante alguns meses a função de subsecretário-geral de Política Exterior, passando mais tarde a chefiar a delegação brasileira em Genebra, cargo que ocuparia durante cinco anos. Durante esse período, em 1973. substituiu o embaixador Francisco Azeredo da Silveira na chefia da representação brasileira naquela cidade suíça.

Em abril de 1974, pouco depois do general Ernesto Geisel ser empossado na presidência da República, assumiu a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, em substituição ao embaixador Carvalho da Silva e estando diretamente subordinado ao chanceler Azeredo da Silveira. Permaneceu no cargo até março de 1978, quando foi designado para ocupar a embaixada do Brasil na França, no lugar do ex-ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto.

Saraiva Guerreiro permaneceu por pouco tempo à frente da embaixada em Paris, uma vez que, em janeiro de 1979, quando o presidente eleito indiretamente, general João Batista Figueiredo, estudava a formação do seu ministério, foi indicado para substituir Azeredo da Silveira no Itamaraty. Na ocasião, em entrevista à imprensa, declarou-se disposto a dar continuidade à política externa do governo Geisel, reafirmando a importância do acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental que, assinado em 1975, suscitara grande controvérsia junto a setores da oposição. Frisou também a necessidade de os países diretamente afetados pelas obras de construção da hidrelétrica de Itaipu — Brasil, Paraguai e Argentina — chegarem a um consenso.

Foi empossado como chanceler em março de 1979, juntamente com o presidente Figueiredo e o restante do ministério. No Itamaraty, teve de lidar com algumas questões delicadas, além das acima mencionadas, como a instalação da representação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Brasil. Depois de quatro anos tramitando no Itamaraty, o pedido de autorização para a abertura de um escritório da OLP no país voltou à ordem do dia em maio de 1979. Até aquele momento, embora o Brasil tivesse votado favoravelmente ao reconhecimento da OLP como "único e legítimo representante do povo palestino" na sessão da Assembléia Geral da ONU, o escritório da organização funcionava como agregado da representação da Liga dos Estados Árabes, sem existência legal e sem o reconhecimento por parte do Itamaraty. Assim, a chegada ao Brasil, naquele mês, de missão do Iraque — responsável pela venda de 48% do petróleo anualmente importado pelo país — fortaleceu enormemente a posição daqueles que defendiam a instalação da representação palestina.

Ainda em 1979, o vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale, visitou o país com o objetivo de discutir a alteração de algumas importantes cláusulas do acordo nuclear Brasil-Alemanha, no que não foi atendido por Saraiva Guerreiro. Nesse mesmo ano, esteve no país o chanceler alemão Helmut Schmidt, coincidindo com o acidente na usina nuclear norte-americana de Three Mile Island, o que desmoralizou os tão proclamados critérios de segurança para esse setor. Desse modo, defendendo uma causa contrária à opinião pública mundial, que se mobilizava nos ataques às usinas nucleares, o Itamaraty teve que conduzir habilmente suas conversações com o representante alemão a fim de que os documentos finais atendessem a um só tempo as queixas populares e a necessidade de preservar as linhas originais do tratado de 1975.

Na área do comércio exterior, uma das principais iniciativas da gestão de Saraiva Guerreiro foi desenvolver negociações com a China e Angola no intuito de vender a esses dois países equipamentos de infra-estrutura, incluindo aí aviões agrícolas fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronaves (Embraer). Essas negociações foram orientadas, segundo o próprio chanceler, com base no princípio de "muito comércio e pouca política".

Foi dedicada também especial atenção aos problemas na área consular, especialmente com o Uruguai, para tratar da libertação da brasileira Flávia Schilling, presa em Montevidéu, e do casal uruguaio radicado no Brasil, Lilian Celiberti e Universindo Diaz, seqüestrados em Porto Alegre e transportados para prisões uruguaias. Com a Argentina, tratou-se da questão referente ao encarceramento em Buenos Aires do jornalista brasileiro Flávio Koutzi. Foi conseguida a libertação dos dois brasileiros, ficando o seqüestro do casal uruguaio, cuja investigação revelou o envolvimento de policiais gaúchos, sem solução.

Em discurso pronunciado na abertura da XXXIV Sessão da Assembléia Geral da ONU, ainda em 1979, Saraiva Guerreiro criticou implicitamente a posição israelense nas negociações de paz no Oriente Médio. Além de reiterar o apoio brasileiro aos países africanos recém-libertados do jugo colonial português, lembrou que a incerteza seria a principal característica da década a ser inaugurada no ano seguinte, tendo reclamado, por conta disso, medidas práticas para a correção dos fatores de desequilíbrio econômico.

Em junho de 1980, visitou os países da África austral — Angola, Tanzânia, Zâmbia, Moçambique e Zimbábue — com o objetivo de ouvir diretamente dos seus líderes avaliações a respeito de seus próprios países e das relações com o Brasil, colocando em prática a posição brasileira, diversas vezes reiterada na ONU, da necessidade de um maior diálogo entre os países do hemisfério sul. Seu pronunciamento na inauguração dos debates da XXXV Assembléia Geral da ONU, realizada em setembro de 1980, também teve enfoque essencialmente terceiro-mundista. No discurso, condenou a rigidez e a falta de percepção dos países desenvolvidos no processo de construção de uma nova ordem econômica internacional e conclamou os países da América Latina, Ásia e África a reverem, num esforço comum, os padrões de relacionamento com os países desenvolvidos.

Em abril de 1981, durante a cerimônia de entrega de diploma a 47 novos diplomatas brasileiros, Saraiva Guerreiro exaltou o processo de abertura política implementado pelo governo Figueiredo, declarando que a

redemocratização, além de importante internamente, devolvia a confiança externa no Brasil.

No mês de agosto, tomou parte da reunião de chanceleres dos 22 principais países industrializados e em desenvolvimento, realizada na cidade mexicana de Cancún e que teve como propósito preparar a Conferência de Cancún marcada para novembro e que reuniria os presidentes daqueles mesmos países para discutir as relações entre os países desenvolvidos e o Terceiro Mundo. Em virtude de um enfarto sofrido pelo presidente Figueiredo, o que inviabilizou sua ida ao México, Saraiva Guerreiro foi indicado pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves, para representar o Brasil, com plenos poderes, na reunião de cúpula do diálogo norte-sul, em Cancún. Durante o evento, que teve lugar entre os dias 21 e 23 de novembro de 1981, Guerreiro defendeu, em consonância com outros países do Terceiro Mundo, a necessidade de priorizar o diálogo sobre cooperação internacional no lugar dos debates sobre as relações leste-oeste.

Em maio de 1982, visitou a China para discutir as relações comerciais sino-brasileiras e tratar de possíveis vendas de armas brasileiras àquele país. No mês seguinte, esteve em Tóquio, onde tratou de assuntos comerciais e da possibilidade de um acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e o Japão.

Um dos momentos mais importantes da política "terceiro-mundista" do Itamaraty foi o pronunciamento de Figueiredo na abertura da 37ª Assembléia Geral da ONU em setembro de 1982. O presidente brasileiro leu na ocasião um discurso preparado por Saraiva Guerreiro questionando a ordem econômica mundial e preconizando o fim das barreiras comerciais impostas pelos países industrializados, a redução dos juros internacionais e a necessidade de novos investimentos nos países em desenvolvimento. Figueiredo defendeu ainda a "interdependência solidária entre a América Latina, a África e a Ásia" e condenou a interferência estrangeira no Afeganistão e na América Central. Ratificando posições anteriores, o Brasil também reconheceu o direito do povo palestino a um Estado soberano e da Argentina sobre as ilhas Malvinas.

Em 1983, Guerreiro foi um dos articuladores do Grupo de Cartagena, movimento de países latino-americanos que procurou estabelecer estratégias de ação comuns nas negociações da dívida externa. A posição do Itamaraty sobre o endividamento gerou, segundo a imprensa, um foco de divergências entre a equipe econômica do governo, tendo à frente o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto (1979-1985), e os chamados

"barbudinhos do Itamaraty", expressão criada pelo ex-embaixador norte-americano Anthony Mothley para os colaboradores de Guerreiro, identificados com a ala progressista da diplomacia brasileira. Saraiva Guerreiro, no entanto, sempre recusou estas interpretações, afirmando que a negociação política da dívida não era incompatível com a orientação puramente econômica para o problema.

Guerreiro deixou o Ministério das Relações Exteriores em 15 de março de 1985, ao fim do governo Figueiredo. No início de abril, assumiu a embaixada brasileira em Roma. Permaneceu na Itália até janeiro de 1987, quando retornou ao Brasil para representar o país na Comissão Jurídica Interamericana, sediada no Rio. Três meses depois, foi nomeado pelo presidente José Sarney (1985-1990) Embaixador Extraordinário para assuntos da dívida externa. Subordinado ao Ministério da Fazenda, Guerreiro assumiu o comando de uma comissão de assessoramento presidencial responsável pela negociação do endividamento brasileiro na área internacional. No exercício da função, defendeu o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) – o país encontrava-se em moratória desde fevereiro de 1987 – e rejeitou as propostas surgidas na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) que pretendiam impor limites ao pagamento dos serviços da dívida. Guerreiro deixou o governo Sarney ainda em 1987, ocasião em que a comissão de assessoramento foi dissolvida.

Retirou-se da vida pública em 1992, ano em que lançou o livro *Lembranças de um empregado do Itamaraty*.

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão. (orgs.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MACIEL, George Álvares

Diplomata de carreira, destacou-se como especialista em comércio internacional, desempenhando papel central em diversos foros de discussão internacional sobre o assunto, entre os quais a Rodada Uruguai, iniciativa do GATT que se estendeu de meados da década de 1980 a meados do decênio seguinte.



Folha Imagem

George Álvares Maciel nasceu em Belo Horizonte no dia 17 de dezembro de 1920.

Diplomado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1943, ingressou por concurso na carreira diplomática em maio do ano anterior como cônsul de terceira classe. Oficial-de-gabinete do Ministro Pedro Leão Veloso a partir de agosto de 1944, em fevereiro de 1945 integrou a delegação brasileira à Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, realizada no México.

O início da sua trajetória profissional foi marcado pela participação nos encontros diplomáticos que antecederam a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e nas primeiras reuniões do organismo. Em julho de 1945 foi transferido para Londres, vindo a integrar em novembro, como secretário, a delegação do Brasil presente à reunião da Comissão Preparatória da ONU. Promovido a cônsul de segunda classe em dezembro, secretariou a delegação brasileira à I Sessão da Assembléia Geral da ONU, em janeiro de 1946, também realizada na capital inglesa. Em abril, foi secretário da delegação do Brasil à Comissão Preparatória e ao Comitê Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO), atuando também como secretário da delegação brasileira à Conferência Geral dessa agência da ONU, realizada em novembro de 1946 em Paris.

Entre maio de 1949 e julho de 1951 serviu como Segundo-Secretário na Embaixada brasileira em Madri. De volta ao Brasil, em abril de 1952, tornou-se auxiliar de gabinete do Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, passando a integrar, em agosto do mesmo ano, a comissão encarregada de levantar a documentação confidencial e secreta do Arquivo de Correspondência Especial do Itamaraty. Assessor da delegação do Brasil à VII Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, em outubro, permaneceu na Secretaria do Itamaraty até agosto de 1953.

De setembro seguinte até janeiro de 1957 atuou junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Entre outras atribuições assumidas durante esse período, foi assessor da delegação do Brasil à VIII e à IX Sessões da Assembléia Geral da ONU, chefe da delegação do Brasil junto à OEA de janeiro a fevereiro de 1954, de março a maio de 1955 e em setembro do ano seguinte. Ainda em 1956 assessorou a delegação do Brasil à III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos e à Conferência Especializada Interamericana sobre a Preservação dos Recursos Naturais, Plataforma Submarina e Águas do Mar, realizadas respectivamente no México, em janeiro, e em Ciudad Trujillo, no Peru, em março.

Primeiro-Secretário da Embaixada brasileira em Roma de fevereiro de 1957 a dezembro de 1959, retornou ao Brasil em fevereiro de 1960. Em agosto, assumiu a chefia da Divisão de Organismos Internacionais de Assuntos Específicos do Itamaraty, tornando-se membro, no mês seguinte, da comissão encarregada de elaborar as instruções para a delegação do Brasil à reunião do Comitê dos 21 da OEA em Bogotá, na Colômbia. Esse comitê era formado pelos países-membros da Operação Pan-Americana (OPA), criada por iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek em novembro de 1958.

A partir de novembro de 1960, quando integrou a delegação do Brasil à reunião do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), realizada em Genebra, na Suíça, George Álvares Maciel passou a se envolver mais especificamente em assuntos da área econômica, sobretudo aqueles relacionados ao comércio internacional. Promovido a Ministro de Segunda Classe em outubro de 1961, exerceu a função de chefe da Divisão de Política Comercial e de Produtos de Base do Itamaraty entre 1961 e 1962,

e integrou o Conselho de Política Aduaneira de outubro de 1961 a abril de 1962, e o Grupo de Trabalho para o Estudo dos Problemas das Relações Econômicas do Brasil e da Comunidade Européia em março deste último ano. Ministro-Conselheiro junto à Embaixada brasileira em Washington a partir de junho de 1962, foi subchefe da delegação brasileira na Conferência sobre o Convênio Internacional do Café, realizado na sede da ONU, em Nova Iorque, em julho do mesmo ano. Em julho de 1963 representou o Brasil em Londres, por ocasião da I Reunião do Conselho Internacional do Café (CIC).

Transferido para Londres em janeiro de 1964, participou nesse ano de diversos encontros internacionais, entre os quais os da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra, em junho, organismo multilateral que serviria como caixa de ressonância e de estudos das necessidades de desenvolvimento econômico e social dos países da periferia; do Acordo Internacional de Produtores de Cacau, em Lomé, no Togo, em julho; e da Junta Executiva Internacional do Café, em El Salvador, em dezembro. Nestas duas últimas chefiou a delegação do Brasil. Em 1965 e 1966 representou o país em reuniões relativas ao café e ao açúcar, realizadas em Londres e Genebra. Encarregado de Negócios em Londres em 1965 e 1966, foi promovido a Ministro de primeira classe em dezembro desse último ano.

Retornou ao Brasil no início de 1967 para ocupar o cargo de Secretário-Geral-Adjunto para assuntos econômicos do Itamaraty. Nesse mesmo ano, participou das X e XI sessões do CIC, tendo atuado como representante brasileiro na Junta Arbitral do Convênio Internacional do Café em 1969, ano em que foi nomeado Embaixador em Lima, no Peru.

Entre 1970 e 1974 ocupou o importante cargo de Embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Nesse período, representou o Brasil na II Reunião Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) e na XI Reunião Extraordinária desse órgão, ambas realizadas em 1971, na cidade uruguaia de Punta del Este, participando também do Country Review do Brasil no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), em Washington, e da XII Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), ambas em Lima. Em 1972 esteve presente à III Sessão da UNCTAD em Santiago do Chile, e novamente ao Country Review do Brasil no CIAP. Em 1973, foi delegado do Brasil à Conferência de Chanceleres, realizada em 1973 no México, e à Reunião dos Chanceleres do Continente,

em Washington, em 1974, chefiando a delegação brasileira às reuniões da Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano (CEESI) e propor medidas destinadas à sua reestruturação, realizadas em Lima e Washington, respectivamente, em 1973 e 1974.

Ainda em 1974 foi transferido para Genebra, para desempenhar as funções de Embaixador permanente do Brasil junto aos organismos internacionais sediadas naquela cidade suíça. No exercício desse prestigiado cargo, foi delegado à XXIV Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque. Chefiou, em Genebra, as delegações brasileiras às XXX e XXXI sessões das partes contratantes do GATT, em 1974 e 1975, à Conferência Técnica Marítima Preparatória, em 1975, e à II Sessão do Subgrupo de Subsídios e Direitos Compensatórios do Comitê de Negociações Comerciais do GATT, também em 1975. Ainda nesse ano foi delegado à LX Conferência Internacional do Trabalho, e em 1977 chefiou a delegação brasileira à Conferência Negociadora do Fundo Comum de Produtos de Base da UNCTAD, ambas realizadas em Genebra. Deixou a Suíça em 1983, retornando ao Brasil.

Aposentado em 1987, nesse mesmo ano, em função do seu amplo conhecimento do comércio internacional, George Maciel passou a integrar a delegação brasileira junto à Rodada Uruguai, vindo a presidi-la. Lançada em setembro de 1986, em Punta del Este, Uruguai, a rodada foi considerada por muitos como o mais complexo e ambicioso programa de negociações multilaterais até então realizado pelo GATT, envolvendo praticamente todos os países do mundo. No final de janeiro de 1987, já se encontravam definidos a estrutura e os planos de negociação e logo em seguida, as equipes de negociação (14 na área de comércio de bens e uma na de comércio de serviços) começaram a trabalhar. O Brasil foi, ao lado da Índia, o país em desenvolvimento que desempenhou o papel mais importante e decisivo ao longo das negociações, que só se encerrariam em 1994, quando foi decidida a criação de uma nova instituição que traduzir mais adequadamente as relações comerciais que então se estavam engendrando no mundo – a Organização Mundial do Comércio.

George Maciel escreveu dois textos sobre as principais questões enfrentadas pelo comércio internacional nos anos 1980 e 1990. Em 1986, antes da Rodada Uruguai ganhar existência formal, publicou o artigo "O Brasil e o GATT", na revista *Contexto Internacional*. Nove anos depois, fez um balanço dos debates em "A dimensão multilateral. O papel do GATT na expansão da economia. A Rodada Uruguai e a criação da OMC em

1994", publicado no *Boletim de Diplomacia Econômica*, do Ministério das Relações Exteriores.

Em janeiro de 1993, ao participar de seminário organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, no Rio de Janeiro, declarou ser arriscado fazer qualquer prognóstico sobre os rumos que a chamada "nova ordem internacional" causada, entre outros fatores, pelo colapso do bloco socialistas, poderia tomar. Discordando do termo, ele afirmou que "o que estamos vivendo é um período de mudanças e de instabilidade, de evolução, que provavelmente ainda se prolongará por algum tempo - e diria que ainda não existe a possibilidade de vislumbrar-se a forma que tomará o 'produto final' desse processo histórico".

George Maciel faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de março de 1999. Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

Guimarães, Feliciano de Sá. *A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a politica externa brasileira : acordos assimetricos, coerção e coalizões*. In: <libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000366755>

Fundação Alexandre de Gusmão. Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais. *Reflexões sobre a política externa brasileira*. In: <www.pucsp.br/geap/coordenador/brasilchinarbpi.PDF>

MELO, Ovídio de Andrade

Diplomata de carreira, desempenhou papel fundamental no processo de reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil em 1975, uma das mais importantes iniciativas da política externa do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) .



Ovídio de Andrade Melo nasceu em Barra do Piraí, no Estado do Rio, no dia 17 de setembro de 1925.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, integrou a turma de 1948-1949 do Instituto Rio Branco. Em 1950 ingressou por concurso na carreira diplomática, como Cônsul de Terceira Classe, Vice-Cônsul em Toronto, Canadá, entre 1952 e 1954, e Terceiro Secretário da Embaixada brasileira em Lima, Peru, de 1954 a 1956, foi promovido a Segundo Secretário em junho de 1956. Segundo Secretário da Representação Diplomática na capital peruana em 1956, e Cônsul-Adjunto do Brasil em Cobe, Japão, desse ano até 1957, retornou ao Brasil, tornando-se Assistente do Chefe do Departamento Político e Cultural do Itamaraty, entre 1958 e 1959.

Em 1960, assumiu as funções de Segundo Secretário da Representação Brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, exercendo-as até 1961, ano em que foi promovido a Primeiro Secretário. Com essa progressão funcional, passou a ocupar o cargo de Primeiro Secretário naquela Representação. Durante a sua permanência na capital norte-americana, foi Vice-Presidente da Comissão

de Conferências Interamericanas, do Conselho da OEA, e participou da reunião do Subcomitê dos Nove, do Comitê dos 21 (denominação pela qual era conhecido o Comitê das 21 Repúblicas Americanas). Esse comitê era um desdobramento, no interior da OEA, da Operação Pan-Americana (OPA) – programa multilateral para o desenvolvimento econômico da América Latina encaminhado pelo Presidente Juscelino Kubitscheck ao governo norte-americano, em junho de 1958 – e seu objetivo central era identificar os principais problemas econômicos dos países latino-americanos e propor medidas de cooperação econômica entre eles.

Ovídio de Andrade Melo esteve presente à reunião especial de representantes governamentais de alto nível, Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), do segundo período de sessões da reunião de técnicos governamentais para o estudo de problemas da reforma agrária, integrou a delegação brasileira às V e VI reuniões de consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, realizadas em San José, Costa Rica, e também tomou parte da II reunião do Comitê dos 21, realizada em Bogotá, Colômbia. Todos esses eventos tiveram lugar em 1960. No ano seguinte, participou da VI Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), organismo especializado da OEA, ocorrida em Buenos Aires.

Em 1962 tornou-se Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil na capital argentina. Nesse mesmo ano, integrou a representação brasileira à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos. A reunião, que teve como palco a cidade uruguaia de Punta del Este, tinha como principal ponto de pauta a discussão da situação de Cuba, cujo governo se havia proclamado socialista. O Brasil adotou uma atitude contrária à dos Estados Unidos, que apresentou, entre outras reivindicações, a expulsão de Cuba da OEA, o que acabou não acontecendo.

Membro da delegação brasileira que negociou a assinatura de acordo comercial com a União Soviética, entre 1962 e 1963, pouco depois do reatamento das relações diplomáticas do Brasil com esse país, ocorrido em novembro de 1961, em 1963 participou também da segunda reunião anual do CIES, realizada em São Paulo e integrou a comissão executiva da primeira reunião de coordenação dos serviços de propaganda e expansão comercial do Brasil no continente americano. Esteve também presente em Mar del Plata, Argentina, participando de sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão criado no âmbito da ONU em 1948, com o objetivo de promover o desenvolvimento

econômico da região e incentivar a cooperação econômica entre os países-membros. Em 1964, compareceu à reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), ocorrida na cidade argentina de Alta Gracia.

Transferido para Argel, na Argélia, em 1965, ainda como Primeiro-Secretário. regressou ao Brasil nesse mesmo ano, vindo a ocupar a chefia da Divisão das Nações Unidas do Itamaraty. No ano seguinte, integrou a delegação brasileira presente à XXI sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1967 foi promovido, sucessivamente, a Conselheiro, em janeiro, e a Ministro de Segunda Classe, em março. Ainda naquele ano, foi delegado suplente da representação brasileira no quarto período de sessões da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (COPREDAL), realizada na Cidade do México, e participou das primeiras reuniões da Comissão de Desarmamento, ocorridas em Genebra, Suíça.

Chefe de Gabinete do Secretário-Geral de Política Exterior entre 1967 e 1968, neste último ano foi transferido para Londres, onde assumiu as funções de Cônsul Geral do Brasil na Grã-Bretanha. Permaneceu no cargo durante oito anos.

Ao longo desse período, em 1975, Ovídio de Andrade Melo desempenhou um papel importante na afirmação da política externa do governo do Presidente Ernesto Geisel, implamentada pelo chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Por indicação do embaixador Ítalo Zappa, chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty, ele foi designado representante especial do Brasil em Luanda, capital de Angola. Após avaliar a situação da ex-colônia portuguesa, durante todo o ano de 75, elaborou um relatório sugerindo o reconhecimento da independência do país.

A sua posição sofreu severas críticas, uma vez que o governo angolano, em fase de implantação, era controlado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação comunista, cujas forças militares, apoiadas após a independência por tropas cubanas, estavam derrotando os outros dois grupos rivais, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiadas pelos Estados Unidos, África do Sul, Zaire e outras nações ocidentais. De qualquer modo, sua recomendação foi prontamente acatada pelo governo brasileiro e em 10 de novembro de 1975 o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a República

Popular de Angola, proclamada pelo MPLA que desde agosto consolidara seu controle sobre a capital. Essa decisão foi fortalecida pela evolução da guerra civil, favorável ao MPLA e pelo posterior reconhecimento do novo governo angolano pela maioria dos países do mundo. Ovídio de Andrade Melo participou ainda como Embaixador Especial do Brasil nas cerimônias oficiais da independência. Sua atuação nessa conjuntura seria descrita posteriormente no artigo "O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975", de sua autoria, publicada em *Comunicação & Política*, nº 2 maio-agosto 2000.

Embaixador do Brasil em Bangkok, Tailândia, e cumulativamente na Malásia e Cingapura, entre 1976 e 1982, nesse último ano Ovídio de Andrade Melo assumiu a Embaixada brasileira em Kingston, Jamaica. Ingressou no Quadro Especial do Itamaraty em junho de 1976 e foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 1985, já no Governo Sarney, a primeira promoção feita no Itamaraty após a ditadura.

Anos mais tarde, por conta da sua decisiva atuação no estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Angola, Ovídio de Andrade Melo foi alvo de algumas homenagens. Em agosto de 2002, o deputado federal Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil, de São Paulo, requereu, com base no cessar-fogo assinado em Angola no dia 4 de abril daquele ano, a confecção de duas placas em homenagem a ele e a Ítalo Zappa, já falecido. Em novembro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita oficial a Angola, inaugurou a Casa de Cultura Brasil-Angola e o Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo. Na ocasião, Lula destacou o fato de uma ditadura de direita, como era o Brasil no governo Geisel, ter prestado apoio diplomático a um regime de inspiração marxista.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; e Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Verbete : Amélia Coutinho e Maria Cristina Guido. "Ernesto Geisel".

Ministério das Relações Exteriores. *Anuário 1992*, p. 560-561. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=158630&editoria=&q=1>

RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do)

Advogado, político, jornalista e diplomata, foi responsável pela consolidação das atuais fronteiras do país e por importante modernização das ações da Chancelaria brasileira. Patrono da diplomacia brasileira, o seu nome está inscrito como um dos heróis da Pátria, no Panteão existente na Praça dos Três Poderes, em Brasília.



José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1845, filho de José Maria da Silva Paranhos e de Teresa de Figueiredo Faria. Era o mais velho de nove irmãos. Seu pai, de origem modesta, destacou-se como importante homem público no Segundo Império, sendo, sucessivamente, Deputado, Plenipotenciário brasileiro no Uruguai, Ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros, Senador e primeiro Ministro, vindo a receber o título de Visconde do Rio Branco.

Em 1852, quando tinha sete anos, Juca Paranhos, como era conhecido, viajou com a mãe e as irmãs para Montevidéu, onde Paranhos pai servia como Ministro-Residente. No ano seguinte, convidado para integrar, como Ministro da Marinha, o chamado Gabinete da Conciliação, organizado pelo marquês do Paraná, Paranhos retornou com a família para o Rio de Janeiro. Aos 11 anos, Juca Paranhos ingressou no Colégio Pedro II, onde estudavam os filhos dos homens mais influentes do Império. Em casa, convivia com personalidades do calibre do duque de Caxias, do próprio marquês do Paraná e dos principais nomes do Partido Conservador, ao qual seu pai era ligado. Contudo, não chegou a concluir o curso do Colégio

Pedro II, terminando os estudos preparatórios em casa. Aos 17 anos ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo.

Aluno mediano, durante o curso manifestou interesse especial pela história brasileira, sobretudo pelas ações militares e diplomáticas que tinha a bacia do Prata como cenário. Em 1862, publicou a biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata Imperatriz, em batalha travada em Montevidéu, no ano de 1826, contra navios argentinos; em 1864, "Episódios da guerra no Prata" e em 1865, ano do início da guerra do Paraguai, biografia, escrita em tom apaixonado, do Barão do Serro Largo, José de Abreu, que havia lutado em diversas batalhas no Prata. Em 1866, por sugestão do monsenhor Pinto de Campos, amigo de seu pai, mudou-se para Recife, onde concluiu o curso superior em novembro daquele ano. Na capital pernambucana, colaborou com o jornal *O Vinte e Cinco de Março*, editado por Pinto de Campos. Ainda em 1866, passou a enviar artigos e desenhos sobre a guerra do Paraguai para a revista francesa *L'Illustration*.

Graças a um bilhete de loteria premiado que lhe rendera 12 contos de réis e a um pequeno auxílio pecuniário do pai, Juca Paranhos passou quase um ano viajando pela Europa. Embarcou para Lisboa em março de 1867, tendo visitado Portugal, Espanha, Itália, França, Alemanha e Áustria. Retornando ao Rio de Janeiro no início de 1868, começou a procurar emprego. Dois anos antes, em novembro de 1866, fora proposto sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), servindo-lhe a biografia do Barão do Serro Largo como título para admissão. Admitido um ano depois, tomou posse em maio de 1868. Pouco antes, começou a lecionar história e corografia (geografia) do Brasil no Colégio Pedro II., substituindo temporariamente o escritor e político Joaquim Manuel de Macedo.

Em julho de 1868, depois de seis anos de domínio lilberal, os conservadores voltaram ao poder. José Maria da Silva Paranhos, Senador por Mato Grosso desde 1863, foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Juca Paranhos, por influência do pai, elegeu-se Deputado geral por MatoGrosso sem jamais haver estado nessa província, tomando posse em maio de 1869. No período compreendido entre o lançamento da sua candidatura e as eleições, foi promotor público em Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro. Foi Deputado por duas legislaturas, tendo exercido o mandato até 1876.

Antes da posse na Câmara, atuou como secretário particular do pai por alguns meses em missão diplomática relacionada ao término da guerra do Paraguai. Em 1870, já como Deputado, acompanhou-o na missão

que negociou a assinatura do tratado de paz definitivo entre Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina. Nessa ocasião, viajou oficialmente como secretário da missão, tendo por isso se licenciado de suas funções na Câmara. Ainda em 1870, o Ministro Paranhos foi agraciado por dom Pedro II com o título de Visconde do Rio Branco e entre 1871 e 1875 presidiu o Conselho de Ministros.

De volta à Corte, Juca Paranhos trabalhou como Segundo-Secretário na Câmara, auxiliando o pai nas tratativas que culminaram com a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Paralelamente à atividade política, passou a escrever artigos para o jornal *A Nação*, ligado ao Partido Conservador. Por essa época, era assíduo freqüentador de casas de espetáculos e restaurantes por onde circulavam os membros da elite do Rio de Janeiro. No Alcazar, conheceu a atriz belga Marie Philomène Stevens, com quem iniciou um romance, rapidamente tornado público. Marie foi convencida a voltar à Europa pelo Visconde do Rio Branco, mas o nascimento de Raul, primeiro filho do casal, em 1873, trouxe-a de volta ao Rio. Ela e Juca alugaram uma pequena casa na praia do Cajueiro e, em 1874, nasceu Clotilde.

Essa atribulada situação familiar levou Juca Paranhos a desejar sair da Corte e do país. Informado sobre a existência de uma vaga no consulado brasileiro na cidade inglesa de Liverpool, então o maior porto do mundo, passou a pleiteá-la insistentemente. Todavia, a despeito de ser filho de uma das mais prestigiadas figuras do Império, não conseguiu a indicação facilmente. Afinal, Liverpool era o posto mais bem-pago do serviço consular brasileiro e os candidatos eram muitos. Em maio de 1876, Juca Paranhos assegurou a nomeação, para a qual o todo-poderoso líder conservador Barão de Cotegipe empenhou todo o seu prestígio. Mediante documento assinado pela princesa regente Isabel – dom Pedro II encontrava-se fora do Brasil, em sua segunda viagem ao exterior –, o filho do Visconde do Rio Branco foi finalmente designado para o consulado em Liverpool. Em junho, enviou Marie, grávida pela terceira vez, e os dois filhos para Paris (Paulo nasceu na França logo após sua chegada). Paranhos Júnior ficou no Rio até setembro, quando embarcou para Lisboa e em seguida para Paris. Deixou a família na capital francesa e seguiu sozinho para a Inglaterra (oficialmente seu estado civil era o de solteiro).

Durante os 20 anos em que foi Cônsul em Liverpool manteve mulher e filhos em Paris, mas os visitava freqüentemente. Nas longas temporadas parisienses passava a maior parte do tempo trancado em sua biblioteca, envolvido em pesquisas históricas e geográficas. Grande

colecionador de mapas, cartas e documentos, correspondia-se com o IHGB e com a Biblioteca Nacional, enviando cópias de documentos encontrados em arquivos europeus e solicitando material para sua coleção particular. Um dos seus mais assíduos correspondentes no Brasil foi o historiador Capistrano de Abreu. Na capital francesa, seus amigos mais próximos eram Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e Rodolfo Dantas, todos abolicionistas sem deixarem de ser monarquistas. Por conta disso, todos eles viram com grande satisfação a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel. Foi nessa conjuntura que Paranhos recebeu o título de Barão do Rio Branco, com o qual ficaria conhecido na história brasileira. Na verdade, a honraria fora uma homenagem que a regente quis prestar ao seu pai, falecido em 1880, e principal responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre.

Em setembro de 1888, já como Barão do Rio Branco, Juca Paranhos se casou em Londres com Marie Stevens, mãe de seus cinco filhos (Amélie nasceu em 1878 e Hortência, a caçula, em 1885).

Em 1889, o derradeiro ano do Império, foi lançada a *Grande encyclopédie*, de Lavasseur, tendo sido Rio Branco o responsável pela maior parte do verbete *Brésil*. O verbete, com cerca de 50 páginas, fazia um resumo da história política e militar brasileira, além de trazer informações sobre a fauna, a flora, comércio e população do país. Naquele mesmo ano, Rio Branco publicou uma versão ampliada desse texto, com o título *Esquisse de l'histoire du Brésil en 1889*, usada como material informativo sobre o Brasil na Exposição Internacional de Paris. Também em 1889, Paranhos concluiu a redação de uma biografia de dom Pedro II, uma verdadeira apologia ao regime monárquico e ao imperador, mas prudentemente não assumiu sua autoria, adotando um nome fictício.

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não afetou a trajetória profissional do recém-nomeado Barão do Rio Branco, que acompanhou os acontecimentos à distância, do seu cargo de Cônsul em Liverpool. Monarquista confesso, foi criticado por utilizar um título de nobreza em pleno regime republicano. Passou inclusive a utilizar, a partir de 1890, o nome Rio Branco como sobrenome, vindo então a assinar José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco. Ainda em 1890, foi designado para a superintendência geral do Serviço de Emigração para o Brasil, cujo escritório era em Paris, acumulando o novo cargo com as suas atribuições em Liverpool. Datam dessa época alguns artigos seus, publicados em jornais europeus e que faziam propaganda do país com o objetivo de estimular a vinda de trabalhadores rurais para o Brasil, sobretudo de alemães e italianos.

Embora não tenha participado de nenhuma campanha pública a favor do restabelecimento do regime monárquico, como o fizeram seus amigos Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, colaborou anonimamente com um outro amigo, Eduardo Prado, na obra Fastos da ditadura militar, que criticava o governo do marechal Deodoro da Fonseca. A partir de 1891, passou a colaborar com o *Jornal do Brasil*, fundado por Dantas, sempre usando pseudônimos e dando alfinetadas na jovem República.

Em março de 1892, já no segundo governo republicano, presidido pelo marechal Floriano Peixoto, Rio Branco foi sondado para representar o Brasil na arbitragem com a Argentina referente à região de Palmas. Logo no início do período republicano, ainda durante o Governo Provisório, o então Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, firmara um tratado com o Ministro argentino Estanislau Zeballos, favorável à posição do governo de Buenos Aires. Os termos do tratado, porém, foram rejeitados pelo Congresso e pelo Exército brasileiros. As duas partes recorreram então à arbitragem do Presidente norte-americano Grover Cleveland. Se a área em disputa ficasse em poder dos argentinos, todo o território do Rio Grande do Sul ficaria unido ao resto do Brasil apenas por um "corredor" estreito, de cerca de 250 quilômetros.

O primeiro escolhido para representar o Brasil junto ao Presidente Cleveland foi o Barão Aguiar de Andrada, Ministro em Washington e com bastante experiência em questões platinas. O seu falecimento levou o novo chanceler brasileiro, Serzedelo Correia, a indicar o Barão do Rio Branco. A estratégia adotada por Rio Branco foi provar que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, de importância crucial no litígio, eram de fato aqueles que o governo brasileiro alegava. E para isso teve de encontrar mapas antigos que revelassem com precisão a localização dos dois rios.

O primeiro dos dois anos que Rio Branco passou nos Estados Unidos por conta da questão de Palmas foi dedicado a preparação das memórias que teria de apresentar a Cleveland, o que aconteceu em fevereiro de 1894; durante o segundo ano ficou aguardando o laudo do árbitro. No início de 1895, quando o Brasil já era governado pelo primeiro Presidente civil da República, o paulista Prudente de Morais, foi dado o laudo favorável à posição brasileira. Ficava assim assegurada para o Brasil boa parte do território dos Estados de Santa Catarina e Paraná. A vitória arbitral trouxe-lhe notoriedade na imprensa nacional, rendendo-lhe, inclusive, um comício em sua homenagem, realizado no Rio de Janeiro.

Retornando a Paris, não se interessou em ocupar o posto de representante brasileiro em alguma capital européia. Sua esposa Marie encontrava-se doente e, além disso, começava a se interessar pela questão da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, envolvendo o atual estado do Amapá. Ciente da existência da disputa, ofereceu-se para estudar a questão. Como sua proposta foi acolhida pela Chancelaria brasileira, permaneceu durante três anos em Paris estudando a questão do Amapá e também auxiliando o Ministro Souza Correira em relação à questão da ilha de Trindade com a Inglaterra e a questão de limites que envolvia a Guiana Inglesa, para a qual fora designado Joaquim Nabuco. Em 1898, Marie faleceu, depois de longa enfermidade. Ainda em 1898, Rio Branco foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, criada dois anos antes, vindo a ocupar a cadeira número 34.

Após constatarem a impossibilidade de um acordo direto, França e Brasil deciram-se pela arbitragem, tendo sido escolhido o governo suíço, composto de sete membros, como árbitro. No início de 1899, Rio Branco mudou-se para Berna, na qualidade de Ministro Plenipotenciário. Permaneceu cerca de dois anos na capital suíça, trabalhando em ritmo intenso. Em dezembro de 1900, obteve sua segunda vitória em questões de fronteiras, aumentando o seu prestígio no Brasil. Além de fama, Rio Branco recebeu, pelo seu desempenho nos Estados Unidos e na Suíça, uma dotação anual de 24 mil contos de réis e mais um prêmio de 300 contos de réis. Meses depois, foi nomeado Ministro brasileiro em Berlim, seu primeiro e único posto como representante diplomático permanente.

Em 1902, Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a convite do Presidente Rodrigues Alves que então iniciava a sua gestão. Nesse momento, o Brasil estava envolvido em uma questão de fronteiras com a Bolívia, cujo governo tentava arrendar uma parte do seu território a um consórcio empresarial anglo-americano, o Bolivian Syndicate. Apesar de não ser reclamada pelo Brasil, a terra era ocupada quase que integralmente por migrantes do Nordeste brasileiro, sobretudo do Ceará, que acorreram à região atraídos pela exploração da borracha, produto que alcançava preços cada vez mais elevados no mercado internacional. A questão do Acre foi resolvida mediante a assinatura, em 17 de novembro de 1903, do tratado de Petrópolis, por intermédio do qual o Brasil incorporava ao seu território os 190 mil quilômetros quadrados que correspondem ao atual estado do Acre, em troca de uma compensação financeira da ordem de dois milhões de libras

esterlinas e de pequenas concessões territoriais (cerca de 3.000 km^2). O governo brasileiro comprometia-se ainda a construir uma ferrovia, a Madeira-Mamoré, ao longo do trecho não navegável do rio Madeira e que seria útil para os dois países.

O tratado de Petrópolis foi motivo de controvérsias. Alguns, como Rui Barbosa, consideravam que a questão do Acre deveria ter sido objeto de arbitramento; outros julgavam excessiva a quantia paga à Bolívia. O tratado custou a ser aprovado no Congresso, mas Rio Branco acabou conseguindo fazer prevalecer o acordo assinado com o país vizinho. A despeito de toda essa polêmica, a incoporação do Acre foi a mais conhecida obra diplomática de Rio Branco, cujo nome foi dado à capital do estado. Posteriormente, por sua iniciativa foram firmados mais seis tratados com países vizinhos: Equador (1904), Peru (1904 e 1909), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907) e Argentina (1910).

Titular da pasta das Relações Exteriores durante todo o mandato presidencial de Rodrigues Alves (1902-19060, Rio Branco foi mantido no cargo por Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca, empossado em 1910, permanecendo na chefia da diplomacia brasileira até 1912, por ocasião de sua morte. Cristina Patriota destaca que nos 12 anos em que ficou à frente do Itamaraty, "Rio Branco seria cada vez mais identificado com o cargo que ocupava, com o ministério que chefiava e com o palácio que abrigava esse ministério. [...] Ele passaria a ocupar um lugar na política da Primeira República que Ministro algum ocupava e talvez nenhum o tivesse ocupado antes ou mesmo jamais o faria depois . Com isso, ele colocava o Ministério das Relações Exteriores, ou o Itamaraty, como passaria então a ser chamado, em um lugar central na organização da burocracia republicana". Seu prestígio era tamanho que em 1909 seu nome foi sugerido para a sucessão presidencial do ano seguinte. Dois anos antes tornara-se Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Um dos traços mais marcantes da política externa brasileira durante a era Rio Branco foi o estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos. Foi em Washington que Rio Branco instalou a primeira Embaixada brasileira, para onde enviaria seu amigo pessoal Joaquim Nabuco. Aliás, na sua gestão registrou-se um sensível aumento no número de representações do país no exterior. Entre 1905 e 1911 foram criados 25 novos consulados. Paralelamente, o número de funcionários da Secretaria de Estado aumentou, da mesma forma que os salários de diplomatas e do pessoal administrativo sofreram um significativo incremento.

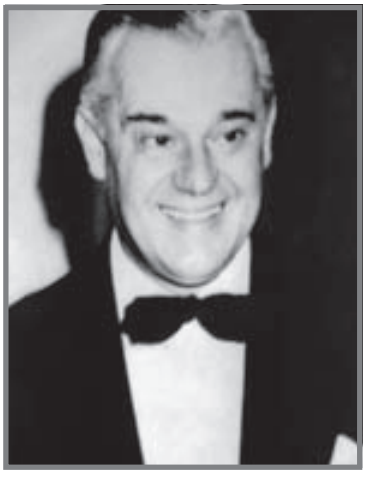
Rio Branco faleceu no Rio de Janeiro, no dia 10 de fevereiro de 1912. Sua morte, ocorrida durante o Carnaval, alterou o calendário da festa popular naquele ano, dado o luto oficial e as intensas homenagens que lhe renderam na capital da República. Em 1946, seu nome seria dado ao Instituto criado pelo Ministério das Relações Exteriores para seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros.

Fontes

MOURA, Cristina Patriota de. *Rio Branco: a monarquia e a república.* Rio de Janeiro: Editrora FGV, 2003. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/irbr/barao/barao.htm> e <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/baraodoriobranco.htm>

RODRIGUES, Jayme Azevedo

Diplomata de carreira, foi um dos principais articuladores, pelo Brasil, da criação da UNCTAD, organismo das Nações Unidas destinado a servir de canal para as reivindicações dos países em desenvolvimento em relação às questões do comércin internacional. Sua carreira foi interrompida pelo golpe militar que depôs o presidente João Goulart em abril de 1964.



Jayme Azevedo Rodrigues nasceu em Leopoldina , Minas Gerais, no dia 13 de abril de 1913.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1937, nesse mesmo ano ingressou, por concurso, na carreira diplomática como cônsul de terceira classe. Lotado na Secretaria do Itamaraty de 1937 a 1942, em junho desse ano foi removido para Houston, nos Estados Unidos. Promovido a Cônsul de Segunda Classe em dezembro de 1942, em março de 1943 foi designado para servir na Embaixada brasileira na cidade da Guatemala como Segundo-Secretário, ali permanecendo até outubro de 1944. De volta ao Brasil, trabalhou na Secretaria até o meados de 1946. Nesse período, em dezembro de 1945, foi promovido a Primeiro-Secretário.

Cônsul em Boston, Estados Unidos, entre 1946 e 1950, no início deste último ano passou a integrar a representação brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Nessa condição, foi assessor político da delegação do Brasil presente à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada na capital norte-americana em março de 1951 e que, entre outros pontos, discutiu a participação de efetivos latino-americanos

na Guerra da Coréia, sugerida pelo governo dos Estados Unidos. Promovido a Conselheiro em junho de 1951, retornou ao Brasil em meados de 1953, assumindo, em junho, a chefia da Secretaria do Instituto Rio Branco.

Ministro de Segunda Classe em janeiro de 1954, foi delegado do Brasil na X Conferência Interamericana, que teve lugar em Caracas em março. Em junho, assumiu o posto de Cônsul-Geral no Porto, Portugal. Removido para Rotterdam, Holanda, também como Cônsul-Geral, em novembro de 1956, retornou à Secretaria do ministério, no Rio de Janeiro,em dezembro de 1959. Na Secretaria, exerceu diversas funções, entre as quais as de membro do Grupo de Trabalho para o Estudo do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento do Diplomata (GAD), em fevereiro de 1960, de delegado do Brasil à VI Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em San José da Costa Rica, em agosto seguinte, e de Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra, de março a novembro de 1961. Em meados de 1963 foi promovido a Ministro de Primeira Classe.

Estudioso dos temas do desenvolvimento, Jayme Azevedo Rodrigues, então Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do Itamaraty, foi um grande entusiasta da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, conhecida pela sigla em inglês UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), criada em 1964, em Genebra, como entidade intergovernamental permanente, sendo o principal órgão da Assembléia da Organização das Nações Unidas responsável pelo tratamento integrado do desenvolvimento, por intermédio do comércio, finanças, investimento, tecnologia, desenvolvimento empresarial e desenvolvimento sustentável.

O movimento de convocação da UNCTAD, no qual o Brasil teve uma participação muito ativa, refletia a insatisfação dos países em desenvolvimento com a forma pela qual as questões ligadas ao comércio internacional estavam sendo discutidas dentro do GATT, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Na avaliação de Marcílio Marques Moreira, essa conjuntura deixa claro que a chamada política externa independente – empreendida pelo Brasil desde o governo Jânio Quadros (1961), por iniciativa do chanceler Afonso Arinos – tinha afinal adquirido uma dimensão econômica. Segundo ele, a posição do Brasil nas discussões que antecederam à criação efetiva da UNCTAD – ao menos tal como estava expressa nas instruções diplomáticas –, era realmente a dimensão econômica da política externa independente.

A reunião preparatória da UNCTAD começou no dia 23 de março de 1964, quando já era crítica a situação do presidente Goulart. A delegação brasileira foi chefiada pelo próprio Ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro. Jayme Azevedo Rodrigues a integrava, atuando de certo modo como o mentor do grupo. Por conta do agravamento da crise política no Brasil, Araújo Castro retornou ao país no dia 30, sendo substituído na chefia da delegação exatamente por Jayme Azevedo Rodrigues. Goulart foi deposto no dia 31 por um golpe militar. No início de abril, Jayme Azevedo Rodrigues passou um telegrama oficial ao Itamaraty, cujo titular já era, desde o dia 6 daquele mês, Vasco Leitão da Cunha, dizendo que não trabalharia com militares "gorilas". Leitão da Cunha tentou reclassificar o telegrama de oficial para pessoal, mas não conseguiu demover Jayme.

Em julho de 1964 foi aposentado e teve seus direitos políticos cassados com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1), editado em 9 de abril e que permitia punições extralegais de adversários do novo regime. Sua cassação foi muito mal recebida na UNCTAD, em Genebra. Além dele, mais três diplomatas foram punidos pelo regime militar: Hugo Gouthier, Antônio Houaiss e Jatyr de Almeida Rodrigues.

Em 17 de novembro de 1965, Jayme Azevedo Rodrigues foi preso na porta do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, por ocasião da abertura da II Conferência Interamericana Extraordinária da OEA, num ato de protesto contra o regime militar. Com ele, foram detidos os escritores Antônio Callado e Carlos Heitor Cony, os cineastas Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro, o diretor de teatro Flávio Rangel e o jornalista Márcio Moreira Alves. O grupo de intelectuais ficou conhecido como "os oito da OEA".

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro de 1974.

Integrou o conselho da revista *Política Externa Independente.*

Postumamente, em fevereiro de 2006, Jayme Azevedo Rodrigues foi incluído numa lista de 24 nomes de brasileiros considerados pela Comissão Especial de Reparação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro vítimas da ditadura militar e, por isso, aptos a receberem indenização por dano moral. A comissão – integrada, além de órgãos do governo fluminense, por instituições da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem de Advogados do Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais – estabeleceu a concessão de uma indenização de efeito simbólico de caráter moral, no valor de R$ 20 mil.

Fontes

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar. Depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 308, 311.

MOREIRA, Marcílio Marques. *Diplomacia, política e finanças*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001, p. 100-101.

Disponível em:
<http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=1347>
<http://www.radiobras.gov.br/integras/01/integra_1010_4.htm>
<http://www.carlosheitorcony.com.br/biografia/texto.asp?id=84>
<www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/atosinstitucionais.pdf>

SCHMIDT, Augusto Frederico



Escritor, jornalista e empresário, Augusto Frederico Schmidt, na qualidade de assessor da Presidência da República, foi o principal artífice da Operação Pan-Americana (OPA), programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, submetido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek à apreciação do governo dos Estados Unidos em 1958.

Augusto Frederico Schmidt nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de abril de 1906, filho de Gustavo Schmidt e de Anita de Azevedo Schmidt. Seu pai pertencia a família abastada, tendo estudado na Inglaterra. Seu avô paterno, o visconde Frederico Augusto Schmidt, tinha uma casa de tecidos no Rio de Janeiro.

Schmidt fez os primeiros estudos no Colégio dos Andradas, em sua cidade natal. Devido ao estado de saúde de sua mãe, viajou em 1913 para a Suíça em companhia da família. Com o falecimento do pai, sua mãe deixou o sanatório onde se internara e regressou com os filhos ao Brasil em 1916 para continuar o tratamento em Campos do Jordão (SP). Desde então, Schmidt passou por diversos colégios da capital federal, sem conseguir interessar-se pelos estudos. Em Juiz de Fora (MG) freqüentou o Colégio Granbery. Em 1922, de volta ao Rio de Janeiro, começou a preparar-se para os exames finais que se faziam no Colégio Pedro II, sendo porém reprovado em geografia. Nessa época escreveu alguns poemas e crônicas, publicados em um pequeno jornal, *O Beira-Mar*, que se editava em Copacabana. Com a morte da mãe, abandonou definitivamente os estudos e empregou-se, pela primeira vez, como ajudante de caixeiro na Casa Barbosa Freitas, passando

em seguida a trabalhar na firma Costa Pereira & Cia. segundo ele "sua universidade", aí permanecendo algum tempo.

Durante algum tempo dirigiu a biblioteca do Centro Dom Vital, associação civil para estudo, discussão e apostolado subordinada à Igreja Católica, fundada no Rio de Janeiro em maio de 1922 por Jackson de Figueiredo. Sofreria grande influência desse líder católico, ao lado do qual fundou uma nova revista, *Pelo Brasil*, de curta duração. Por intermédio de Jackson conheceu também Alceu Amoroso Lima, consagrado crítico literário do *O Jornal,* do Rio de Janeiro, que se assinava Tristão de Ataíde. Entre ambos cresceu uma grande amizade.

Ainda em 1924, aos 18 anos de idade, seguiu para São Paulo, onde se empregou numa firma na rua da Quitanda. Ao sair do escritório, dirigia-se às livrarias Garreaux e Gazeam, nas quais adquiria livros que ia ler à noite em seu quarto de pensão. De 1924 a 1928 permaneceu em São Paulo, ligando-se às figuras mais expressivas, do movimento modernista, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Rui Ribeiro Couto e, especialmente, Plínio Salgado, todos participantes da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Deste último leu, ainda em provas, *O estrangeiro*, seu primeiro romance social, que seria publicado em 1926 como um dos sucessos literários do modernismo.

Continuando a trabalhar no comércio, Schmidt foi caixeiro-viajante em São Paulo, vendendo aguardente e madeira. De volta ao Rio de Janeiro, tornou-se gerente da Serraria Coccozza, em Nova Iguaçu, onde, silenciadas as serras, lia e escrevia poemas.

No decorrer de 1928, ano de morte de Jackson de Figueiredo e da conversão de Alceu Amoroso Lima ao catolicismo, Schmidt manteve com este, em tom confidencial e íntimo, intensa correspondência. Nessas cartas anunciava o lançamento de seu primeiro livro de poesias, *Canto do brasileiro Augusto Frederico Schmidt*, cuja publicação, nesse mesmo ano, seria saudada por Alceu como um grande acontecimento literário.

Aproximou-se então do padre Leonel Franca e leu a encíclica *Rerum novarum*, do papa Leão XIII. Em 1929 lançou dois volumes de poesias que o consagraram como poeta, *Canto do liberto Augusto Frederico Schmidt* e *Navio perdido.* A partir dessa época passou a colaborar em jornais cariocas, tornando-se crítico literário do *Diário de Notícias.* Por volta de 1930 adquiriu e passou a dirigir a Livraria Católica, no Rio de Janeiro, que pertencia a Jackson de Figueiredo e onde se reunia um grupo de intelectuais católicos liderados por Amoroso Lima, Heráclito Sobral Pinto e Hamilton Nogueira.

Em outubro de 1930 irrompeu a revolução que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Schmidt foi contra o movimento, que, segundo ele, vinha quebrar a "legalidade" e a "ordem" no Brasil.

Em 1931, funcionando inicialmente nos fundos da Livraria Católica que dirigia, Schmidt fundou a Schmidt Editora, responsável pelo lançamento de muitos nomes que se tornariam famosos nas letras nacionais. Também nesse ano lançou a revista *As Novidades Literárias*, que mais tarde reapareceria sob o título *Literatura*. Sua editora lançou ainda a Coleção Azul, que, entre outubro de 1932 e junho do ano seguinte, editou cinco livros que ficaram famosos como um esforço de reflexão sobre a realidade brasileira: *Brasil errado*, de Martins de Almeida, *Introdução à realidade brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco, *O sentido do tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, *A gênese da desordem*, de Alcindo Sodré, e *Psicologia da revolução*, de Plínio Salgado. Schmidt editou também vários autores integralistas: Plínio Salgado (*Doutrina do sigma, O que é o integralismo*), Olbiano de Melo (*Razões do integralismo, concepção do estado integralista*), Osvaldo Gouveia (*Brasil integral*), Olímpio Mourão (*Do liberalismo ao integralis*mo), Miguel Reale (*Atualidade brasileira*) e Gustavo Barroso (*O integralismo em marcha*).

Em 1934 Schmidt casou-se com Ieda Ovalle Lemos, sobrinha do poeta e compositor Jaime Ovalle, e a ela dedicou seu livro de maior repercussão, *Canto da noite*. Em 1940 voltou à poesia com *A estrela solitária*. Já famoso, daí por diante produziu diversas obras poéticas.

Sempre ligado à atividade literária, participou, em janeiro de 1945, como delegado do Distrito Federal, do I Congresso Brasileiro de Escritores, reunido em São Paulo sob os auspícios da Associação Brasileira de Escritores e que assumiu o caráter de uma manifestação coletiva da intelectualidade contra a ditadura do Estado Novo.

Paralelamente à sua atividade jornalística e literária, Schmidt fundou diversas empresas, nos ramos do cimento, dos pneumáticos e na indústria de alimentos. Foi também responsável pela instalação dos Supermercados Disco, no Rio de Janeiro, e ainda sócio, presidente e diretor da Sociedade de Expansão Comercial (Sepa), da Meridional Companhia de Seguros de Acidentes de Trabalho, da Comércio e Importação de Produtos Americanos (Sacipa), da Instaladora de Frio, da Brasil-Canadá Comércio e Indústria, da Orquima, empresa que operava na industrialização e exportação do tório, mineral de alto valor estratégico, entre outras.

Lutando pelo que chamou "tese do enriquecimento nacional". Acusado de testa-de-ferro de interesses multinacionais no Brasil, atribuía

tais acusações a "um preconceito típico dos países subdesenvolvidos, de formação católica".

Em 1951, por ocasião da visita ao Brasil de Eugene Black, presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Schmidt defendeu o auxílio norte-americano, considerando-o necessário ao desenvolvimento econômico do Brasil. Para ele, os grandes empresários eram a alavanca do progresso e veículos do desenvolvimento, recusando-se a tomá-los *a priori* como instrumentos ou agentes de fraude e corrupção. Ao sustentar com desenvoltura essas e outras opiniões, Schmidt foi acusado de indiferença para com o problema específico da corrupção administrativa, quando não de beneficiário dela.

Os interesses multinacionais e associados iriam crescer de maneira rápida e estável no país, estimulados pela política de desenvolvimento do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Uma das formas organizacionais básicas através das quais as multinacionais expressavam seus interesses foi a criação de escritórios de consultoria tecno-empresarial. Uma das mais importantes dessas firmas foi a Estudos Técnicos Europa-Brasil, de Augusto Frederico Schmidt, que operava sobretudo com empresas ligadas à indústria química.

Schmidt aproximou-se de Juscelino Kubitschek por intermédio de Paulo Bittencourt, proprietário e diretor do *Correio da Manhã,* matutino carioca em que escrevia e que apoiou o candidato pessedista à presidência da República no curso de sua tumultuada campanha, contra a qual se opuseram os udenistas e os setores militares a eles ligados.

Schmidt serviu de ponte entre Kubitschek e o empresariado a fim de obter recursos para financiar a campanha. Por outro lado procurou neutralizar as resistências ao candidato surgidas na área internacional, sobretudo após a inclusão na chapa presidencial do vice João Goulart, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e considerado o herdeiro político de Vargas. O apoio dos comunistas a Kubitschek criou sérias dificuldades no país e no exterior, onde, também pela interferência de Schmidt, acabaram sendo contornadas. Vitoriosa a chapa Juscelino-Goulart nas eleições de outubro de 1955, a União Democrática Nacional (UDN), lançando mão de seus últimos recursos, tentou impedir a posse dos eleitos, mas foi barrada pelo Movimento do 11 de Novembro de 1955, liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. A posse ocorreu afinal em 31 de janeiro de 1956.

Em abril desse mesmo ano, sob a presidência do deputado mineiro Gabriel Passos, da UDN, instalou-se na Câmara dos Deputados uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para proceder às investigações sobre o problema de energia atômica no Brasil. Como um dos diretores da Orquima, Schmidt foi convocado a depor. Em seu depoimento, preconizou a revogação da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que estabeleceu o monopólio estatal do comércio externo dos principais minérios atômicos, urânio e tório, e fixou severas restrições à sua venda. Apesar de tais restrições, a Orquima expandira notavelmente suas instalações, tendo sua diretoria lutado sempre contra as resistências opostas à exportação do tório.

Schmidt foi um dos mais prestigiados assessores do governo Kubitschek, cabendo-lhe o comando ostensivo da Operação Pan-Americana, iniciativa brasileira em cuja promoção se empenhou, tentando atrair investimentos norte-americanos para um programa de desenvolvimento econômico e social da América Latina sob a liderança do Brasil. A OPA teve como ponto de partida carta datada de 28 de maio de 1958, enviada pelo presidente Kubitschek ao presidente norte-americano, Dwight Eisenhower, após as manifestações hostis ao vice-presidente Richard Nixon por ocasião de sua visita aos países sul americanos. A OPA nasceu da carta-resposta de Eisenhower, datada de 5 de junho, na qual se declarava favorável à idéia proposta pelo governo brasileiro.

No dia 20 de junho de 1958, Kubitschek pronunciou o primeiro de uma série de discursos tratando da OPA, perante os chefes das missões diplomáticas no Rio de Janeiro, com a presença das mais altas autoridades federais. Em julho, insistia em que, de acordo com os objetivos fundamentais da OPA, a luta contra o subdesenvolvimento da América Latina implicaria a segurança do continente e uma ligação política com os Estados Unidos para um programa estratégico de defesa do hemisfério.

Em agosto, o governo lançou oficialmente a OPA, transmitindo às repúblicas americanas, através de suas embaixadas no Rio de Janeiro, um memorando em que esclarecia a definição, as características e os objetivos da operação ao lado de sugestões para o seu processamento. Nesse mesmo documento, tornado público poucos dias após, era proposto um temário para as reuniões preparatórias da OPA. Considerou-se então a oportunidade de se criar uma comissão especial do Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA). No mês de novembro foi assim instalado na sede da OEA, em Washington, o Comitê dos 21, organização formada pelos representantes dos países do continente americano que aderiram à OPA, buscando viabilizá-la.

Schmidt participou de todas as negociações fechadas e chefiou a delegação brasileira ao Comitê dos 21 em suas várias reuniões, que visavam à criação da OPA. Empenhou-se então, segundo suas próprias palavras, em fazer cair o "muro do silêncio" entre a opinião pública norte-americana e a América Latina.

Durante o ano de 1959, apesar do empenho do governo brasileiro para que fossem aprovados os objetivos da OPA, a meta prioritária do governo norte-americano foi reprimir o comunismo. A vitória da Revolução Cubana em janeiro desse ano e a ascensão de Fidel Castro ao poder resultaram em inevitável alteração das relações dos Estados Unidos com a América Latina. Assim, o governo norte-americano aprovou um sistema de quotas para a fundação do que, em dezembro de 1959, constituiria o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organismo financeiro para o desenvolvimento continental. Ao mesmo tempo, comprometeu-se a apoiar moral e materialmente a criação de um mercado comum latino-americano, que em 1960 se concretizaria na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Antes do término do mandato de Kubitschek, Schmidt chefiou a delegação brasileira à XIV Assembléia Geral das Nações Unidas e foi presidente do Comitê dos 21 na Conferência de Bogotá, na Colômbia. A OPA, no entanto, não foi adiante, devido ao desinteresse dos Estados Unidos, que, ao invés de beneficiar uma iniciativa latino-americana, preferiu lançar, no início da década de 1960, sua própria campanha, a Aliança para o Progresso.

Como assessor de Kubitschek, Schmidt defendeu na imprensa e no cenário diplomático a tese do desenvolvimento econômico. Embora fosse considerado o verdadeiro idealizador da OPA e gozasse de inequívoco prestígio junto ao presidente da República, não conseguiu ser nomeado Ministro de Estado talvez em razão da oposição e das críticas que sofreu, sobretudo do chamado setor nacionalista das forças armadas, que sempre condenou duramente seus interesses internacionais no terreno dos negócios. Schmidt foi, portanto, no governo Kubitschek, o que se poderia chamar de "homem dos bastidores". Obteve afinal uma representação no Mercado Comum Europeu, missão não criada por lei, o que dispensou o governo de submeter seu nome à aprovação do Senado Federal.

Posteriormente, encerrado o mandato presidencial de Kubitschek, Schmidt filiou-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organização de empresários de oposição ao governo de João Goulart (1961-

1964), estruturada no decorrer de 1961 no Rio de Janeiro com o objetivo de "defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização no seio do governo" e que contou com o apoio dos jornais cariocas *O Globo, Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã.*

A partir de agosto de 1962 teve intensa participação no Grupo de Publicações Editorial (GPE), que reuniu vários profissionais da mídia, do mundo literário, de agências de publicidade e um grupo de militares encabeçado pelo general Golberi do Couto e Silva. O GPE escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, bem como publicava artigos e panfletos que escolhia.

Schmidt foi um dos artífices da deposição do presidente Goulart em 31 de março de 1964, que implantou o regime militar no país. Apesar de amigo pessoal do general Humberto Castelo Branco, primeiro presidente do ciclo militar, Schmidt não ganhou nenhum cargo no novo governo, o que lhe causou profundo desagrado. Em julho de 1964, proclamou ser "um erro imperdoável" a cassação do mandato do ex-presidente Juscelino Kubitschek, então Senador.

Morreu no Rio de Janeiro no dia 8 de fevereiro de 1965.

Publicou, além dos livros citados, *Pássaro cego* (1930), *Desaparição da amada* (1931), *Mar desconhecido* (1942*), O galo branco* (1948, 2ª ed. 1956), *Fonte invisível* (1949*), Mensagem aos poetas novos* (1950*), Paisagens e seres* (1951), *Ladainha do mar* (1951), *Os reis* (1953), *Poesias completas* (1956), *Aurora lívida* (1958), *Babilônia* (1959), *As florestas* (1959), *Antologia poética* (1962), *Antologia de prosa* (1964), *O caminho do fim* (1964) e *Prelúdio à revolução* (1964).

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SILVA, Edmundo Barbosa da



Diplomata de carreira, Edmundo Barbosa da Silva foi Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores na gestão de Horácio Lafer (1959-1961), no final do governo Juscelino Kubitscheck.

Edmundo Pena Barbosa da Silva nasceu em Curvelo (MG) no dia 11 de fevereiro de 1917, filho de Alexandre Barbosa da Silva e de Isabel Pena Barbosa da Silva.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1937, iniciou sua carreira diplomática em março de 1939 como cônsul de terceira classe, passando a servir na Divisão Especial do Ministério das Relações Exteriores para a Salvaguarda dos Interesses Italianos na Grã-Bretanha em agosto. No mês seguinte foi removido para a Embaixada brasileira em Londres, onde permaneceu até dezembro de 1941. Nesse período, fez o curso de direito internacional público e o de relações anglo-brasileiras na Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

De volta ao Brasil, em dezembro de 1943 foi promovido a cônsul de Segunda Classe. Em novembro do ano seguinte serviu como assessor da delegação brasileira à Conferência Internacional de Aviação Civil, em Chicago, nos Estados Unidos, tornando-se auxiliar do Gabinete Civil da Presidência da República em maio de 1945.

Em maio de 1946 representou o Itamaraty junto à Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), integrando

ainda as delegações brasileiras que negociaram os acordos sobre transportes aéreos com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e Portugal. Em 1947, voltou a integrar as delegações brasileiras que negociaram os acordos sobre transportes aéreos com a França, Chile, Países Baixos, Suécia, Noruega e Dinamarca. Tornando-se um especialista nesta temática, em 1948 atuou como delegado do Brasil à II Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), reunida em junho em Genebra. Nesse mesmo ano, participou novamente das delegações brasileiras que negociaram os acordos sobre transportes aéreos com a Argentina e com a Suíça. Em junho de 1949, representou o Brasil na III Reunião da Assembléia da OACI, realizada em Montreal, no Canadá.

Promovido em setembro de 1950 a cônsul de Primeira Classe, nesse mesmo ano exerceu as funções de secretário executivo e de presidente substituto da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais. Em 1951 representou o Ministro das Relações Exteriores na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), tendo atuado também como presidente da Comissão Consultiva do Trigo.

Chefe da Divisão Econômica do Departamento Econômico e Consular a partir de abril de 1952, passou a integrar em setembro do mesmo ano a Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores. Ainda em 1952 chefiou a missão brasileira encarregada das negociações com a Argentina, sendo designado em abril do ano seguinte coordenador do temário da V Conferência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), realizada no Rio de Janeiro. Promovido a Ministro de Segunda Classe em janeiro de 1954, chefiou nesse mesmo mês a missão brasileira junto aos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em agosto tornou-se chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores.

Em setembro de 1954 integrou a missão, presidida pelo Ministro da Fazenda Eugênio Gudin (1954-1955), que participou do encontro anual do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na reunião, a missão brasileira procurou sem êxito negociar um empréstimo junto ao Federal Reserve Bank dos Estados Unidos. Recorreu então aos bancos particulares norte-americanos, obtendo duzentos milhões de dólares de um grupo de 19 instituições financeiras daquele país.

Em abril de 1955 chefiou a missão econômica brasileira em Bonn, na República Federal da Alemanha, e em abril do ano seguinte, a delegação

brasileira nas negociações do acordo comercial com Israel. Em maio, pouco depois do início do mandato presidencial de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), integrou comissão encarregada de elaborar um projeto de reestruturação do Ministério das Relações Exteriores. Ainda em 1956 tornou-se membro do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), consultor do Conselho de Desenvolvimento e membro da comissão de minério desse organismo.

Em 1957, encabeçou a comissão nacional da Food and Agriculture Organization (FAO). Em janeiro do ano seguinte integrou a delegação brasileira à Conferência Internacional do Café, realizada no Rio de Janeiro. Chefe da delegação brasileira nas negociações do ajuste de comércio e de pagamentos com o Japão, realizadas também no Rio de Janeiro em junho de 1958, bem como da que compareceu à XIII Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), realizada em Genebra, integrou ainda nesse mês o grupo de trabalho para estudo das correntes de importação do Ministério da Fazenda. Em agosto participou da Reunião de Consulta sobre Política Comercial da CEPAL, realizada em Santiago do Chile. Nesse período, participou de reuniões preliminares que levaram Juscelino a formular em 1958 a Operação Pan-Americana, destinada a sensibilizar os Estados Unidos de modo a obter um maciço apoio financeiro para a América Latina.

Promovido a Ministro de Primeira Classe em maio de 1959, chefiou em setembro a delegação brasileira na reunião para negociações relativas ao estabelecimento de uma zona de livre comércio na América Latina, realizada em Montevidéu, integrando em dezembro desse ano o grupo interno de coordenação e execução da política econômica exterior do Itamaraty. Ainda em 1959 chefiou a missão brasileira à União Soviética e a delegação brasileira à XV Sessão das Partes Contratantes do GATT, reunida em Tóquio.

Em fevereiro de 1960, integrou o grupo de trabalho para estudo do sistema de formação e aperfeiçoamento do diplomata, chefiando em abril desse ano a delegação brasileira nas negociações do Acordo Substitutivo do Ajuste de Pagamentos e do Acordo Comercial com a Polônia e, em maio, a delegação à XVI Sessão das Partes Contratantes do GATT, realizada em Genebra. No mês de julho presidiu a Comissão Mista Brasil-Polônia e, em outubro, chefiou a delegação brasileira à Conferência Tarifária e as negociações tarifárias bilaterais do GATT, bem como à XVII Sessão das Partes Contratantes do GATT, mais uma vez realizada em Genebra. Também

em outubro tornou-se Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, cujo titular era Horácio Lafer. Em dezembro de 1960, assumiu interinamente a pasta, devido ao impedimento do titular. Deixou a Secretaria Geral em 31 de janeiro de 1961, ao final da gestão de Lafer e do governo JK.

Em janeiro de 1961 presidiu a seção brasileira da II Reunião Plenária da Comissão Mista Brasil-Paraguai. Em março foi nomeado coordenador dos assuntos da Operação Pan-Americana do Tratado de Montevidéu, das negociações sobre o III Acordo para a Compra dos Produtos Agrícolas Brasil-Estados Unidos e da agenda da Conferência de Quito. Também foi indicado assessor na formação de planos e programas nacionais e internacionais relativos à Operação Pan-Americana e à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), coordenando para isso os trabalhos dos órgãos governamentais a eles vinculados. No mês de julho presidiu o grupo brasileiro da Comissão Mista Brasil-Itália e integrou a delegação à Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano e Social (CIES), em Punta del Este, no Uruguai.

Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) a partir de outubro de 1961, no exercício do cargo reorientou a linha de ação até então seguida pelo órgão, substituindo a política de contenção da produção por uma política de expansão. Nessa perspectiva, elaborou um plano segundo o qual a produção brasileira de açúcar deveria atingir cem milhões de sacas 1970. Deixou a presidência do IAA em julho de 1962, antes da aprovação definitiva de seus projetos. Nesse período, integrou a delegação brasileira ao II Período de Sessões da II Conferência da ONU sobre o Açúcar, em Genebra. À frente do Departamento Econômico do Itamaraty, em outubro de 1962 integrou a delegação do Brasil à XIII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar e à XIV Sessão do Comitê Consultivo, em Londres.

Durante a vigência do sistema parlamentar de governo no Brasil (1961-1963) foi, em dezembro de 1962, assistente especial do Conselho de Ministros. Em julho do ano seguinte chefiou a delegação brasileira à XIV Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, chefiando em maio de 1964 a delegação brasileira à I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (I UNCTAD), realizada em Genebra. Também chefiou a delegação brasileira nas negociações do Acordo sobre Fomento e Garantia de Investimentos Privados com a República Federal da Alemanha, em junho, e com os Estados Unidos, em setembro, tendo sido ambas as reuniões realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1965 atuou como delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (CIE), no Rio de Janeiro. Em 1966 foi colocado à disposição do governo do estado do Rio de Janeiro, condição em que permaneceria pelo menos até 1975. Em seguida, passou a dedicar-se a atividades particulares. Membro da diretoria e do conselho de administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Minério (Caemi) desde outubro de 1976, em setembro de 1982 assumiu a presidência da Companhia Jari. Criada no Amapá pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig e destinada a promover o cultivo de arroz e madeira para a produção de papel e celulose e a mineração do caulim, entre outras atividades, essa companhia fora adquirida, no início de 1982, por um consórcio de 23 empresas brasileiras, tendo à frente Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do grupo Caemi, e o Banco do Brasil.

Dono de fazendas no norte do estado do Rio de Janeiro, Edmundo Barbosa da Silva dedicou-se à lavoura açucareira.

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SILVEIRA, Azeredo da

Diplomata de carreira, foi ministro das Relações Exteriores do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), tendo sido o responsável pela implementação do chamado "pragmatismo responsável" que acarretou sensível modificação no comportamento do país nos foros internacionais e na importância atribuída às relações com países da África e da Ásia.



Antônio Francisco Azeredo da Silveira nasceu no Rio de Janeiro no dia 22 de setembro de 1917, filho de Flávio Amaro da Silveira e de Léia Maria Azeredo da Silveira.

Auxiliar do consulado brasileiro em San Francisco, nos Estados Unidos, entre 1937 e 1941, nesse ano obteve licença para ir ao Rio de Janeiro prestar concurso de provas para a carreira diplomática. Aprovado, foi nomeado terceiro Secretário em dezembro de 1943. De 1945 a 1949, serviu na embaixada em Havana, onde foi promovido, em 1947, a segundo Secretário. Depois de ficar lotado na representação brasileira em Buenos Aires, de 1949 a 1950, retornou ao Brasil, servindo na Secretaria de Estado de 1951 a 1954. Em dezembro de 1953 foi promovido a Primeiro-Secretário.

Após servir em Madri entre maio de 1954 e meados de 1956, Azeredo da Silveira foi removido para Florença, para exercer a função de cônsul. Posteriormente, chefiou a Comissão Brasileira de Seleção de Imigrantes da Europa, que funcionava na embaixada do Brasil em Roma. Em agosto de 1958, de volta ao Brasil, foi designado, para a chefia do Pessoal do Departamento de Administração. Promovido a Ministro de

Segunda Classe no final de 1959, foi então designado chefe do Departamento de Administração, cargo que já vinha ocupando em caráter interino.

Cônsul-geral em Paris de maio de 1961 a junho de 1963, regressou ao Brasil para novamente assumir a chefia daquele departamento. Promovido a Ministro de Primeira Classe em janeiro de 1964, foi mantido no cargo por Vasco Leitão da Cunha, que assumira a pasta das Relações Exteriores após a deposição do presidente João Goulart (31/03/1964) por um golpe militar. Paralelamente, foi Secretário-Geral da II Conferência Interamericana Extraordinária, evento no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizado no Rio de Janeiro em 1965, e chefe da delegação brasileira à comissão especial para a elaboração de anteprojeto de reforma da Carta da OEA, no Panamá, em 1966.

Ainda em 1966, sua carreira tomou novos rumos. Removido para a chefia da delegação do Brasil em Genebra, por força das tarefas inerentes ao novo cargo, passou a lidar diretamente com questões econômicas, comerciais, sociais e aquelas relativas ao desarmamento. Assim, participou, entre outras, da reunião do Grupo dos 77 da Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em Argel em 1967, da XXIV Sessão das partes contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, realizada em Genebra entre 1967 e 1968. Ainda em 1967 representou o Brasil no Simpósio sobre Desarmamento, realizado em Munique, e em 1968 na Conferência dos Estados Não-Nucleares, realizada em Genebra.

Designado Embaixador em Buenos Aires, apresentou suas credenciais em fevereiro de 1969 ao governo argentino. Silveira destacou-se pela condução das negociações sobre a hidrelétrica de Itaipu, projeto brasileiro-paraguaio de aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná. O projeto vinha sendo contestado pelos argentinos, que o consideravam prejudicial a seu país, alegando inclusive que não haviam sido consultados a respeito. Em março de 1972, por ocasião da visita do presidente argentino, general Alejandro Lanusse, ao Brasil, foi assinada uma declaração conjunta entre os dois países, na qual se enfatizou a necessidade de cooperação entre todos os países latino-americanos, inclusive no aproveitamento de recursos naturais. O assunto chegou a ser discutido na abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Num acordo final assinado em Nova Iorque em setembro de 1972, Brasil e Argentina reafirmaram o direito brasileiro de construir a hidrelétrica,

comprometendo-se o Brasil a oferecer publicamente detalhes técnicos das obras, conquanto que as informações não fossem utilizadas para impedir ou retardar as obras.

Com a designação do general Ernesto Geisel para a presidência da República em janeiro de 1974, Azeredo da Silveira foi convidado a assumir a pasta das Relações Exteriores. Ao se reunir pela primeira vez com seu ministério em 19 de março, Geisel declarou que daria uma nova orientação à política externa do país, o chamado "pragmatismo responsável", tornada evidente já no dia 25 de abril, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo governo português que pôs fim à ditadura salazarista.

Afirmando sua nova postura em relação à descolonização e à abertura para novos mercados, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com os Emirados Árabes e o Bahrein em junho de 1974 e com Omã no mês seguinte, procurando estreitar vínculos com os países exportadores de petróleo, produto cujos preços vinham sendo brutalmente elevados desde o ano anterior. Ainda em julho, o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, apoiando o ingresso da ex-colônia portuguesa na ONU. Mas a principal decisão da política externa nesse início do governo Geisel foi o estabelecimento, em agosto, de relações diplomáticas com a República Popular da China, durante a visita de uma missão comercial chinesa ao país. Em setembro, Azeredo da Silveira recebeu o chanceler da Arábia Saudita, ocasião em que o Brasil se pronunciou pela primeira vez a favor da retirada de Israel dos territórios árabes ocupados e do reconhecimento dos direitos dos palestinos.

A 27 de fevereiro de 1975 o Brasil estabeleceu relações diplomáticas formais com o governo de transição instalado em Luanda, Angola, tendo sido o único país no mundo a ter um representante diplomático naquela ex-colônia portuguesa durante este período. O governo angolano era exercido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação comunista, que, com o apoio de tropas cubanas, lutava contra dois grupos rivais, apoiados pelo Ocidente, pela China e por tropas sul-africanas. Em novembro, finalmente, derrotou os outros grupos, assumindo o controle de todo o país.

Uma notícia que causou um forte impacto tanto no Brasil como no exterior foi a revelação do chanceler brasileiro, no final de maio de 1975, de que o Brasil iria futuramente construir seus próprios reatores nucleares. No dia 27 de junho, Silveira assinou em Bonn, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que previa a construção e a instalação de oito centrais nucleares,

de uma usina de enriquecimento de urânio e de empresas para fabricação e reprocessamento de combustível atômico e prospecção de minérios. Em reunião ministerial realizada no início de outubro, Silveira manifestou-se contra a adoção dos contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo na plataforma continental como meio de incrementar a produção do combustível, tendo sido o único a apoiar o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, em sua contestação ao Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, promotor daquela iniciativa.

Avançando na orientação pragmática que se traçara, ainda em outubro o governo abriu uma linha de crédito de US$10 milhões em favor do Gabão para a aquisição de produtos no Brasil e fechou um contrato de exportação de trezentas mil toneladas de soja para a União Soviética. No dia 18 daquele mês, a delegação brasileira à VII Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, chefiada pelo chanceler Silveira, votou uma moção que afirmava ser o sionismo uma "política racista". Em novembro, o Brasil votou a favor de um projeto de resolução da ONU que condenava o regime racista da África do Sul e recomendava a suspensão do fornecimento de matérias-primas estratégicas para esse país e estabeleceu relações diplomáticas com Moçambique, outra ex-colônia portuguesa na África e governada pela Frente de Libertação de Moçambique, organização guerrilheira de tendência marxista. A aproximação com a África traduziu-se na criação, em janeiro do ano seguinte, de embaixadas em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesoto.

Em fevereiro o Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger visitou oficialmente o Brasil, ocasião em que assinou com o chanceler Silveira um memorando de entendimento entre os dois países, que estabelecia que os dois governos deveriam realizar consultas semestrais sobre problemas relativos à política externa e qualquer questão específica que viesse a ser levantada por uma das partes.

Em abril o chanceler brasileiro acompanhou o presidente Geisel à França, na primeira visita oficial de um presidente brasileiro a esse país. No ano anterior, ele visitara o oficialmente a França, a Inglaterra e a Itália, tendo sido estabelecidos mecanismos de consultas de alto nível para o exame periódico de questões de interesse comum, nos planos mundial e bilateral. Ficou acertado o investimento de US$2,5 bilhões no Brasil, com a previsão de que 2/3 dos equipamentos necessários seriam adquiridos na própria indústria brasileira. Em maio, Azeredo da Silveira acompanhou Geisel em sua visita à Inglaterra, durante a qual em Londres um seminário sobre

investimentos no Brasil, com o comparecimento de mais de 120 banqueiros representantes de instituições de diversos países. Dessa viagem resultaram vários acordos de financiamento, totalizando quase US$2 bilhões. Sempre acompanhado do chanceler brasileiro, em setembro o presidente Geisel seguiu para o Japão. Além de um memorando assinado entre os dois países, vários acordos comerciais foram então estabelecidos, destacando-se o Programa de Cooperação Brasil-Japão para o Desenvolvimento do Cerrado.

Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 12 de setembro de 1976, Azeredo da Silveira reafirmou a determinação brasileira em seguir uma política anticolonialista e anti-racista. Reforçando essa posição, participou da Conferência Internacional de Apoio aos povos do Zimbábue (antiga Rodésia) e da Namíbia, realizada em Moçambique, e da Conferência Mundial de Ação contra o *Apartheid*, ocorrida na Nigéria. Em 27 de setembro, ao abrir a XXXI Sessão da Assembléia Geral da ONU, exortou a organização a atuar "em favor da transformação das estruturas econômicas responsáveis pela divisão do mundo em países pobres e ricos" e defendeu "a abolição do uso irrestrito do direito de veto no Conselho de Segurança da ONU [...]".

Com a posse de Jimmy Carter na presidência dos Estados Unidos em janeiro de 1977, começaram os atritos entre os dois países. Em fins de janeiro, em visita a Bonn, o vice-presidente americano, Walter Mondale, externou as preocupações de seu governo em relação ao acordo nuclear germano-brasileiro, colocando em xeque o memorando de entendimento assinado por Azeredo e Kissinger. Em fevereiro o Secretário de Estado Cyrus Vance sugeriu que Brasil e Alemanha suspendessem temporariamente a execução do acordo nuclear para que os EUA tivessem tempo de fazer consultas mais amplas com os dois países, mas essa possibilidade foi recusada por Azeredo da Silveira. No início de março foi lido no Congresso norte-americano um relatório sobre a situação dos direitos humanos em vários países, entre os quais o Brasil. Esse relatório foi entregue pelo Embaixador norte-americano ao governo brasileiro, que o devolveu em seguida e denunciou, em represália, o acordo de assistência militar Brasil-Estados Unidos, firmado em 1952, segundo o qual o Brasil deveria receber no decorrer de 1977, uma ajuda de cerca de US$50 milhões. Em meio à crise, o Subsecretário de Estado Waffen Christopher visitou Brasília para encontrar-se com o chanceler Azeredo da Silveira e discutir a questão do acordo nuclear. A visita durou apenas quatro horas e o Subsecretário, dando por encerradas as conversações, regressou a seu país.

A situação entre os dois países, no entanto, melhorou paulatinamente. De um lado, o governo brasileiro continuava externando sua intenção de encaminhar de forma "lenta e gradual" o processo de democratização do país e, de outro, o governo norte-americano desistia de pressionar sobre o acordo nuclear. Em maio de 1977 o Subsecretário Terence Todman visitou Brasília e, em junho, Rosalyn Carter, esposa do presidente americano, foi recebida pelo presidente Geisel. Na ocasião, além de conferenciar com o Ministro Silveira, ela visitou o Congresso, o Supremo Tribunal Federal e, finalmente, Recife, onde dois padres norte-americanos haviam sido presos e torturados. Entretanto, o fato que mais contribuiu para a normalização das relações entre os dois países foi a declaração expressa do governo norte-americano de que ainda considerava em vigor o memorando de entendimento assinado no ano anterior. Em junho, Azeredo da Silveira anunciou "o fim das pressões" contra o acordo Brasil-Alemanha.

Ainda em meados de maio de 1977, Azeredo confirmou a existência de sondagens junto aos países vizinhos da Amazônia (Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Bolívia) "para uma ocupação harmoniosa da região", em oposição à idéia de internacionalização da Amazônia, corrente na época. Os entendimentos avançaram e em julho de 1978 seria firmado em Brasília o Tratado de Cooperação Amazônica. Com relação à Argentina, a questão mais candente referiu-se ao projeto argentino de construção da hidrelétrica de Corpus, no rio Paraná, devido aos problemas de sua compatibilização com o projeto de Itaipu.

Em relação à Africa, o Itamaraty continuou em 1977 a sua política de aproximação com esse continente. Em abril recebeu a visita de altos funcionários da República de Cabo Verde e, em fins de maio, o Ministro do Exterior da Nigéria, e em junho o de Togo. Em novembro, o presidente do Senegal, Leopold Senghor, visitou o Brasil.

Sobre a política externa com a Ásia durante o ano de 1977, destaca-se o acordo assinado com a China, em Pequim, pelo qual ficaram oficializados os canais que iriam regularizar as operações de comércio entre os dois países. Além disso, as relações com o Irã ganharam relevo com a visita ao Brasil do Ministro da Economia iraniano, ficando então acertado que o volume de negócios entre os dois países deveria somar US$6,5 bilhões em cinco anos. O Brasil compraria cinco bilhões em petróleo e o Irã gastaria um bilhão e meio de dólares em investimentos no Brasil ou na compra de produtos agrícolas e manufaturados.

No início de janeiro de 1978, o presidente Geisel viajou ao México, iniciativa de grande significado do ponto de vista político. Arredio aos regimes militares latino-americanos, o México acolhera dezenas de exilados brasileiros após o golpe militar. Ao final da visita, foi emitido um comunicado conjunto em defesa de uma nova ordem econômica internacional, do desarmamento e da soberania plena de cada país sobre seus recursos econômicos.

Em início de março de 1978 o Brasil recebeu a visita do presidente Carter que, interessado no processo brasileiro de abertura política, não limitou seu contato ao mundo oficial, encontrando-se com religiosos, jornalistas, advogados e outros representantes de setores que lutavam pelos direitos humanos no país. Ainda nesse mês, Geisel viajou em caráter oficial para a República Federal da Alemanha.

Em 25 de novembro, ao abrir os debates da XXXIII Sessão da Assembléia Geral da ONU, o chanceler Azeredo da Silveira criticou os obstáculos que "certo países desenvolvidos criam para a compra de tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento, inclusive a nuclear, para fins pacíficos". Poucos dias antes, no dia 19, havia criticado o comportamento do governo norte-americano, que "vive exercendo pressões sobre outros países, mas se omite por inteiro quando se trata de relações econômico-financeiras". Em entrevista publicada pelo *Jornal do Brasil* de 24 de dezembro de 1978, defendeu a universalização da política de não-alinhamento automático, citando o estabelecimento de relações diplomáticas com o Vietnã "como um passo a ser dado num futuro próximo".

Substituído no início do novo governo, em março de 1979, por Ramiro Saraiva Guerreiro, Azeredo da Silveira foi em seguida nomeado Embaixador do Brasil nos EUA. Ao contrário das especulações que corriam em Brasília, foi rápida a concessão do *agrément* do governo norte-americano ao ex-Ministro que tivera uma gestão polêmica em relação aos EUA. Em sessão secreta, em início de abril, Silveira foi ouvido pela Comissão das Relações Exteriores do Senado e seu nome aprovado por unanimidade. Nessa reunião o ex-chanceler afirmou que havia tentado uma maior aproximação com Cuba, mas não obtivera êxito devido às fortes pressões contrárias. No final de julho apresentou as suas credenciais ao presidente Carter. Em maio de 1983 foi transferido para a embaixada do Brasil em Portugal, ocupando o cargo até 1985. Em dezembro desse ano, foi transferido para o Quadro Especial da carreira de diplomata e em setembro de 1987, ao completar 70 anos, para o quadro de aposentados.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de abril de 1990.

Em 1990, a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores em Brasília recebeu a denominação Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Em março de 2004, o Instituto Rio Branco criou o "Prêmio Azeredo da Silveira", concedido anualmente ao segundo colocado do curso de mestrado em diplomacia da instituição.

O arquivo de Azeredo da Silveira encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas.

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Pós-1930. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sergio Tadeu de Niemeyer. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. COUTINHO, Amélia, & GUIDO, Maria Cristina. "Ernesto Geisel".

Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cdo/cdo_unidades.asp>

<http://www2.mre.gov.br/irbr/cursos/PALESTRA/Azeredo%20da%20Silveira.htm>

ZAPPA, Ítalo

Diplomata de carreira, foi um dos principais responsáveis pela adoção da política externa "terceiro-mundista" do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), sendo também considerado o construtor do processo de reconhecimento pelo Brasil da independência dos países africanos de língua portuguesa na década de 1970.



Tadashi Nagatomi/Folha Imagem

Ítalo Zappa nasceu em Paola, Itália, no dia 20 de março de 1926. Imigrou com a família para o Brasil ainda criança, fixando-se na cidade de Barra do Piraí, no Estado do Rio, onde passou a infância e a juventude. Ao completar 18 anos naturalizou-se brasileiro, de acordo com o artigo 115, letra "b" da Constituição de 1937.

Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1950, dois anos depois completou o curso preparatório à carreira diplomática do Instituto Rio Branco, sendo nomeado cônsul de terceira classe. Quando ingressou no Instituto, comentou que lá era o "Ministério das Não Relações Exteriores", pois o Brasil não tinha relações com a União Soviética, com a Ásia e com a África.

Passou os dois primeiros anos da carreira lotado na Secretaria de Estado de Relações Exteriores (SERE), então funcionando no palácio Itamaraty do Rio de Janeiro. Em 1955 foi removido para a Suíça, vindo a ocupar os cargos de vice-cônsul e de cônsul-adjunto em Genebra até 1957. Naquela cidade, participou das XVIII e XIX conferências internacionais de Instrução Pública (1955-1956), da IX Reunião do Grupo de Trabalho das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT,

desde 1995 Organização Mundial do Comércio — OMC) para Problemas de Comércio de Produtos de Base (1955) e da XXXIX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (1956).

Cônsul de Segunda Classe desde julho de 1956, foi removido no ano seguinte para Washington, onde serviu como Segundo-Secretário na missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). No exercício dessas funções, participou, na qualidade de membro, da reunião do Comitê dos 21, organização formada pelos representantes dos países do continente americano que aderiram à Operação Pan Americana (OPA), programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, encaminhado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek ao governo dos Estados Unidos em 1958.

Em 1960, foi lotado na Embaixada brasileira em Buenos Aires. Promovido a Primeiro-Secretário em setembro de 1961, retornou ao Brasil, vindo então a integrar o grupo de trabalho que estudava a regulamentação e a execução da reforma do Ministério das Relações Exteriores. Enviado para servir na Embaixada em Montevidéu em 1963, foi chefe-interino do Setor de Promoção Comercial até 1964, quando foi removido para o Peru. Nesse mesmo ano, esteve presente à III Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), em Lima. De volta à Secretaria de Estado de Relações Internacionais, em 1967 assumiu a chefia da Divisão da OEA e, nessa condição, participou da XI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da OEA e da reunião de chefes de Estados Americanos, ambas em Punta del Este (Uruguai), e da XI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos em Washington.

Promovido a Ministro de Segunda Classe em novembro de 1968, no ano seguinte foi chefe de gabinete do Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto. Removido para Washington, trabalhou de 1970 a 1973 como Ministro-Conselheiro na missão junto à OEA, ocupando o cargo de Encarregado de Negócios em 1970 e 1974. Nesse período, participou de diversas reuniões da entidade e também da XXVIII Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (Nova Iorque, 1972).

Nomeado chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania (DAO) em 1975, em dezembro do mesmo ano, foi promovido a Ministro de Primeira Classe. Tornou-se nacionalmente conhecido quando veio à tona que, em viagem secreta à África em dezembro de 1974, entendera-se com os líderes guerrilheiros de Angola, Agostinho Neto, e Moçambique, Samora

Machel, preparando o terreno para o reconhecimento diplomático das antigas colônias portuguesas naquele continente e marcando uma nova fase da política brasileira em relação a Portugal, que até então apoiara o regime do ditador Antônio de Oliveira Salazar. Durante sua gestão à frente do DAO, o Brasil reconheceu Guiné-Bissau (julho de 1974) e estabeleceu relações diplomáticas com aquele país (dezembro de 1974), inaugurando o ciclo de aproximação brasileira com a África lusófona. No ano seguinte, foram reconhecidos os governos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e, adiantando-se a todos os países do mundo, no mesmo dia da independência – 11 de novembro de 1975 – reconheceu-se o governo de Agostinho Neto em Angola. Primeiro Embaixador do Brasil em Moçambique (1977), Zappa ocupou a Embaixada em Maputo até 1981.

Adversário da política de alinhamento automático com os Estados Unidos nos anos 1960, ele dizia não ser contra nem a favor dos Estados Unidos. "Sou a favor do Brasil. Os americanos cuidam dos seus interesses; nós é que não cuidamos dos nossos." Em plena ditadura militar, era um dos raros embaixadores que mantinham um relacionamento respeitoso e cordial com os exilados políticos brasileiros.

Ao deixar Moçambique, Zappa foi consultado pelo chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro para qual cidade queria ser removido. Respondeu-lhe Manágua, capital da Nicarágua. Pouco antes, a Frente Sandinista de Libertação, de orientação esquerdista, havia tomado o poder naquele país, derrubando o ditador Anastácio Somoza. O seu pedido foi recusado, devido às suas freqüentes permanências e contatos com países comunistas. Dez meses depois, no entanto, foi-lhe oferecida e aceita a Embaixada em Beijing (Pequim). Durante a sua permanência no cargo, o comércio bilateral entre os dois países registrou sensível expansão, passando de pouco mais de trezentos milhões de dólares para um bilhão de dólares. Avesso à ostentação, vendeu os três automóveis Mercedes-Benz da Embaixada e comprou um microônibus, alegando praticidade e economia, além de evitar disputas entre visitantes que desejavam viajar no carro do Embaixador. Contribuiu também para que o então presidente da República, general João Batista Figueiredo (1979-1985), realizasse a primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro à China.

Em 1986, foi nomeado o primeiro Embaixador brasileiro em Cuba, após a Revolução Cubana, ocorrida em 1959. Permaneceu em Havana até 1990, quando, por ter completado 15 anos como Ministro de Primeira Classe, passou para o Quadro Especial do MRE. Voltou à ativa

para reabrir a Embaixada brasileira no Vietnã, apresentando suas credenciais ao governo de Hanói em fevereiro de 1995. As conversações com esse país foram iniciadas por ele próprio anos antes, quando devolvera ao então Vietnã do Norte os bens da Embaixada abandonada do antigo Vietnã do Sul. Pelo êxito de seu trabalho na implantação de relações diplomáticas do Brasil com países como Moçambique, Angola China, Cuba e Vietnã, Zappa ficou conhecido como "o Embaixador vermelho".

Em 1996, pediu afastamento do cargo por motivo de saúde. Nessa ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou-lhe uma carta na qual afirmava que o Embaixador era um exemplo a ser seguido pela diplomacia brasileira e um "modelo de coragem e dedicação aos interesses nacionais". Em entrevista à revista *IstoÉ*, naquele mesmo ano, justificou a sua opção por trabalhar em países em desenvolvimento, longe do chamado "circuito Elizabeth Arden" (Londres, Paris, Nova Iorque e Roma), afirmando que "ou se ia para os grandes centros, onde nada é importante, inovador ou decisivo, ou ia para os países onde tudo estava por fazer".

Ítalo Zappa faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de novembro de 1997, de câncer. Por ocasião de sua morte, o MRE divulgou nota afirmando que o Embaixador foi "um dos mais atuantes promotores do estreitamento das relações entre o Brasil e países em desenvolvimento". Dentre as coroas de flores enviadas para o velório, realizado na capela do cemitério de Barra do Piraí, estava a enviada pelo governo de Cuba.

Fontes

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Alzira Alves de Abreu; Israel Beloch; Fernando Lattman-Weltman; Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão. (orgs.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.